



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAPHAELLA FERREIRA MENDES

“COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCÊ ANDO MELHOR”: MULHERES, COLETIVIDADES E ORGANIZAÇÃO NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM CAMPINA GRANDE/PB

CAMPINA GRANDE
2020

RAPHAELLA FERREIRA MENDES

“COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM,
MAS COM VOCÊ ANDO MELHOR”: MULHERES, COLETIVIDADES E ORGANIZAÇÃO
NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM CAMPINA GRANDE -PB

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisa vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades, realizada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima.

CAMPINA GRANDE
2020

M538c Mendes, Raphaella Ferreira.
"Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor": mulheres, coletividades e organização no movimento de ocupação das Escolas em Campina Grande-PB / Raphaella Ferreira Mendes. - Campina Grande, 2021.
118 f. : Color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação: Prof. Dr. Elizabeth Christina de Andrade Lima".
Referências.

1. Movimento Estudantil. 2. Mulheres. 3. Ocupação das Escolas - Paraíba. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 316:323.1-055.2(813.3)(043)

RAPHAELLA FERREIRA MENDES

**“COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM,
MAS COM VOCÊ ANDO MELHOR”:** MULHERES, COLETIVIDADES E ORGANIZAÇÃO
NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM CAMPINA GRANDE –PB

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de mestra em Ciências Sociais, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Banca de Examinadores

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Orientadora – PPGCS/UFCG

Dr. Ronaldo Laurentino de Sousa Filho
Examinador Interno – PPCGS/UFCG

Dr. Charliton José dos Santos Machado
Examinador Externo – PPGS/UFPB

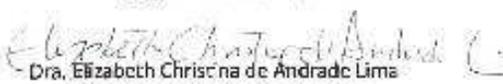
Campina Grande, ___/___/_____.

Ata da 405ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado da aluna Raphaella Ferreira Mendes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

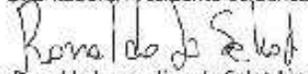
Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 10h00, em Sala Virtual, em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona virus, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima - PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente da Banca e Orientadora, Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior - PPGCS/UFCG, como examinador interno e Dr. Charliton José dos Santos Machado - PPGS/UFPB, como examinador externo, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado da aluna Raphaella Ferreira Mendes, intitulada "COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCC ANDO MELHOR": mulheres, coletividades e organização no Movimento de Ocupação das Escolas em Campina Grande/PB". A sessão pública foi aberta pela professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima. Após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização, no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADA, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Face à aprovação, declara a presidente da Comissão achar-se a examinada, legalmente habilitada a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora.

Campina Grande, 15 de junho de 2020


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima

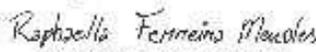
Orientadora/Presidente da Banca


Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior

Membro Titular


Dr. Charliton José dos Santos Machado

Membro Titular


Raphaella Ferreira Mendes

Aluna

*Hoje reconheço que a luta é pelas gerações que ainda estão por vir, por isso, dedico esse trabalho a **Ana Letícia**, a quem deposito a esperança de continuidade de um futuro transformado pela educação.*

AGRADECIMENTOS

Não poderia encerrar esse ciclo (ou começar) sem falar das mulheres que fazem parte dessa caminhada. Agradeço eternamente a minha mãe Luzinete Ferreira, por me ensinar que os caminhos são difíceis, mas necessários. Agradeço a minha avó Dona Eunice pelos cuidados fraternos. Agradeço a Ana Letícia por me fazer aprender o valor do amor e enxergar na pureza do seu sorriso a eterna criança que habita em mim.

Agradeço ao meu pai Antônio Emilson pelas gentilizas dos cafés da manhã, pelas risadas fáceis e por me ensinar a buscar o melhor da vida. Agradeço meu irmão Rayffe pelo apoio incondicional, as vezes de pai, por vezes amigo, e por ser desde criança meu porto seguro. Agradeço ao meu companheiro de caminhada Ericleuson Araujo pelas histórias vividas, pelas palavras, e por me permitir olhar o mundo ao andar nos seus ombros de gigante.

Agradeço aos amigos cultivados desde a infância que embarcaram comigo nessa jornada, dentre eles, Ericleuson Araujo, Jeferson Trigueiro, Maria Alice, Larissa Daniele, Barbara Michelly, Thais Souza, Thamyres Lima, Willian Cruz e Ananias Santos que apensar de tudo “ainda estamos juntos aqui”.

Agradeço pela felicidade de encontrar na Universidade companheiros que me incentivaram desde cedo a trilhar caminhos inexplorados, a Weverson Bezerra, Bruna Pimentel e Heytor Queiroz agradeço pela força e a coragem. Ainda me alegro por encontrar nesse percurso mulheres encantadoras por sua força e doçura como Ana Patrícia e Anna Beatriz (Bia). Agradeço a irmandade criada com Patrícia Facina, Kalyenne Antero e Milenna Jordana.

Agradeço a minha orientadora Elizabeth Christina pela sua imensa generosidade e acolhimento durante a trajetória desse trabalho. Agradeço a Ronaldo Laurentino pelas suas gentis palavras, conselhos e apontamentos que me serviram muitas vezes de norte para realização desse trabalho. Agradeço imensamente a Charliton Machado por ser inspiração, desde a graduação, do valor de ser professor, agradeço ainda a sua disponibilidade em ajudar na condução deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande pela oportunidade de produzir este trabalho, além do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que fizeram parte dessa luta, a todas Bias, Camilas, Madus, Marias, que lutaram a frente das ocupações, a elas agradeço a honra de ter revisitado uma parte de suas histórias.

Obrigada a todas e todos.

RESUMO

A “Primavera Secundarista” foi um fenômeno caracterizado pela ocupação das Escolas, Universidades e Institutos Federais em todo o território nacional no período de agosto a novembro de 2016. O movimento teve como liderança os jovens da rede pública de ensino diante das medidas impostas pelo novo governo, como a Reforma do Ensino Médio, e a Emenda Constitucional nº 55, que criou empecilhos para investimentos públicos em setores como Educação. O movimento de ocupação marca uma renovação geracional dentro do movimento estudantil e, conseqüentemente, evidenciam novas formas de organização. O protagonismo feminino surgiu como um dos elementos latentes desse período, proporcionando acionar elementos presentes na realidade social, colocando em questão as relações sociais estabelecidas historicamente, que apontam definição dos papéis de gênero a espaços localizados dentro da estrutura da sociedade, principalmente no campo político. Nessa dimensão, o objetivo da pesquisa se torna: como, a partir dessas novas formas de sociabilidade, a construção dos papéis de gênero implica na experiência das mulheres no contexto do movimento de ocupação? Com o recorte na cidade Campina Grande – Paraíba, as ocupações investigadas são a Universidade Federal de Campina Grande, a Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida (Gigantão da Prata) e o Instituto Federal de Paraíba campus Campina Grande. Logo, o percurso metodológico do trabalho utilizou a técnica de entrevistas semiestruturada executada individualmente e, posteriormente, combinado com momento coletivo com a realização do grupo focal destinado aos indivíduos envolvidos na pesquisa, servindo como instrumento para acessar a experiência do fenômeno vivenciados por esses sujeitos. Torna-se evidente, como aspectos durante esse período, a possível reestruturação do movimento estudantil nos espaços escolares, com estreita conexão com o movimento de mulheres, principalmente, mediante as estratégias de organização e a presença de pautas relacionadas, proporcionando a abertura de múltiplas vozes em “seus lugares de fala”, contribuindo, segundo a literatura, para formação da quarta onda feminista no Brasil.

Palavras chave: Ocupação; mulher; movimento estudantil.

ABSTRACT

The “Secundarista Spring” was a phenomenon characterized by the occupation of Schools, Universities and Federal Institutes throughout the national territory from August to November 2016 in Brazil. The movement was led by adolescent from the public school system in view of the measures imposed by the new government, such as the High School Reform, and Constitutional Amendment nº 55, which created obstacles for public investments in sectors such as Education. The occupation movement marks a generational renewal within the student movement and, consequently, highlights new forms of organization. Female protagonism emerged as one of the latent elements of that period, providing the trigger for elements present in the social reality, calling into question the social relations established historically, which point to the definition of gender roles in spaces located within the structure of society, especially in the political field. In this dimension, the objective of the research becomes: how, from these new forms of sociability, does the construction of gender roles imply the experience of women in the context of the occupation movement? With the cut in the city Campina Grande - Paraíba, the investigated occupations are the Federal University of Campina Grande, the State School Dr. Elpídio de Almeida (Gigantão da Prata) and the Federal Institute of Paraíba campus Campina Grande. Therefore, the methodological path of the work used the technique of semi-structured interviews carried out individually and, later, combined with a collective moment with the realization of the focus group for the individuals involved in the research, serving as an instrument to access the experience of the phenomenon experienced by these subjects. It becomes evident, as aspects during this period, the possible restructuring of the student movement in school spaces, with a close connection with the women's movement, mainly through organization strategies and the presence of related guidelines, providing the opening of multiple voices in “their places of speech”, contributing, according to the literature, to the formation of the fourth feminist wave in Brazil.

Keywords: Occupation; woman; student movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação e articulação das políticas da juventude.....	32
Figura 2: Organização do movimento de ocupação	36
Figura 3: Folder do evento - Política, Educação e gênero em debate	52
Figura 4: Nuvem de palavras.....	53
Figura 5: Ocupação Sumé	55
Figura 6: Colégio Estadual de Campina Grande "Gigantão da Prata"	69
Figura 7: Ocupa Prata.....	72
Figura 8: Página da ocupação da Prata.....	74
Figura 9: Assembleia dos estudantes na "gigantão da Prata"	76
Figura 10: Página Ocupa IFPB CG	87
Figura 11: Apresentação do "Festin" no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande	91
Figura 12: Assembleia geral na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	99
Figura 13: Nota de apoio à ocupação da Escola Estadual da Prata	102
Figura 14: Aula pública da disciplina "Cultura, mídia e práticas políticas", ministrada pela professora Elizabeth Christina.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formas de atuação que podem melhorar as coisas no Brasil	33
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Programa de atividades do Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande	93
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – OCUPEI MINHA ESCOLA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO.....	19
1.1 QUE ONDA É ESSA? MULHER E POLÍTICA UMA QUESTÃO DE GÊNERO	19
1.2 PERCURSO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A JUVENTUDE ENTRA EM CENA	25
1.3 MOVIMENTAR, OCUPAR, TRANSITAR: SUJEITOS POLÍTICOS EM EMERGÊNCIA	34
CAPÍTULO 2 – ENTRE O MÉTODO E A PESQUISA: A METODOLOGIA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.....	42
2.1 CONSTRUÇÃO DO MÉTODO PARA CIÊNCIAS SOCIAIS	42
2.2 DESAFIOS E DESVIOS METODOLÓGICOS: ESTRATÉGIAS PARA PENSAR O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO	48
2.3 NOTAS INICIAIS SOBRE O SOBRE INSERÇÃO NO CAMPO DE ESTUDO (OCUPA IF CABEDELO - "Pois se prepare então, que o pavio vai acender")	59
CAPÍTULO 3 – OCUPAÇÕES: REFLEXÕES ACERCA DAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICO COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO	63
3.1 OCUPA PRATA: “ESSA LUTA É NOSSA, ESSA LUTA É DE TODOS; POIS SÓ LUTANDO QUE SE CONSTRÓI UM BRASIL NOVO”	66
3.2 OCUPA IFPB CG: “NO SOFÁ DA SALA NÃO MUDA NADA, OCUPA”	83
3.3 OCUPA UFCG: “OCUPAR E RESISTIR! NENHUM DIREITO A MENOS”	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES	116
APÊNDICE I	116
APÊNDICE II.....	117
APÊNDICE III	118

INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo dos meses de agosto a novembro de 2016, jovens da rede pública de ensino ocuparam mais de mil Escolas, Institutos Federais e Universidades Públicas em todo o território nacional. A “Primavera Secundarista”, foi o nome atribuído a esse fenômeno brasileiro, caracterizado pela paralisação das atividades escolares rotineiras em face ao contexto político. O movimento se agrega a partir de conflitos e convergências de objetivos comuns, promovendo um tipo de resistência mediante às medidas impostas pelo novo governo.

Nesse período de instabilidade política e econômica, o governo brasileiro anunciou duas propostas que afetam diretamente a formação dos estudantes secundaristas: a Reforma do Ensino Médio, tornando o ensino médio integral, bem como a implementação de ciclos escolares, que acabaria com a obrigatoriedade da oferta de disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia; além da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, ou nº55, a depender da casa legislativa tramitada, com objetivo criar um teto de gasto de 20 anos em setores como a Educação, sendo aprovada em 16 de dezembro de 2016 e se transformando em Emenda Constitucional nº95/2016.

Na Paraíba algumas escolas serviram de palco para materialização dessas experiências vividas por esses jovens, manifestando ocupações na Universidade Federal da Paraíba, com os campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras, bem como a Universidade Federal de Campina Grande, com os campi de Campina Grande e Sumé. Dentre as escolas estaduais ocupadas está a Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida (conhecida como Gigantão da Prata), em Campina Grande, e o Lyceu Paraibano, em João Pessoa.

Na contemporaneidade, a ocupação, como forma de mobilização, marca um aspecto comum com as insurgências no mundo todo. No século XXI a inconformidade com a realidade social, política e econômica, propiciaram o surgimento de mobilizações como a “Primavera Árabe” (2011), “Occupy Wall Street”, em Nova York (2011), “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006) e a Ocupação em Hong Kong (2014). Focos mundiais de mobilização que tem como perspectiva, ocupar um espaço como formas de manifestação e organização, com poder e criar pautas que estão em emergência para cada realidade desses grupos, como apontou Castells (2013).

A fissura temporal proporcionada pelo movimento de ocupação funciona como abertura de um mundo utópico, tornando-se porta de entrada para interpretar a realidade social e problematizar as questões estruturais da sociedade enquanto exercício reflexivo. As utopias são ideias,

representações e teorias que aspiram uma outra realidade, a rigor, para alguns teóricos, sendo uma função crítica e subversiva da realidade social, conseqüentemente se tornando revolucionária. Pensando o contexto brasileiro, um acontecimento que se revela potente imagem utópica é o movimento de ocupação das escolas.

Por isso, a possibilidade de criação de um espaço de deliberação, amplamente democrático e autônomo, permitiu a criação de um molde diferenciado de movimentos sociais. Nessa nova concepção, retirando as estruturas hierárquicas e estabelecendo a comunicação como pública, comum a todos, o protagonismo feminino surgiu como um dos elementos latentes desse período. É possível afirmar que o desenvolvimento desses movimentos na contemporaneidade sinaliza uma nova forma de organização dos movimentos sociais e, por conseguinte, vislumbra propor uma nova configuração das relações sociais.

Foi nesse contexto que o feminismo ganhou espaço e se tornou o maior símbolo dessa nova geração política que surgia desde as jornadas de julho de 2013. Na sequência das grandes marchas e ocupações, as mulheres imprimiram o protagonismo diante um cenário de resistência ao contexto político. As estratégias utilizadas durante esse período reforçam a influência da corrente feminista, criando formas de organização autônomas, horizontal, sem lideranças, formadas a partir da experiência pessoal e coletiva, vieram a se tornar marcos operacionais inseridos nos movimentos sociais como a ocupação.

Nessa perspectiva, a experiência estudada com o movimento de ocupação proporcionou acionar elementos presentes na realidade, colocando em questão as relações sociais estabelecidas historicamente, que apontam definição dos papéis de gênero a espaços localizados dentro da estrutura da sociedade, principalmente no campo político. Emergindo assim, questões amplas como mulher e poder, principalmente, pensando a participação da mulher na política, revelando as forças históricas do feminismo nesse percurso.

Nesse sentido, o questionamento da pesquisa se torna: como, a partir desse campo utópico, permitindo novas formas de sociabilidade, a construção dos papéis de gênero implica na experiência das mulheres no contexto do movimento de ocupação? Como objetivos específicos, faz-se necessário compreender a estrutura organizacional do movimento de ocupação, identificar os mecanismos de participação da mulher nesse contexto; observar as estratégias utilizadas para construção das demandas. Para tanto, a pesquisa tem como objeto de investigação os membros participantes da ocupação na Universidade Federal de Campina Grande, a ocupação na Escola

Estadual Dr. Elpídio de Almeida (Gigantão da Prata) e o Instituto Federal de Paraíba campus Campina Grande.

A escolha do tema relacionado aos movimentos sociais envolve minha trajetória pessoal e acadêmica, como aluna oriunda da rede pública de ensino, na cidade de Pombal, interior da Paraíba. Enquanto redirecionava os horizontes para a capital João Pessoa, para cursar a Licenciatura em Ciências Sociais, aconteciam as jornadas de julho de 2013. Essa mudança de rota, para ir além de um destino traçado pelo determinismo social e econômico, me permitiu perceber os instrumentos da transformação social, como a educação e as lutas sociais.

Em um segundo momento, a aproximação com o tema sobre a ocupação das escolas se deu a partir do contato com a Rede Estadual de Ensino de João Pessoa-PB, através do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no período de 2013 a 2017. Ser bolsista do PIBID possibilitou-me a vivência nas escolas, colaborar na organização e resistência dos jovens frente ao contexto nacional, principalmente, na Ocupação da Universidade Federal da Paraíba e do Instituto Federal de Cabedelo. Essa participação proporcionou-me o contato com os jovens participantes efetivos das ocupações que ocorreram na cidade. Tais experiências viabilizaram a minha inserção no campo de estudo desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso: a ocupação dos jovens nos espaços escolares na cidade de João Pessoa - PB.

A construção do diálogo com os jovens envolvidos na ocupação serviu de dados para criar uma rede de contato com os jovens participantes efetivos das ocupações que ocorreram na cidade de João Pessoa - PB, além das cidades vizinhas. Foi assim que consegui estabelecer vínculos com os alunos de Campina Grande, que fizeram parte do movimento de ocupação do Estadual da Prata, da Universidade Federal de Campina Grande e do Instituto Federal da Paraíba campus Campina Grande.

A abordagem para a análise do estudo que se permeia, tem como cunho principal métodos qualitativos, sendo o método utilizado para recolher e transcrever com maior riqueza a dinâmica e os conflitos existentes perante esse fenômeno, ou seja, se mostra numa tentativa de mensurar a subjetividade do objeto empírico e seus conflitos a um análise que não pode ser resumida apenas à quantificação. Nesse método, se observa a exigência do esforço do pesquisador à percepção dessas subjetividades dos indivíduos, como também entender o contexto que o objeto está inserido, segundo Minayo;

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2006, p. 57).

Quanto à obtenção de dados, a escolha foi pela técnica de entrevistas semiestruturadas destinadas aos indivíduos envolvidos na pesquisa. A entrevista semiestruturada tem como aspecto principal o levantamento de questões base para que, a partir das respostas dos entrevistados, possa comparar com as hipóteses levantadas, como também relacionar com as do suporte teórico sobre o tema. Triviños afirma que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Através da rede contata proporcionada pelos vínculos estabelecidos, foi possível conectar com a maiorias dos participantes que ocuparam, de maneira geral, a rede de ensino do município. A delimitação das entrevistas semiestruturadas segue (ANEXOS I, II e III), primeiramente, com as mulheres, que fizeram parte do movimento de ocupação das escolas selecionadas, para posteriormente, cruzar com discursos dos demais ocupantes.

Para além dos caminhos traçados, foi proporcionado um novo ponto de vista ao acesso das informações coletivamente. Por isso, foi pensado a promoção de um evento realizado na Universidade Federal de Campina Grande com os estudantes que fizeram parte do movimento de ocupação no município, esse momento, materializado como momento único de união entre os estudantes dos diferentes níveis escolares que fizeram parte do movimento.

Intitulado como “Política, Educação e Gênero em debate: a juventude conta sua história”, o evento foi realizado no dia 30 de agosto de 2019, com objetivo acionar o diálogo sobre as experiências dos jovens enquanto espectadores e agentes políticos diante das manifestações que aconteceram no Brasil nos últimos tempos, principalmente, através do relato de alguns estudantes que participaram das ocupações na região da Paraíba, como as mobilizações e manifestações decorrentes desse período.

Com o intuito de promover a interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa, o evento foi constituído como um momento de formação de um grupo focal. Segundo Minayo (2000), o grupo focal, visando o objetivo da pesquisa, proporciona um espaço de criação

e de discussão no qual os indivíduos manifestam suas percepções acerca de um determinado fenômeno, contribuindo, assim, para uma melhor percepção do fenômeno em questão.

Para definição da categoria analítica de gênero, e conseqüentemente, para entender o percurso a história do movimento feminista até o contexto atual e suas influências dentro da temática abordada, foram acionadas as teóricas Scott (1995), Pinto (2010) e Hollanda (2018). Posteriormente, para pensar o percurso dos movimentos sociais, foi realizado o levantamento dos marcos de participação dos jovens enquanto órgão institucionalizado na história brasileira, bem como seus avanços enquanto sujeito de direito, para localizar a diferenciação das estruturas de organizações dos novos ciclos de luta provenientes das manifestações de 2013 e, mais precisamente, através das ocupações escolares de 2016, que se utilizou da redes sociais para sua organização, assim como criou espaços de autonomia e horizontalidade participativa dentro do próprio movimento. Para isso foi articulado as contribuições de Castells (2013), Gohn (2011), Souza (2016).

Para tanto, o Sumário desta dissertação está estruturado em quatro partes: a introdução, na qual indicamos a origem do tema, perguntas, objetivos do trabalho e recursos metodológicos a serem empregados na pesquisa, além de mais três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, parto da conceituação de gênero e do percurso que o pensamento feminista desenvolve tanto na política quanto no campo acadêmico, para na sequência, trabalhar como a categoria juventude é acionada para compreender as mudanças sociais, principalmente, provocadas pelas ações dos jovens ao longo da história do Brasil e como sujeito de direitos. Além de propor algumas reflexões sobre o contexto brasileiro e das insurgências mundiais neste século XXI, para pensar o desenvolvimento da prática de ocupação como instrumento de resistência contemporânea.

No segundo capítulo, apresento os aspectos metodológicos que permeiam a construção da pesquisa realizada. Nesse sentido, evidencio os desvios metodológicos necessários para compreender o recorte situacional do movimento estudantil hoje situado no município e, por conseguinte, a maneira como os estudantes se constituíram em relação aos movimentos de ocupação fazendo emergir as questões de gênero, política e educação, interesse da pesquisa.

No terceiro capítulo, apresento, principalmente, a construção do campo empírico a ser estudado, isto é, penso sobre o lugar não apenas como local, mas sua influência no contexto social. Em outras palavras, mapeio as espacialidades territoriais compostas pela Universidade Federal de

Campina Grande, Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata) e o Instituto Federal de Paraíba campus Campina Grande, percebendo os sujeitos que fizeram parte do movimento de ocupação no período de 2016.

No campo teórico ajudaram na minha reflexão autores como Pateman (1992), Sorg (2004), Bauman (2000) e John Stuart Mill (1981), necessário para pensar a perspectiva de participação. Além disso, refletindo as questões relacionadas a educação, acionei a pedagogia crítica Paulo Freire (1996) e a pedagogia feminista trabalhada por Bell Hooks (2013). Nesse sentido, evidenciando as vozes participantes da ocupação, cruzando as análises teóricas com a formulação do campo empírico.

Por fim, apresento as considerações finais, trazendo os principais resultados alcançados com a pesquisa e as reflexões contribuídas ao longo do texto, esperando que tais resultados dissertativos sirvam de incentivo à curiosidade acadêmica e que outros trabalhos com esta temática, ou com temas transversais, a ela possam contribuir com finalidade de produzir, cada vez mais, o debate acadêmico.

CAPÍTULO 1 – OCUPEI MINHA ESCOLA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO

1.1 QUE ONDA É ESSA? MULHER E POLÍTICA UMA QUESTÃO DE GÊNERO

“Eu sou porque nós somos.”
(MARIELLE FRANCO, 2016)

Diante das vozes que ecoavam, e o grupo que se formava, a menina descrevia a sensação única: ocupar seu colégio. Embaladas pelo som de marchas e tambores, elas sorriam, sobreviviam. A sorte de que muitas não tiveram. A luta? Se tornou mais do que por apenas 20 centavos, “fora corrupção” e sem partidos; transcende e fora apropriada por secundaristas, jovens, oriundos de escola pública, muito bem posicionados na cadeia educacional.

Nesse contexto, os destinos desses jovens são forjados, em perfeita simetria na circunferência de suas desigualdades, – repartidos, divididos em subseções, reorganizados quando necessário – com direito à acumulação de “minorias”. Diante disso, os holofotes das análises são direcionados a questões escondidas, mas que sempre estiveram em evidência. As mulheres marcam a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, porém suas vozes foram por vezes silenciadas, principalmente pelas análises feitas sobre os movimentos sociais (SOUZA-LOBO, 1991).

Como já observado em estudos sobre a ocupação do Instituto Federal da Paraíba em Cabedelo (MENDES, 2017), segundo os relatos, o protagonismo das mulheres era latente, um processo que se inaugurou de forma espontânea, contrariando um histórico de confiança concentrada nas figuras masculinas, como nos casos das lideranças nos grêmios estudantis, as mulheres, passaram a ocupar os espaços deliberativos e se fizeram presentes no movimento e conseguiram incluir suas demandas.

O protagonismo feminino, nesse período, reflete conexões com símbolos históricos de lutas das mulheres. Surgem como vozes emergentes em um contexto de instabilidade econômica e social, e inconscientemente, carregam a história do feminismo na pele. A urgência, nesse momento, é de ocupar e criar espaços de fala. Liderar, fazer parte e compor os movimentos, se fazer presente como corpo, como grito, como voz.

O movimento de ocupação nas escolas criou símbolo como a emblemática frase “Lute Como Uma Garota”, repercutiu e atingiu mulheres de gerações diversas. O movimento “Ele Não” (Brasil), Maio Feminista (Chile), a Marcha Mundial das Mulheres, são fenômenos cotidianos da nossa contemporaneidade que demonstram que as mulheres não estão caladas, invisibilizadas. Elas

abrem portas, ocupam escolas e passam a representar lideranças em movimentos, direções e partidos, exprimem um modo de operar e propor demandas.

Ao perceber que marchas e protestos emergiram durante esse período, a autora Heloisa Buarque de Holanda, defende que se inaugura uma nova passagem da corrente feminista no Brasil, o que seria a **quarta onda feminista**, em que ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo “elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação” (2018, p.11).

As mulheres nessa fase proporcionaram a criação da “Primavera Feminista”, que, segundo a literatura, demonstra o surgimento de uma nova geração política, com a necessidade de pluralidade dentro da corrente feminista, com demandas específicas, assumindo **seus lugares de fala**. Os feminismos da diferença inauguram, nesse momento, a espontaneidade das suas diversas pautas, com estratégias próprias e protagonismos coletivos.

Os marcos operacionais inseridos nos movimentos sociais contemporâneos, como o movimento de ocupação, isto é, as estratégias utilizadas durante esse período baseado nas formas de organização autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonizado por singularidades, através de narrativas e experiências pessoais, são marcas da influência da corrente feminista nesse período.

Nesse sentido, se faz necessário conceituar, diante dessa nova onda, a “Primavera Feminista”, enriquecer essa história do movimento de luta das mulheres dentro de uma abordagem analítica, como também entender a própria construção da terminologia do conceito de gênero ancorado ao estudo sobre as mulheres.

De acordo com a historiadora Joan Scott (1995), gênero é um termo importado da gramática feminista norte-americana, por estudos iniciados na década de 1960, com o objetivo de se contrapor às definições que relacionavam as questões de gênero exclusivamente à Biologia. Dessa forma, a ideia de gênero passou a significar as relações incluindo o fator cultural e histórico que estão inculcadas nas definições e distinções sobre o que é “masculino” ou “feminino”.

A determinação social dos gêneros permeia a construção biológica e histórica desses sujeitos dentro das relações sociais. A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade de corpo da mulher, isto é, como objeto frágil, e a socialização da masculinidade como um corpo forte, fazem parte das construções históricas e sociais do que supostamente seriam seus papéis sociais. Logo, as atribuições sociais são baseadas nas diferenças sexuais, como se estivessem

ligadas às razões biológicas e, conseqüentemente, apenas o corpo tivesse a finalidade de exprimir um tipo de gênero e suas funções. Nessa dinâmica, a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas.

A definição de gênero, além de ter origem e trajetória histórica, se torna importante para entender as relações sociais construídas pelos seres humanos, emergindo questões implícitas nessa dinâmica como as relações de poder presentes em cada sociedade. Assim, Scott (1995) chama a atenção para diversas questões históricas relacionadas às diferenças entre os sexos. As concepções estão diretamente ligadas ao papel que se deseja que a mulher assuma na sociedade, por exemplo.

A construção histórica das relações sociais fornece um panorama a ser problematizado: a figura masculina como central no campo político e dos demais postos de liderança na sociedade, enquanto a posição da mulher na sociedade se configurava, principalmente, nos espaços privados. Esse contexto cria uma lógica de poder nas relações sociais que fornecem elementos para entender como as relações se ambientaram construindo uma diferenciação entre os espaços públicos e privados para ambos os gêneros. Diante disso é possível afirmar que o gênero produz um marcador de diferença social que pode ser interpretado como um processo construído e reproduzido socialmente. Ou seja;

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuição de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder (SCOTT, 1995, p. 88).

O campo da política é uma das áreas onde se é possível perceber como o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Isto é, na esfera política, o poder dominante como masculino, compôs um poder de controle ou de força, sendo esta exercida sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres. O conceito de gênero, nesse sentido, reforça um processo de poder político que tem sido construído e se legitimado. Desse modo, “o processo social das relações de gênero torna-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro” (SCOTT, 1995, p. 92).

Nesse sentido, em combate ao sistema posto, a corrente feminista reforçou a necessidade de uma ruptura profunda dos aspectos que permeiam essas estruturas instituidoras de

desigualdades. A história do feminismo permite perceber que o movimento também faz parte de um campo de forças que se desenvolveu nas últimas décadas (PINTO, 2010). A característica do movimento feminista possui profunda relação entre a militância e a formação teórica, isto é, a corrente feminista pode ser percebida tanto a partir da ação do movimento, quanto na produção teórica, se alimentando mutuamente.

Entendendo que os papéis não são fixos, e nessa perspectiva, se pode produzir um poder de reação, diante da realidade social, o papel da mulher sempre foi questionado, dizendo respeito principalmente a sua condição. A primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto. As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, obtendo êxito na demanda pretendida.

Analisando sobre uma ótica da força, no Brasil, o feminismo permitiu avanços desde a reformulação do sistema eleitoral brasileiro, em 1932, momento que incorpora à mulher o direito ao voto. Esse avanço, embora seja um marco importante, não consegue garantir os meios materiais para grandes modificações em relação à posição da mulher perante a sociedade, mas revela a força dentro do movimento feminista incutido de poder de transformação formal.

O papel das mulheres nas sociedades modernas é questionado na literatura também; porém, com a publicação do livro “O Segundo Sexo”, escrito pela francesa Simone de Beauvoir e lançado em 1949, se afirmou que o termo feminilidade foi inventado pelos homens e tinha como intenção limitar o papel social das mulheres. A autora procurou desconstruir a ideia de feminilidade, demonstrando que essa lógica parte de uma construção social. Dessa forma, Beauvoir (1980) afirmou: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, inaugurando uma quebra de paradigma, conseqüentemente, uma segunda onda do feminismo incluindo o debate sobre a condição das mulheres e a relação entre os sexos.

Celi Pinto (2010) afirma que os movimentos feministas, no contexto global, se caracterizam pelo destaque no campo de forças, surge e coloca em pauta a questão das relações de poder entre homens e mulheres de maneira ampla e estrutural. Isto é, o feminismo reivindica a necessidade de espaço na vida política, na educação, como também propõe uma transformação no relacionamento entre homens e mulheres, como diz respeito às decisões sobre sua vida e, conseqüentemente, seu corpo.

No Brasil, durante o período do Estado Novo (1937-1946), as mulheres participaram no processo de luta pela redemocratização desse período, construindo um movimento de enfrentamento ao Estado. Na década de 1964, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era fértil para o surgimento de movimentos de emancipação, o Brasil inaugura o período de repressão da ditadura militar, instaurando-se uma repressão aos movimentos de esquerda. Nesse processo, acarreta em uma queda dessa participação legal. Porém, ainda assim, deve ser destacada a contribuição de várias mulheres nesse período, atuando como enfrentamento ao regime militar, na luta armada, como também no fornecimento ao campo teórico, a partir das mulheres exiladas que entravam em contato com o feminismo europeu (PINTO, 2010).

O feminismo na década de 1980 possui um caráter de complexificação das questões de gênero, principalmente, como modelo analítico, saindo do perfil do dualismo para uma institucionalização do feminismo. Com isso, a terceira onda do feminismo, descobria as diferenças entre as mulheres e entendia suas demandas próprias. A emergência da perspectiva analítica de gênero, exploradas pelo *Ciber Feminismo* de Donna Haraway com a publicação do “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, ao marco de abertura dessa nova onda com Judith Butler em “Problemas de gênero”, sobre *devir* de gênero implicar, conseqüentemente, uma perspectiva performática, foi através desse período, a expansão dos estudos sobre as configurações culturais de sexo e gênero e propõe uma nova abordagem, a que se refere de feminismo *queer*.

As participações das mulheres no período de redemocratização no Brasil sinalizam a importância da sua presença nos espaços formais, principalmente, na política. As aberturas dos espaços públicos servem de incentivo para busca por melhorias no sentido de promoção aos seus direitos. O feminismo constrói um campo de força forte nas articulações com instituições políticas e organizações não governamentais. Nesse sentido, as lideranças das mulheres caracterizam a participação feminina nessa organização dos movimentos sociais, possibilitando a incorporação de novas discussões, tendo, por exemplo, as questões de gênero, violência doméstica, possibilitando a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e delegacias especializadas no atendimento à mulher.

Com os novos ciclos de lutas iniciados a partir das manifestações de 2013, as mulheres são protagonistas dos novos movimentos sociais dessa época, se inaugura um novo momento do feminismo no Brasil, a chamada “Primavera Feminista”, marca a quarta onda do feminismo e,

consequentemente, demonstram novas formas de organização social e exploram a pluralidade de suas múltiplas vozes, criando assim, abertura para “seus lugares de fala”.

A articulação global, através da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), impulsiona no Brasil a Primeira Marcha das Mulheres Negras em 2015, além de articular a Quinta Marcha das trabalhadoras do campo, a Marcha das Margaridas, em homenagem a Margarida Maria Alves; paraibana assassinada por lutar pelo direito das trabalhadoras do campo. Em curso, se desenha o protagonismo das mulheres na ocupação das escolas de São Paulo (2015) e, posteriormente, nas escolas de todo o território brasileiro (2016). Diante disso, as estratégias dessa nova onda partem de uma organização local e mundial: construir uma dinâmica força, principalmente, articulando os espaços da rua, com ações ativas das mulheres, para além de espaços institucionalizados (HOLLANDA, 2018).

Há um ponto fundamental que conecta os modos de organização dos ativismos contemporâneos que eclodiram em junho de 2013, marca do feminismo atual, que é a busca por horizontalidade, a recusa da formação de lideranças e a priorização total do coletivo. Esses aspectos acabam repercutindo materialmente no movimento de ocupação e compõem um movimento que proporcionou a instalação de diálogos sobre as questões de gênero dentro da própria forma de fazer política.

Nessa perspectiva, a experiência a ser estudada, o movimento de ocupação, foi capaz de acionar elementos presentes na realidade, colocando em questão as relações sociais estabelecidas historicamente, que apontam definição dos papéis de gênero a espaços localizados dentro da estrutura da sociedade, principalmente no campo político. Emergindo assim, questões amplas como mulher e poder, principalmente, pensando a participação da mulher na política, revelando as forças históricas do feminismo nesse percurso.

A perspectiva inicial de Gohn (2007) ressalta que o movimento social, uma vez sendo organizado por mulheres, tem o potencial de sinalizar, devido a essa maior participação feminina, para o encaminhamento das demandas correspondentes às suas necessidades. Nesse sentido, as vozes das mulheres na política são, sim, "vozes diferentes". Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas (MIGUEL, 2001, p. 266).

Nessa perspectiva, o movimento de ocupação evidencia a presença da mulher como predominante e implícita. Jovens, secundaristas da rede pública, diante de seus primeiros contatos

com os movimentos sociais, ousam romper a lógica de poder masculino, principalmente no campo da política, e se agregam as representações das lutas do movimento feminista.

1.2 PERCURSO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A JUVENTUDE ENTRA EM CENA

A rua, democraticamente, enquanto espaço público de contestação política, se constituiu como meio fundamental na concretude das grandes mobilizações da juventude brasileira. O canal histórico de luta, como a rua, se tornou uma das instâncias utilizadas pelos mais diversos grupos políticos, setores sociais e, inclusive, com pautas opostas. As contradições e simbioses, que são características presentes na sociedade, são atravessadas pelo contexto político e demonstram como esse espaço pode ser mutável e reconfigurado a partir dos atores sociais que por ela se manifestem;

No espaço público - nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas ou os comícios - as organizações políticas podem representar a si mesmas para uma população maior e, através dessa representação, imprimir alguma força a seus gritos e demandas. Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (MITCHELL, 2003, p. 12, tradução livre).

A organização estudantil, como um dos meios pelo quais a juventude assume o papel de contestação diante da sociedade, percorreu diferentes caminhos e modos de organização ao longo da história brasileira. As nuances do processo histórico desses movimentos são reforçadas pela literatura com objetivo de classificar, de acordo com os critérios delimitados, os movimentos protagonizados pelos jovens.

Por isso, existe um esforço da literatura em subdividir a história do movimento estudantil em dois períodos distintos: a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), no período de 1937, como marco da organização dos estudantes nacionalmente; e o momento anterior, em 1934 em que são destacadas outras formas organização como “A União Democrática Estudantil”, a “Frente Democrática da Mocidade” e a “Federação Vermelha dos Estudantes” (POERNER, 2004).

Segundo Martins Filho (1986), as organizações feitas anteriormente a criação da UNE se constituíram como movimentos estudantis, mas, não chegaram a construir uma identidade nacional. Porém, existe uma divergência dentro dos estudos sobre movimentos sociais dos critérios classificativos relativos aos movimentos estudantis.

Nesse sentido, Bringel (2009) defende um modo de enquadramento diferente, contrariando a literatura que reparte os movimentos estudantis em dois momentos singulares. Isto é, para o autor supracitado, por mais que os movimentos estudantis não tenham todas as características “clássicas” dos movimentos sociais, como certa estabilidade e identidade coletiva, as práticas experienciadas pelos movimentos estudantis anterior a criação da UNE apresentam traços suficientes para serem considerados movimentos legítimos através das formas de organização, meios de ação, estratégias utilizadas.

Assim sendo, a dualidade entre a repartição dos movimentos estudantis, promovida pela literatura, atravessa o percurso histórico brasileiro, demonstrando que pode ter existido um perfil híbrido da organização dos movimentos estudantis. Isto posto, se a maneira inicial de organização estudantil teve como marco as mobilizações regionais, e passou em determinado momento para atuação de maneira institucionalizada nacionalmente, hoje entram em contraste por agirem, simultaneamente, sob as configurações dos movimentos estudantis anteriores ao passo que prezam pela busca pela autonomia e pelos novos meios de organização.

Esses processos de transformações nos modos de organização presente nos movimentos estudantis são fato importante para se atentar em relação às continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil, à medida em que deixa claro que não são processos excludentes, na realidade, eles se retroalimentam. Por isso, analisar os marcos históricos das lutas estudantis se torna fundamental para compreender como se materializa as configurações das manifestações protagonizadas pelos estudantes na contemporaneidade.

Por mais que ao averiguar a história do movimento estudantil no Brasil exista a predominância do movimento universitário, a organização dos estudantes secundaristas também percorreu o processo dualidade entre as instâncias organizadas a nível regional e os meios institucionais representados nacionalmente.

Desse modo, com pautas relacionadas a educação, os secundaristas contribuíram para o processo de enfrentamento desde antes do Estado Ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), e atuavam localmente, mas com pautas nacionais, como no caso do Centro Estudantil Campinense fundado 1935 em Campina Grande – Paraíba, composto por estudantes com objetivo de lutar em benefício e pelos direitos dos estudantes do município (SANTANA, 2015).

Entretanto, os secundaristas se organizaram nacionalmente somente em 25 de julho de 1948 quando aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes,

na cidade do Rio de Janeiro, que teve como marco a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES). Desse modo, no segundo Congresso, em 1949, mudou o seu nome para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) (CINTRA; MARQUES, 2009).

O termo "secundarista", de uma maneira ampla, abrange todos os estudantes de primeiro e segundo grau. Ele tem origem na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61) que dividia o ensino elementar entre primário e médio, este último chamado "secundário", compreendendo ginásio e colegial. Entre os poucos estudos e relatos sobre as lutas estudantis, registra-se a presença de estudantes secundaristas e suas organizações (UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, AMES - Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro e grêmios estudantis) desde antes do golpe militar de 1964 (GHANEM, 1998, p. 3).

Para os secundaristas, após os entraves promovidos pela história, principalmente, em seguida ao período do Golpe Militar (1964), o processo de construção das entidades nacionais e regionais tem como marco importante a concretização do direito à organização de grêmios livres, na lei nº 7.398, aprovada somente em 4 de novembro de 1985 (GONZÁLEZ *et al*, 2009).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as leis de repressão levaram os movimentos estudantis à ilegalidade. O uso dos mecanismos de violência marca esse período da história brasileira e, um dos símbolos da repressão em relação aos movimentos estudantis, foi a morte do secundarista Edson Luís, alvejado por tiros durante uma manifestação estudantil no Rio de Janeiro, a passeata no seu cortejo fúnebre teve grande comoção pública.

Nesse momento da história brasileira conhecida como “anos de chumbo”, o nível de acirramento político perpassava as instâncias legais, por isso, uma parte desses jovens incorporaram outras formas de resistência, a exemplo, a luta armada. Somente no ano de 2011, fundado pela então presidenta Dilma Rousseff – que sofreu pelos anos da repressão -, foi criado a Comissão Nacional da Verdade, conhecida como Comissão da Verdade, atuando como colegiado com a função de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas nesse período, se tornando um dos últimos países latino-americanos, a criar o instrumento.

A organização estudantil, embora tenha resistido aos anos na clandestinidade durante o regime militar, foram significativos nesse momento. Além de retomarem o movimento estudantil institucionalizado, particularmente, com a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, o contexto de insatisfação estudantil com o governo que pouco se preocupava com qualidade do ensino, reforçando as crises financeiras nas universidades, representou um agravamento dos protestos deste período (COELHO, 2006).

No ano de 1979 aconteceu o primeiro encontro nacional de estudantes, após o golpe de 1964, conhecido como “Congresso de Reconstrução” em Salvador - BA, entre os temas formulados sem dúvidas o principal era o debate sobre o estatuto e carta de princípios, que foi amplamente aceita pelos estudantes. A partir disso, a reorganização do movimento define suas pautas de luta como: a gratuidade do ensino; por mais verbas para a educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita; contra a devastação da Amazônia, e por uma assembleia nacional constituinte (COELHO, 1990).

Nesse sentido, durante os anos de 1990 que a visibilidade social dos jovens se acentua, a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas são evidências desse período. Segundo Sposito (2000, p. 79), é partir dos anos 90 que os jovens “mostraram um alargamento de seus interesses e práticas coletivas, acentuando a importância da esfera cultural que fomenta mecanismo de aglutinação de sociabilidades”.

A reorganização dos movimentos estudantis presentes no processo de redemocratização (1985) fortalece a campanha das “Diretas já”, ganhando aderência da população e aglutinando forças a diversos segmentos sociais. No decorrer do processo histórico, as ruas são tomadas novamente pelo movimento estudantil com o movimento “Os Caras-pintadas” protagonizando uma das maiores mobilizações desse período, contribuindo para a implementação do *Impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

Por conseguinte, quando ocorre o processo de contestação por partes desses jovens em relação a políticas públicas que contemplem suas demandas acontece os conflitos, sendo justamente nesses conflitos, o processo pelo qual os movimentos sociais se formam, “a visibilidade do jovem só emerge quando ele ‘perturba’ a ordem social” (CAMACHO, 2007, p. 145).

Nesse sentido, como afirma Gohn (2014), os movimentos sociais passam a incorporar elementos burocráticos, como forma de institucionalizar. Destacando que nesse momento se percebe a abertura de um espaço de luta além das ruas, ou seja, no campo da política, dos fóruns e das políticas públicas, mobilizando bases para a participação popular institucionalizada.

A partir da organização da juventude na 1ª Semana de Juventude em 2003, contando com a participação dos jovens e representação de diversos Estados, com o Relatório Preliminar foi possível prosseguir a elaboração do Plano Nacional da Juventude que tinha como base as propostas para o desenvolvimento de um projeto de lei voltado para juventude.

O Plano Nacional de Juventude (2004) propõe demandas para incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, dentre eles, abrir canais de diálogos para as representações

juvenis, criação de políticas em diversas áreas da sociedade, como a Educação, Ciência e Tecnologias, Saúde e distribuição de renda. O Plano tem por objetivos:

- Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;
- Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
- Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;
- Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais (PLANO NACIONAL DA JUVENTUDE, nº 4.530/2004).

A partir do Plano Nacional foi possível a proposição de projetos de lei, como o Programa de Inclusão de Jovens (Projovem) visando à promoção da sua reintegração desses jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano a partir da Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

Na sequência, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (2005) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) (2005), que foram instituídos, a partir da lei ordinária 11.129, de 30/06/2005, marcando os processos de conquistar os espaços para esses jovens (CALIARI; HELMER, 2006).

A organização dos jovens possui marcos históricos na concretude de direitos. Porém, o processo de transformação do movimento estudantil, como dito, pode permanecer em contínua dualidade e contradições ao analisar suas implicações no tempo histórico, e conseqüentemente, as mudanças nas formas de organização e atuação. Por isso, o movimento dos estudantes voltou à cena em 2007 e 2008 com as ocupações de reitorias, materializando processos de continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil (BRINGEL, 2009).

Nesse momento, os movimentos estudantis anunciam aspectos que se concretizam nos movimentos futuros, e representaram críticas aos movimentos da época. Dessa maneira, ocupações das reitorias (2007-2008) pode ser traçado correção com os movimentos de ocupação que vinha a se desenvolver em 2016, por terem como ponto de interseção aspectos como: as assembleias de organização e deliberação; a crítica aos canais institucionais da política; os ataques recebidos dos meios de comunicação hegemônico; a incapacidade dos governantes de interpretar os

acontecimentos das ações estudantis; são uma das características que marcam tal movimento, além disso, como aponta :

- Maior democratização da informação e da comunicação: os blogs formam utilizados pela primeira vez nas ações coletivas; servindo de ferramenta mais aberta e direta de comunicação; para divulgação
- Maior horizontalidade na deliberação: maior protagonismo das assembleias em detrimento dos comitês fechados e órgão de representação;
- Ausência de um líder definido. Os estudantes alternavam-se nessa função (BRINGEL, 2009, p. 112).

Essas características dos movimentos estudantis brasileiras recentes, que vão ser observados nas Ocupações da Escolas em São Paulo (2015), e em todo país no ano seguinte, ao mesmo tempo que chocam com as dinâmicas anteriores de organização estudantil - institucionalizadas e hierárquicas -, se aproximam das lutas de outros movimentos sociais globais e na América Latina, que emergem no século XXI e que tem como marco principal o protagonismo feminino. Sobre os novos movimentos sociais:

[...]um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais 'clássicos' de representação social (partidos, governos, sindicatos, etc.), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum (SOUSA, 1999, p. 117).

Porém, segundo Bringel (2009), esse conflito permanece no renascer as novas mobilizações estudantis, contribuindo para a permanência da dualidade entre elementos do passado com tendências que apontam para o seu futuro. Nesse sentido, podendo vislumbrar que os movimentos estudantis brasileiros que vieram a se desenvolver, permanecem como um período de transição, ou apontam, para coexistirem aspectos do passado com elementos do futuro.

Deve ser lembrado que a criação desses espaços de diálogos parte de um grande esforço desses jovens em construir e legitimarem seu lugar no destino do país. Isto é, os anos de lutas e mobilizações da juventude brasileira concretizou uma voz que precisava ser ouvida e firmando-se como um segmento social que contestador. Nesse sentido, a participação dos estudantes nos canais de luta representa a efetivação como sujeitos de direitos.

A criação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), aprovado em 2013, representou a compilação de direitos destinados a juventude. A conquista, perceptível, através do processo paulatino de resistência e a luta por efetivação dos direitos políticos e sociais, colocam em

evidência a necessidade de elaboração e promoção de políticas públicas para suprir as demandas dos jovens.

O Estatuto da Juventude conta com artigos direcionados à educação, saúde, cultura, ao território e promove uma ampla abertura para o debate sobre os jovens. Nas diretrizes, cita os principais canais para ampliação da participação juvenil nos diversos espaços sociais, ao incentivar a conquista da autonomia dos jovens e colaborar para a valorização do jovem enquanto sujeito de direito, como aponta:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I – Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;

IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; (ESTATUTO DA JUVENTUDE; SEÇÃO I – DOS PRINCÍPIOS, 2013)

Nesse sentido, a efetivação da promoção da participação dos jovens na política serve como base para todos os direitos posteriores. Logo, sendo possível afirmar que com a participação da juventude nas decisões políticas pode ocorrer a concretização dos seus direitos. Nesse sentido, segundo o estatuto, as políticas públicas de juventude devem ser formuladas e articuladas em conjunto entre os 3 entes federados, ou seja, passando pela União, o Estado e o Município (RIVA, 2013).

Figura 1: Formação e articulação das políticas da juventude

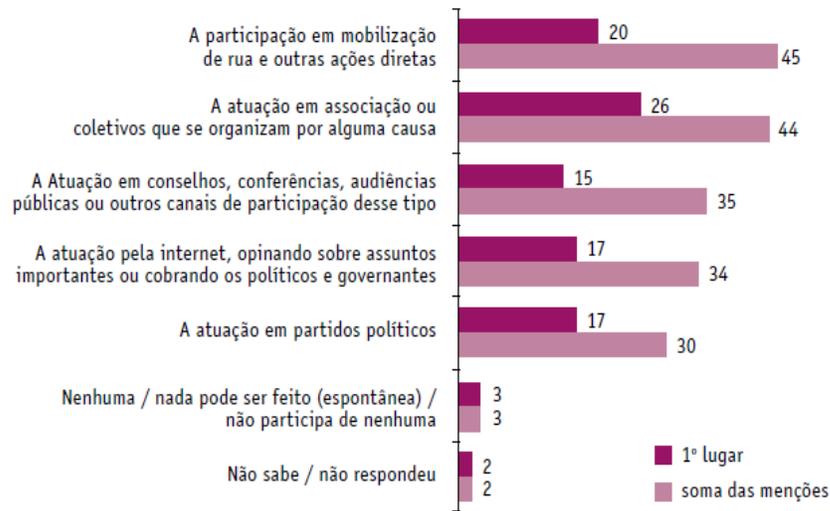


Fonte: Site Consciência Política (2016)

Essa nova dimensão do jovem como um sujeito de direitos foi inserida um pouco anteriormente com a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) no ano de 2005. Portanto, consequência direta das Conferências voltadas para as questões da juventude realizadas em 2008, em 2011 e, posteriormente, a de 2015, as quais geraram a compilação de documentos que serviram de base para a compreensão das demandas juvenis.

Mas cabe salientar a dificuldade existente no número de conselhos de juventude em Estados e Municípios como aponta a 3ª Conferência Nacional da Juventude. Isto é, ainda persiste uma quantidade de municípios que ainda não possuem um espaço destinado ao acolhimento de jovens para assim funcionar de maneira plena os programas de políticas públicas destinadas aos jovens. Entretanto, por mais que existam avanços enquanto sujeito de direito, os indicadores apontam sobre o distanciamento da participação da juventude institucional para outras esferas.

A pesquisa feita em 2013, pelo *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, teve como objetivo traçar o perfil dos jovens, como também compreender os temas que faziam parte do seu contexto. A pesquisa indicou que as formas de atuação que, segundo a maioria dos jovens, acreditam que podem mudar a realidade social de seu país são através da participação em mobilizações de rua e outras ações diretas como aponta o gráfico:

Gráfico 1: Formas de atuação que podem melhorar as coisas no Brasil

Fonte: Agenda Juventude Brasil (2013)

Isto é, as formas institucionais de organização começaram a ser questionadas buscando caminhos alternativos para luta política. Ou pelo menos, indicam um novo tipo de necessidade de organização. Por isso, as pressões sociais por participação nas decisões políticas sinalizavam para necessidade de mudança no processo de tomada de decisões, como afirma:

[...] As manifestações são movimentos que construíram significados novos para as lutas sociais (esse sim, uma categoria mais ampla). E construíram esses novos significados porque novos sujeitos entraram em cena, com práticas diferenciadas, valores, formas de ação e procedimento discursivos. (GOHN, 2014, p. 435)

Nesse sentido, o momento atual brasileiro é caracterizado pelos novíssimos movimentos sociais, que surgem no momento contemporâneo marcando uma ruptura geracional dentro dos movimentos sociais e, conseqüentemente, evidenciando formas de organização, característica da sua época, como a utilização do ciberespaço como forma de comunicação. Nesse caso, os novos movimentos sociais se tornaram uma organização coletiva, que vislumbra propor novas formas de organização e participação social.

O recente ciclo de mobilização estudantil supõe um novo ponto de inflexão nas lutas estudantis brasileiras também no que se refere ao questionamento das dinâmicas organizativas e mobilizadoras das últimas duas décadas, a partir de um maior horizonte de informação, da

deliberação e da ausência de lideranças definidas. De maneira geral, os aspectos de centralização e hierarquização das lutas estudantis, consequências do modo de organização, são reorganizados e questionados dentro dos novos modelos de luta ensaiados no Brasil a partir de 2013, permanecendo com as formas de dualidade características.

1.3 MOVIMENTAR, OCUPAR, TRANSITAR: SUJEITOS POLÍTICOS EM EMERGÊNCIA

As vozes que ecoam nas ruas a partir de 2013 no Brasil, ao primeiro momento, se mostram difusas, destoantes e com um interesse em comum: permanecer presente enquanto corpo político e emitir sua mensagem. Pela sua magnitude, são interpretadas como um movimento equiparado às grandes manifestações como greves e paralisações pré-golpe militar (1964), *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello (1992) e o movimento das Diretas Já (1984).

As jornadas de junho inauguram um novo ciclo de lutas dos movimentos sociais no Brasil. Inicialmente com o foco nos transportes públicos e, posteriormente, incorporando diversas pautas como saúde, educação e corrupção, se materializam de forma multifacetada, seguindo correntes e fluxos distintos, demarcando uma ruptura geracional de protesto e manifestações protagonizadas pela juventude brasileira, possibilitando a abertura de um campo de análises que podem partir por diferentes recortes.

A depender da ótica utilizada para interpretação do fenômeno das manifestações de junho, as lições oriundas delas podem ser diversas, principalmente, analisando como processos de uma história corrente. A literatura aponta que foram identificados aspectos de moralidade presentes nas manifestações em forma de cartazes (GOHN, 2016), ao passo que o centro do combate não era de fato desqualificar a ordem estabelecida (SINGER, 2013), implicando, conseqüentemente, a construção da “base popular” do golpe de 2016 (SOUZA, 2016).

Esse contexto histórico proporcionou interpretar, posteriormente, o momento que acarretou as mobilizações das ocupações em 2016. Porém, as nuances que fazem parte desse momento inicial são fundamentais, pois revelam aspectos comuns entre os movimentos, isto é, mesmo com demandas diferenciadas as correntes presentes possuem modos de organizar, agir, e se localizar na sociedade de forma comum.

A convergência, nesse sentido, é no *modus operandi* dos novos movimentos sociais. O meio social é interligado com as tecnologias e formam um novo tipo de aglomeração, ou seja, um ponto que interliga o mundo virtual ao físico (vice-versa), e, nesses processos, eles se auto alimentam. Desse modo, os novíssimos movimentos sociais que surgem no momento

contemporâneo, são organizados de maneira autônoma, com pautas diversificadas e interligados mundialmente através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tornando-se uma das principais formas da associação desses grupos (CASTELLS, 1999).

Essas ações relacionadas, rua e/ou espaço virtual, demonstram a capacidade de diferenciação com os movimentos sociais tradicionais e inauguram, dentro da literatura, um novo processo analítico, nos quais as formas de organização características da contemporaneidade, como a utilização do ciberespaço como forma de comunicação, criam novas formas de sociabilidade e autonomia, demonstrando um novo caminho para a participação popular e construção das relações sociais.

A novidade inaugurada por esses movimentos reflete principalmente na sua forma de se organizar. Contrariando as estruturas tradicionais de organização em que o processo hierárquico se configura como forma de delimitar o nível de poder dos indivíduos, os novos movimentos se materializam de maneira horizontal – no qual nenhuma figura se coloca como representante ou líder – recorrendo a uma técnica de repartição do poder, a organização em núcleos (comissões), funcionando como pequenas partes do sistema, como agentes de forças de maneira a agenciar o movimento por diversas frentes.

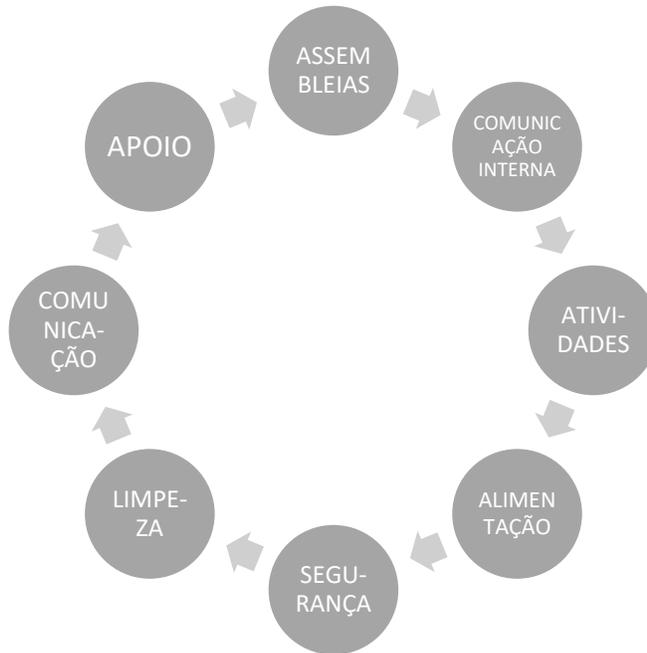
As marchas proporcionaram novas formas políticas de afeto, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão. Ivana Bentes (2015) afirmou “os contornos dessa nova geração política já se delineava a partir de múltiplas frentes”. A força da multidão tinha sido descoberta por jovens no anonimato e a ausência de representação são fatores férteis enquanto catalisadores de protestos, servindo para inaugurar um novo formato de manifestação recorrente na contemporaneidade, as ocupações.

A ocupação, como forma de mobilização, marca um aspecto comum com as insurgências no mundo todo. No século XXI a inconformidade com a realidade social, política e econômica, propicia o surgimento de mobilizações como a “Primavera Árabe” (2011), “Occupy Wall Street”, em Nova York (2011) “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006) e a Ocupação em Hong Kong (2014), focos mundiais de mobilização que tem como perspectiva, ocupar um espaço como formas de manifestação e organização, com poder de criar pautas emergentes para cada realidade desses grupos (CASTELLS, 2013).

As camadas deliberativas comuns, como assembleias, demonstradas no gráfico 1, revelam o ponto de partida de seu funcionamento, articulando os membros a participarem das decisões

enquanto unidade, e refletem o caráter plural dentro do próprio movimento. O exercício da participação, nesses espaços, é observado como processo de aprendizagem do funcionamento de um órgão coletivo.

Figura 2: Organização do movimento de ocupação



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

A abertura, proporcionada pelas manifestações de junho de 2013 impulsionou a interpretação do espaço/lugar e pode ser entendida como fator importante para entender o processo analítico que cerca a história corrente. Lançando um contraponto com o repertório tradicional de protestos e marchas, os campos de ocupação reinterpretam os públicos, com urgência de persistir e resistir criando “novos mundos”.

O primeiro ensaio brasileiro utilizando a ocupação como principal instrumento de resistência ocorreu em São Paulo, entre outubro e dezembro 2015, em média de 200 escolas ocupadas, conseguindo êxito em seu processo de resistência pela reversão da decisão do governo estadual. Com o auxílio da Cartilha de “Como Ocupar uma Escola”, confeccionado,

principalmente, pelo coletivo “Mal Educado”¹, inspirados na Revolta dos Pinguins no Chile, e que foi possível a materialização das ocupações nas escolas de São Paulo.

O movimento de ocupação proporcionou o confronto dos moldes das relações estabelecidas cotidianamente no espaço escolar, principalmente, na desconstrução da hierarquização das posições e papéis sociais desses jovens. O processo de transformação dessa identidade idealizada produz o conflito, mas indica a autonomia por parte dos sujeitos, na criação de pautas e demandas, construindo assim novas maneiras desse jovem transmitir e se sociabilizar. O livro “Escolas de Luta” (2016) oferece uma dimensão para refletir sobre o processo político e inovador deste movimento, Campos *et al* (2016) afirmam;

O processo de organização de protesto, mas sobretudo as ocupações, geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais, tanto entre os estudantes, como entre eles e os professores e as direções das escolas. Os secundaristas romperam o isolamento individualista do cotidiano escolar e criaram uma nova sociabilidade no processo de luta: uma sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público. Essas novas relações são o que a uma tradição autonomista chama de política pré-figurativa, a capacidade de forjar, no próprio processo da luta, as formas sociais a que se aspira, fazendo convergir meios e fins. A sociabilidade horizontal, corresponsável e baseada na proteção do patrimônio público é, ao mesmo tempo, objetivo da luta e criação imediata, uma espécie de antecipação performática daquele que se busca (CAMPOS *et al.*, 2016, p. 13).

A dinâmica estabelecida nas ocupações sinaliza uma nova forma de organização dos movimentos sociais e, por conseguinte, das relações sociais. Nessa nova concepção, retirando as estruturas hierárquicas e estabelecendo a comunicação como pública comum a todos, o protagonismo feminino surgiu como um dos elementos latentes desse período. A visibilidade da participação feminina durante esse processo político é refletida na frase “Lute como uma Garota” ressaltando o papel desta como frente de resistência, na luta de rua, bem como também destacando seu protagonismo na organização do movimento de ocupação, se tornando um dos sinalizadores da influência da corrente feminista nesse período.

Interligando o papel da mulher nesse contexto, e a articulação da segunda fase das ocupações no Brasil no período de 2016, é necessário ressaltar o destaque representado na figura da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), a primeira mulher Presidenta do Brasil. Nessa época,

¹ O coletivo “Mal Educado” é fruto articulação entre grêmios que durou de 2010 a 2011 sendo esse um ponto de cruzamento de articulações secundaristas para construção de frentes de resistências e mobilizações em torno da melhoria das escolas, no Estado de São Paulo. (CAMPOS *et al*,2016)

em seu segundo mandato, sofre o processo de *impeachment*, articulado entre a classe política, o aparato jurídico-policial e a mídia hegemônica, formando uma tríplice aliança para manobrar seu processo de destituição do cargo por um suposto crime de responsabilidade fiscal.

A unificação desse acordo nacional proporcionou o discurso contra a corrupção montado em face (e apenas) do Partido dos Trabalhadores, sobretudo nos governos Lula e Dilma. Na realidade, Souza (2016) afirma que a construção da “base popular” do golpe de 2016, funcionou através do tema da corrupção, que construiu o debate perfeito para a manipulação de um determinado público alvo, capaz de causar aderência social, e conseqüentemente, insatisfação social. Assim sendo, trata-se de um tema que não oferece nenhuma reflexão e compreensão real do mundo, mas mobiliza todo tipo de distorção, seletividade e manipulação do público alvo.

O caráter misógino que compôs o enredo do golpe, envolvendo, sobretudo, a utilização das mídias sociais, com clara aderência de figuras pejorativas atacando a figura da Presidenta enquanto mulher, fazendo parte das análises feitas por Lima e Antonino (2016), como um dos aspectos que constituem esse processo.

A primeira fase do processo, na Câmara dos Deputados, aconteceu em abril de 2016. No roteiro da votação, em sua maioria, os deputados utilizavam em seus discursos a justificção “Pela Família, por Deus e pelos meus filhos”. A espetacularização do golpe se materializou, sinalizando as suas raízes conservadoras nesse processo. A votação no Senado, em agosto de 2016, apenas concluiu a farsa de uma sentença já ensaiada, mas em meio a esse contexto, com fortes palavras proferidas em seu discurso de defesa, a Presidenta Dilma, aponta o *locus* da força da primavera feminista que estava em curso ao afirmar:

As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com a sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostram suas garras, as brasileiras expressam, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil. (Dilma Rousseff, em 28 de agosto de 2016)

Estreava-se um novo período da política brasileira, com raízes diretamente ligadas ao conservadorismo mais antigo da política. O novo na realidade era uma máscara de algo muito velho, ansioso por parecer novidade, a composição do novo governo revela apenas um dos aspectos patriarcais desse contexto: nenhum ministério foi conferido a mulheres. Porém, a novidade que não

era desenhada foi a força das lutas sociais protagonizadas pelas mulheres no movimento de ocupação, que viria a ser o maior ato de enfrentamento ao governo.

O governo brasileiro anunciou duas propostas que afetariam diretamente a formação dos estudantes secundaristas: a Reforma do Ensino Médio, tornando o ensino médio integral, bem como a implementação de ciclos escolares, que acabaria com a obrigatoriedade da oferta de disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia; além da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, ou nº55, a depender da casa legislativa tramitada, com objetivo de criar um teto de gasto de 20 anos em setores como a Educação, sendo aprovada em 16 de dezembro de 2016 e se transformando em Emenda Constitucional nº 95/2016.

A partir desse contexto, inicia-se o segundo momento do movimento de ocupação, agora em todo o território nacional, ao longo dos meses de agosto a novembro de 2016, jovens ocuparam a Rede Pública de Ensino, Institutos Federais e Universidades Públicas. A “Primavera Secundarista”, termo atribuído a esse fenômeno brasileiro, caracterizado pela paralisação das atividades escolares rotineiras em face ao contexto político. A nacionalização da luta mobilizou mais de 1.000 escolas em todo território brasileiro, segundo o levantamento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

A primeira fase das ocupações das escolas aconteceu no Paraná, o estopim foi ocasionado pela falta de merenda nas escolas. As mobilizações iniciadas pelos secundaristas geraram pressão social sobre a “Operação Quadro Negro”, que teve como base investigar o desvio de dinheiro relacionado a construção de escolas e uma má distribuição dos recursos públicos relacionados ao sistema educacional do Estado.

Na segunda fase do semestre de 2016, após o anúncio da Medida Provisória nº746/2016 com a Reformulação do Ensino Médio, em setembro de 2016, as escolas paranaenses iniciaram, com grande destaque, a Primavera Secundarista, onde concentrou o maior número de ocupações e serviu de modelo para as demais escolas de todo o Brasil.

O Estado de Minas Gerais contabilizou as ocupações em 22 colégios da rede pública de ensino. O fato que marca o Estado mineiro, nesse período, foi o recuo ao projeto que visava dividir o prédio do colégio Estadual Ricardo de Souza Cruz, em Belo Horizonte, com o Colégio Militar, que funcionaria de maneira simultânea, tal fato, representou uma das conquistas para esses jovens.

No Estado do Rio de Janeiro, 74 escolas foram ocupadas, os manifestantes conseguiram resistir diante da violência policial e às tentativas da Secretaria de Educação em desarticular as suas

ações. O movimento protagonizou momentos únicos com a colaboração de artistas que manifestaram apoio ao movimento. As mobilizações permitiram conquistar eleições diretas para diretoria das escolas, como também a reativação do *Rio Card* – cartão que garante o passe livre estudantil.

No Estado do Ceará foram ocupadas 60 escolas, no período de mais de dois meses, entre os meses de maio e julho. Teve o apoio dos professores que decretaram greve geral, nesse processo, os cearenses conquistaram o repasse de R\$ 32 milhões para reformar os colégios e R\$ 6,2 milhões para melhorar a qualidade da merenda.

É nesse contexto de lutas que a ocupação da primeira escola estadual da Paraíba acontece na cidade de Campina Grande. As marcas da passagem das ocupações na Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida, o Gigantão da Prata, como é conhecido, não foi o único espaço de ensino ocupado no município; aconteceram outras duas ocupações: na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e no Instituto Federal da Paraíba.

Como já apontava em estudos sobre as ocupações na região paraibana (MENDES, 2017), mesmo em consonância com o contexto nacionais, os jovens também exigiam demandas locais, como questões ligadas à infraestrutura, problemas com o refeitório, laboratório sem materiais, biblioteca e aulas vagas, bem como, a abertura para debates sobre as questões de gênero.

Um aspecto importante a ser ressaltado nesta dissertação foi, à época, a capacidade de união dos estudantes secundaristas com os universitários. Os universitários utilizavam o método da ocupação para manifestação em outros momentos da história, mas é a primeira vez que as ocupações de escolas e universidades foram feitas de forma simultânea com o mesmo propósito.

As ocupações da rede pública desencadeiam, na história dos movimentos sociais brasileiros, uma transformação dos meios pelos quais as lutas sociais são promovidas pelos jovens. Ainda que de maneira geral não tenham conseguido impedir a implementação dessas medidas, ainda assim, revelam uma mudança no seu cotidiano escolar. A partir da integração dos alunos com a apropriação do espaço - quando o espaço escolar começa a ser percebido não é algo apenas transitório e sim apropriado pelos indivíduos -. Existe uma mudança no senso de percepção em relação ao espaço escolar, transformando-o em um espaço de luta e resistência. Assim, percebendo que os canais e espaços históricos de luta, como a rua, podem ser reconfigurados, possibilitando o surgimento de novos atores sociais nessa dinâmica

O fato é que o entusiasmo dos manifestantes que acreditavam nessas transformações definitivas não se perdeu. Pelo contrário, se desdobrou em outras marchas, ocupações, novas demandas. As mulheres imprimiram o protagonismo diante um cenário de resistência ao contexto político. Possuem conexão com o movimento de mulheres, principalmente, mediante as estratégias de organização e a presença de pautas relacionadas, proporcionando a abertura de múltiplas vozes em “seus lugares de fala”. A fissura temporal proporcionada pelo movimento de ocupação funciona como abertura de um mundo utópico, tornando-se porta de entrada para interpretar a realidade social e problematizar as questões da estrutura da sociedade enquanto exercício reflexivo.

CAPÍTULO 2 – ENTRE O MÉTODO E A PESQUISA: A METODOLOGIA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

2.1 CONSTRUÇÃO DO MÉTODO PARA CIÊNCIAS SOCIAIS

Para as Ciências Sociais, as relações que os indivíduos estabelecem entre si são geradoras de normas de comportamento, atitudes, formação de grupos e elaboração de ideias sobre os mesmos grupos, por isso a preocupação em estudar os fenômenos sociais (QUINTANEIRO et al, 2013). Nesse sentido, o trabalho do cientista social consiste no esforço de problematizar fatos sociais disponíveis, para se posicionar com o olhar crítico a esses processos, para assim, “produzir evidências”, enquanto modelos analíticos, que possam ser perceptíveis na realidade social.

A construção do saber empírico pela ciência passa por processos de legitimação, principalmente, pelo modo como a ciência manteve a preocupação em diferenciam-se do senso comum - como se fosse formado apenas por uma soma de preconceitos que propõe a guiar uma ação -. Deste modo, enquadrando o saber comum como refutável para o campo da ciência, contribuindo para crença das esferas do saber científico como verdade absoluta, constituindo-se como poder, principalmente, no ocidente.

Deve ser ressaltado que o estudo sobre a realidade social, dentro da academia, não se torna automaticamente uma explicação totalizante, mas propõe a ser um fragmento da realidade que pode ser problematizada através dos mecanismos metodológicos. Com isso, o saber social deve ser preservado, ao passo que o conhecimento científico não pode ser uma desqualificação da experiência dos indivíduos. Logo, cabe frisar que os dois aspectos, tanto a prática social quando o conhecimento científico, não são desvinculados entre si, como afirma Demo:

Todo conceito representa prática, ou seja, conjunto de determinações referentes a um objeto, como se manifesta de maneira analítica, como também como estabelecer um modelo de explicação, estabelecendo relações (DEMO, 2007, p. 19).

Além disso, a realidade social pode ser permeada por contradições e conflitos manifestados pelos indivíduos, podendo criar-se assim, meios de interpretação distintos. Por isso, nas Ciências Sociais existe o esforço de formular questões da realidade social e, buscar na produção dos fatos sociais, explicações que vão para além da visão de mundo que contemple apenas o pesquisador,

cabendo também perceber os seus limites e problematizar criticamente esses processos, partindo assim, desse esforço metodológico.

Por isso, a dedicação metodológica realizada pelos pesquisadores se transforma em tradução de uma realidade a partir de uma perspectiva, por uma ótica, por isso, a sua abrangência de interpretações. Isto posto, podemos perceber como os instrumentos metodológicos constituem um serviço para a pesquisa social, mas como também pode percorrer por processos e caminhos diversos tanto a partir do pesquisador, quanto para melhor condução para pesquisa.

Segundo Queiroz (1992), ao analisar a história da ciência é perceptível suas nuances, por isso, existe um conjunto de crenças, visões de mundo e formas de interpretação da realidade social que são reconhecidos pela comunidade científica, configurando na história o que pode ser denominado paradigma. Porém, é preciso ressaltar que o “progresso” da ciência se manifesta pela “quebra” dos paradigmas, isto é, as reinterpretações que se pode ter através da pesquisa empírica.

Durante o século XIX e XX, o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais foi associado ao conhecimento estatístico. Conforme Martin (2001), os métodos e técnica quantitativo se destacavam por representarem no meio científico uma maior autenticidade das informações, porque, supostamente, afastaria o pesquisador dos sujeitos da pesquisa, numa tentativa de negar própria subjetividade do pesquisador, dos entrevistados e do contexto inseridos.

No século XIX enquanto inauguração da história institucional, metodológica e conceitual da disciplina de sociologia dentro do campo científico foi impulsionado, principalmente, através das instituições e pesquisas estatísticas situados na França. Os seus propulsores nessa dinâmica, autores como Gabriel Tarde e o próprio Durkheim, utilizaram a estatísticas para elaborar seus conhecimentos sociológicos – compreendendo “O Suicídio” (1897) a obra mais evidente desse processo -, como afirma:

O recurso aos questionários fechados, às estatísticas com suas porcentagens, permitiria também às Ciências Sociais fugir das influências da individualidade de cada cientista, uma vez que se passava a raciocinar sobre quantidades direta ou indireta mensuráveis (QUEIROZ, 1992, p. 17).

A partir do século XX ocorre uma quebra do paradigma de uma suposta neutralidade dos pesquisadores. A perspectiva positivista com o método desenhado nas perspectivas analíticas das ciências exatas começa a ser questionado. A nova corrente se propõe a questionar as limitações dos juízos de valores, da neutralidade do pesquisador e a confiança dos resultados que era a exigência do método positivista.

Para Max Weber (1982) a racionalidade dos sujeitos diz respeito a uma disposição entre meios e fins, em que toda ação humana é realizada em função de determinadas metas ou valores inculcados. Nessa perspectiva, o homem tem o sentido da escolha/opções da ação ancorada em valores morais, por isso, as pesquisas sofreriam influência da coletividade e a realidade em que o investigador pertenceria. De maneira geral, deveria ser considerado inserção do pesquisador no meio da sociedade, ao passo que sua socialização é mediada através das circunstâncias de tempo e de espaço.

A ciência ou a prática da racionalidade, para Weber, se manifesta por orientação do exame da própria prática da racionalidade. Nessa construção metodológica, o objetivo é o desenvolvimento de métodos de pensamento para a construção de instrumentos e adestramento do pensar. A ciência, nesse esquema, indica os meios necessários para atingir determinadas metas e, assim, devem ser claramente formuladas, com a finalidade de identificar os meios de atingi-las, por intermédio da racionalidade, como afirma:

A possibilidade de entender a estrutura social como um conjunto de múltiplas lógicas oferece rica perspectiva de análise para sociedades cada vez mais complexas. As diferenças sociais, os princípios diversificados que as produzem e a irredutibilidade dos fenômenos sociais de esferas específicas são balizas fundamentais para se pensar as sociedades do século 20 (QUINTANEIRO, 2013, p. 136).

Por outro lado, se tomamos a realidade social como um processo histórico em pleno sentido está sempre em transformação, como é proposto por Karl Marx em “O Capital” (1988), utilizando o método dialético para entender que todos os fenômenos econômicos ou sociais, concluindo-se que todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Sua hipótese fundamental é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto, tudo se transforma na vida humana e social.

Nesse sentido, existe uma diferença entre a história humana e a história natural, ou seja, a história natural que compõe a natureza, enquanto a história humana remete justamente ao desenvolvimento das civilizações que é produto do homem (MARX, 1976). A chave de pensamento inserida por Marx é justamente contrária, pois, a questão não está na interpretação da realidade, mas sim em transformá-la. Dessa maneira, sua metodologia visa transformar a realidade, principalmente, do ponto de vista de classes.

A partir desse aparato, mesmo que de maneira breve, se reconhece que nenhuma ciência é neutra, assim como, a trajetória histórica do pesquisador. Nesse sentido, a experiência social adquirida pelo processo de socialização pode estar imbricada na pesquisa, até mesmo, na escolha do objeto. Por isso, sendo interessante as diferentes visões de mundo historicamente criadas, que para Mannheim *aput* (LOWY, 1985), seriam todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações cognitivas - conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada.

A evidência, nesse sentido, é de que o indivíduo é um produto social. Isto é, que a ação dos sujeitos pode ser condicionada, em grande parte, pelo meio de convivência com os outros indivíduos, na formação dos grupos e ao conjunto de marcadores e símbolos sociais que o adquire.

Dentro das ciências sociais entende-se que a construção social dos indivíduos é forjada através de vários segmentos sociais. A família fornece o primeiro processo pelo qual a criança aprende a ser um membro participante da sociedade, implicando no aprendizado de um conjunto de normas e valores. Posteriormente, em sua socialização secundária, os indivíduos constroem novos modos de aprendizagem em contato com outros grupos.

A escola proporciona o primeiro contato do indivíduo com os diferentes grupos compostos na sociedade. A “turma de amigos”, constituída no contexto da escola, classifica uma referência clara na sua trajetória, é com ela que interage, convive e troca experiência. Segundo Pais (1993, p. 94), os amigos do grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”.

A construção da estrutura social fornece a diferenciação dos grupos, tal fato, implica a distinção das experiências desses indivíduos para cada classificação social. Seja por marcadores sociais como: cor, gênero e classe, os indivíduos são alocados diante seu valor implicando diretamente sua experiência social. Todo esse processo relatado se desenvolve de maneira complexa e conflituosa.

Essa dinâmica da vida social marcada por conflitos e interesses constroem as interações entre os sujeitos de maneira a formar a sociedade, conseqüentemente, seu jogo social. Esses processos forjados por afetos e identificação com grupos são definidos e redefinidos a todo tempo mediante disputa por poder (controle), que de maneira prática pode não se configurar de forma harmoniosa. Porém, os sujeitos possuem ao menos duas perspectivas: a de se incorporar as regras sociais e ao seu lugar determinado, ou questioná-las.

Portanto, os indivíduos podem permanecer em pleno estado de inquietação, entrando em discordância com o jogo social. Logo, esses sujeitos podem manifestar seu material através de dispositivos formais ou desviante. Nesse sentido, compondo objetivos e valores coletivos, evidenciando a necessidade de personagens antagônicos dentro do jogo social para que de fato as mudanças ocorram, os movimentos sociais marcam a aglutinação desses indivíduos independentes, participantes de grupos distintos, que se aproximam em busca de um “bem comum”.

Nesse sentido, entendendo que a preocupação das Ciências Sociais diz respeito a compreender os sujeitos dentro das relações sociais que o cercam, compreendendo que os indivíduos não são o fim em si mesmo (isolados). Os indivíduos, como afirma Watier (1997), relacionam-se uns com os outros e formam grupos sociais, constroem, nessa dinâmica, regras de comportamento e ações diversas no meio familiar, no espaço escolar, nas relações de trabalho e no lazer.

Nessa perspectiva, as regras de comportamento não se manifestam de maneira estática e imutável, mas sim, são dinâmicas ao passo que as relações sociais se materializam. Logo, a dinâmica social que envolvem níveis sociais, econômicos e políticos, podem modificar o comportamento, ações dos indivíduos e os meios pelos quais se apresentam na realidade social.

De acordo com Rodrigues (2001), entendendo que a concepção de mudanças sociais passa diretamente pela perspectiva dos movimentos sociais, como campo de estudos para as Ciências Sociais, foram criados mecanismos para compreender os indivíduos através das relações sociais que o compõem, manifestado nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais.

Por conseguinte, sendo sua competência a função de problematizar o porquê da existência das disparidades entre os grupos e seus conflitos, por isso a importância de investigar as razões pelos quais os indivíduos e grupos tentam quebrar as regras normativas de funcionamento das sociedades, ou quando criam movimentos para questionar a legitimidade dessas mesmas regras;

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011, p. 4).

Nessa perspectiva, historicamente, os movimentos sociais desempenharam esse papel de produção de novas formas de organização sociais, principalmente, por seu caráter de contra poder, ou seja, agindo como elemento autônomo e forte que contribui para a transformação social tanto

de maneira formal, como a efetivação de direitos, como também as relações sociais, incorporando novos sujeitos na participação política (GOHN, 2011).

Assim sendo, a trajetória histórica dos movimentos sociais é responsável por provocar mudanças nas estruturas sociais, em sua maioria, confrontando a hegemonia de valores e poder de cada época. Com efeito, são nas lutas sociais que a contestação é desenvolvida. Elas fazem parte da história dos sujeitos e podem fazer parte das características de um determinado grupo social. Com isso, a participação em movimentos sociais fornece aos sujeitos o caráter de formação da identidade, como também de resistência.

Diante desse “ser social” e histórico é importante perceber que suas demandas são imbricadas também através do tempo, além de características de cada camada social. A construção social geracional é concebida a partir de um recorte cronológico, como também a partir da distinção de cada geração, sendo sua forma de se comportar perante a sociedade como seu marco principal de distinção. Cada geração constrói, dentro de uma sociedade, seu lugar, suas funções e o que se espera dela.

Mannheim (1968), por sua vez, propõe pensarmos as gerações a partir das suas posições sociais, a partir da separação geracional dos grupos e as diferentes posições sociais que ocupam através da construção social de cada um desses segmentos. Isto é, por mais que adultos e jovens convivam no mesmo período histórico social, existem diferenciações, ou "estratificação diferencial de vida", que os levam a desempenharem um papel diferente e, conseqüentemente, uma localização diferenciada na estrutura social. O autor supracitado chama atenção para perceber a força que leva a determinação de cada uma dessas categorias.

A categoria da juventude em sua construção histórico social nos leva a pensar como os fenômenos sociais são desenvolvidos e são feitos os processos de transformações sociais. Nesse sentido, é justamente a partir da atuação dos jovens, segundo Mannheim (1968), que é possível compreender o processo de criação histórica e inovação cultural que esses vivenciam, como afirma:

Os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra aos critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da “natureza interna (MELUCCI. 1997, p. 13)

Historicamente a juventude é o grupo social que marca os processos de enfrentamento das questões que emergem socialmente, diante disso, “a formação de novos agentes sociais representa,

assim, sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e renovação" (FORACCHI, 1972, p. 22).

A organização estudantil é um dos meios pelo qual a juventude assume o papel de contestação diante da sociedade, ela constitui de forma organizada, com pautas, passam a representá-lo por meio de uma organização estruturada. Logo, deve ser percebido que o processo histórico desses movimentos passam por diversos percursos e modos de organização ao longo da história brasileira.

Ianne (1968) relata que a literatura aponta para um esforço dos meios sociais em classificar os jovens, principalmente em fase de enfrentamento ao Estado e suas contestações sobre a realidade social, como por exemplo as manifestações, são utilizadas inicialmente para retratar o "Jovem Radical".

O termo radical é posto como uma forma de classificar o jovem como "produto de uma consciência peculiar da condição social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global" (IANNI, 1963, p. 160). Nesse sentido, o termo passa a englobar uma aproximação do sentido político da juventude, dimensão fundamental para pensar o caso das ocupações nas escolas por nós analisadas nesta dissertação.

Com isso, os movimentos sociais são fenômenos que se constituem como fonte constante de fluxo de renovação e, conseqüentemente, significados novos para as lutas sociais - justamente porque os novos sujeitos entraram em cena, com práticas diferenciadas, valores, formas de ação e procedimento discursivos distintos -. A utilização dos meios modernos, como mecanismos *online*, e antigos, como cartazes, são evidências do sincretismo de antigas práticas e novas, apontando as características desse novo momento dos movimentos sociais, por isso, impulsionando novos caminhos investigativos.

2.2 DESAFIOS E DESVIOS METODOLÓGICOS: ESTRATÉGIAS PARA PENSAR O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Os "abalos sísmicos" proporcionados pelas manifestações de 2013 fornecem apresentaram elementos para pensarmos a formação das novas camadas políticas que se questionando problemas político, sociais e econômicos do país. O ponto de erupção das indignações perpassa uma pauta única - muito embora, seu epicentro possa ser detectado nas revoltas contra o aumento da passagem

de ônibus – (ROLNIK, 2013), e se atrelam a um conjunto de insatisfação, contradições e paradoxos fornecidos pela história brasileira.

Nesse processo de eclosão das manifestações que, inicialmente, se recusam a levantar bandeiras de partidos, surge a expectativa de classificar os grupos como autônomos, ou ressaltando o seu caráter multifacetado do movimento (FIGUEIREDO, 2014). Porém, com o decorrer da história em curso a clara bifurcação dos caminhos trilhados por esses grupos revelam uma cooptação, de antemão, desse estado de vertigem da sociedade para encontrar respaldo no golpe que se materializou em 2016.

A falsa interpretação dos anseios da rua promoveu na classe política, não só a aderência social, mas a oportunidade de implantar um conjunto de medidas educacionais que permaneciam em modo de espera para finalidade de aprofundar o modelo tecnicista de ensino, com ausência crítica a realidade social, além de utilizar a educação, saúde, como um mote para solução da crise econômica. A parcela dos jovens da rede pública que participaram das manifestações de junho que, por mais que tenham ressaltado as falhas (fracasso) do modelo educacional vigente, não concordavam com as reformas do ensino propostas pelo meio político, que atende a um modelo econômico.

Jovens do ensino público em todo território nacional emplacaram medidas de oposição às reformas, bem como evidenciaram os problemas locais de cada escola. Conduziram um processo de transgressão da ordem estabelecida de obediência e, assim, ocuparam seus colégios. A utilização dos veículos de comunicação *online* serviu para espalharem notícias, compartilharem experiências, criarem redes de apoio; as comunidades criadas através redes sociais contribuíram para divulgar e difundir as informações de cada Escola, Universidade e Instituto Federal ocupado.

O poder de mobilizar indivíduos geograficamente distantes – ou não - capaz de se comunicar e agir em comum inaugura os marcos dos movimentos sociais contemporâneos (HARDT; NEGRI, 2015). Os fenômenos no mundo sobre as insurgências do século XXI evidenciam o poder das redes de comunicação *online*, se tornando o ponto de interseção dos movimentos sociais, servindo como instrumento para articulação e concretização das ocupações nos espaços públicos. Além disso, aponta um novo caminho para participação popular na política, principalmente, com a inclusão dos jovens.

Na Paraíba, algumas escolas serviram de palco para materialização dessas experiências vividas por esses jovens, por meio das ocupações na Universidade Federal da Paraíba, nos campi

de João Pessoa, Areia e Bananeiras, bem como na Universidade Federal de Campina Grande, nos campi de Campina Grande e Sumé. As Escolas Estaduais ocupadas foram a Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida (conhecida como Gigantão da Prata), em Campina Grande, e o Lyceu Paraibano, em João Pessoa.

Por isso, a importância de reconhecer as problemáticas que cercam o objeto de pesquisa. Diante disso, o movimento de ocupação das escolas carrega consigo elementos de um recorte enquanto grupo – alunos que fazem parte de alguma instituição de ensino público -, mobilizações em torno de mecanismos *online*, como as mídias digitais; além de fazer parte de um determinado período histórico brasileiro. Essas características subjetivas que fazem parte da constituição do fenômeno exigem do pesquisador buscar caminhos alternativos que contemplem – mesmo que sob um ponto de vista fragmentado – a realidade empírica em que o objeto está inserido.

Através da rede de contato proporcionada pelos vínculos estabelecidos foi possível conectar com os participantes que ocuparam, de maneira geral, a rede de ensino do Município de Campina Grande. A delimitação das entrevistas semiestruturadas seguiu a trilha originária que foi buscada, com as entrevistas com os participantes das escolas Elpídio de Almeida, Instituto Federal de Campina Grande e a Universidade Federal de Campina Grande, para dar conta do objeto de estudo foram realizadas com 15 (quinze) entrevistas com alunos, com cerca de 5 (cinco) entrevistados para cada instituição, com o total de 9 (nove) mulheres e 6 (seis) homens, com a idade entre 16 a 25 anos, durante o período de setembro à novembro do ano de 2019.

O processo de contactar os estudantes para marcar as entrevistas seguiram, principalmente, por meios de mecanismos *online*. Entrando em contato com os jovens e me apresentando como pesquisadora do movimento que participaram, a maioria, se prontificou para conceder as entrevistas. Porém, empecilhos marcaram a trajetória da obtenção dos dados.

No decorrer do agendamento das entrevistas, questionado o melhor lugar, de fácil acesso para encontro, existiu a dificuldades de alguns para comparecer ao local por falta de possibilidade de locomoção na cidade através do cartão de passagem. Nesses casos, me dispus aos locais próximos as suas casas para realizar as entrevistas, conseguindo êxito nos casos situados no município de Campina Grande, entretanto, os mais afastados, como os localizados nas cidades vizinhas não foi possível o acesso.

Os locais das entrevistas seguiram, na sua maioria, na Universidade Federal de Campina Grande, por ser um espaço em que grande parte dos entrevistados se encontravam estudando, ou

pelo menos, tinham um acesso por transitar por meios de amigos e colegas. As entrevistas duraram em torno de 50 minutos à 1 (uma) hora para cada entrevistado, seguindo o roteiro previamente elaborado (anexo I, II, III), concedidos mediante autorização dos mesmos, todavia, convém ressaltar que os nomes dos informantes apresentados durante a dissertação são fictícios.

Nesse momento foi possível traçar dados que constituem o fenômeno estudado, as questões que norteiam a pesquisa e suas chaves de pensamento, porém, para além dos caminhos traçados, foi proporcionado um novo ponto de vista ao acesso das informações. Foi pensado, assim, a promoção de um evento realizado na Universidade Federal de Campina Grande com os estudantes que fizeram parte do movimento de ocupação no município, esse momento, materializado como momento único de união entre os estudantes dos diferentes níveis escolares que fizeram parte do movimento.

Sendo importante destacar, que esse momento, durante o evento, foi utilizado como um dos aspectos da pesquisa como forma de compreender o recorte situacional do movimento estudantil hoje situado no município e, por conseguinte, a maneira como os estudantes se constituíram em relação aos movimentos de ocupação fazendo emergir as questões de gênero, política e educação, interesse da pesquisa.

Com o princípio a interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa, o evento foi constituído como um momento formação de um grupo focal. Segundo Minayo (2000), o grupo focal se manifesta na construção de um momento que obedece a critérios elaborados pelo pesquisador, visando o objetivo da pesquisa, proporcionando um espaço de criação de discussão que proporcione aos indivíduos manifestarem suas percepções acerca daquele fenômeno, contribuindo para essa percepção:

[...] considera que os grupos focais propiciam um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes. Um debate que se fundamenta numa discussão racional na qual as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração (GASKELL, 2002, p. 79).

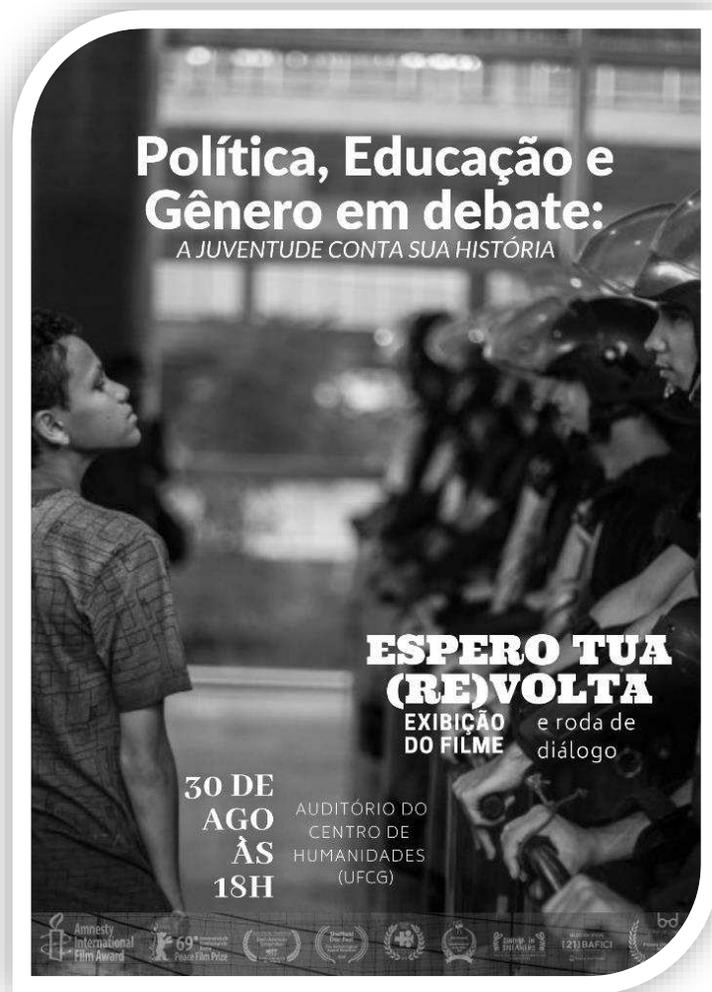
O roteiro que compõem a condução da pesquisa através do grupo, tem como chave norteadora itens que permitam abrir as discussões, ao passo de construir um espaço que possibilite a inclusão de pontos que não foram desenhados e, conseqüentemente, podem se tornar relevantes para análise da pesquisa.

O momento da análise dos conteúdos dos grupos realizados, enfatiza-se a necessidade de utilização, nesse processo, de um método capaz de perceber os discursos recorrentes e as opiniões

mantidas e reconhecida pelo meio (GOMES; BARBOSA, 1999). De maneira geral, o recorte tem como objetivo caracterizar as disposições e padrões de explicação comum que são interligados com a temática da pesquisa.

Intitulado como “Política, Educação e Gênero em debate: a juventude conta sua história” o evento foi realizado no dia 30 de agosto de 2019, com o objetivo de acionar o diálogo sobre as experiências dos jovens enquanto espectadores e agentes políticos diante das manifestações que aconteceram no Brasil de 2016 à 2019, principalmente, através do relato de alguns estudantes que participaram das ocupações na região da Paraíba, como as mobilizações e manifestações decorrentes desse período.

Figura 3: Folder do evento - Política, Educação e gênero em debate

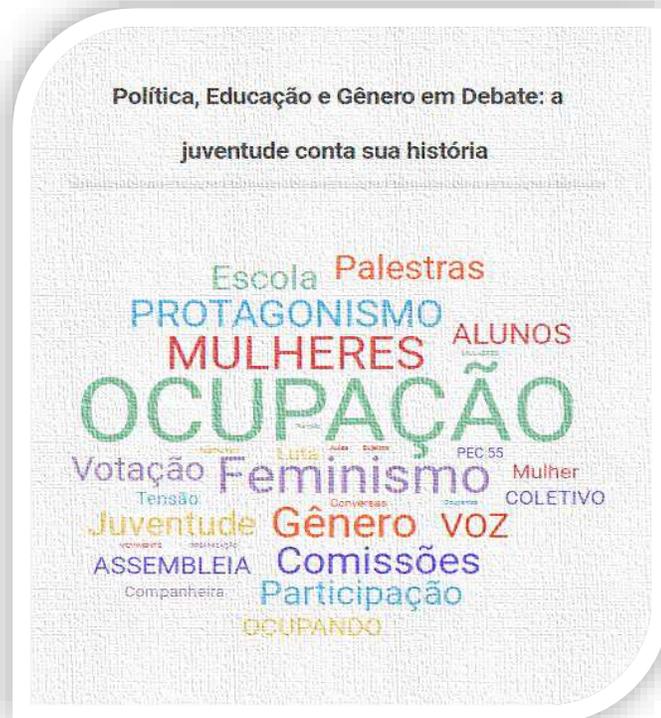


Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

A dinâmica da atividade consistiu na apresentação do documentário premiado “Espero Tua (Re) Revolta”, que aborda o movimento de ocupação sob uma nova dinâmica, através na condução e narração de perspectiva de três estudantes que fizeram parte do movimento, elaborando suas experiências e demonstrando registros inéditos. Entrando em contato com a produtora Taturana Mobilizações Social, que possui uma trajetória em busca da democratização do acesso ao cinema, o documentário foi disponibilizado antes mesmo de ser exibido no circuito comercial de salas de cinema em todo Brasil e, logo após, ganhar o prêmio em Berlim da Anistia Internacional (AI) e da Paz por sua temática relacionada aos Direitos Humanos. Esse momento de exibição do documentário, durante o evento, teve como finalidade ser um catalisador da memória dos estudantes e impulsionar o diálogo como forma de despertar as narrativas dos indivíduos presentes.

Os elementos que surgiram durante o evento serão enfatizados a posteriori no momento de discussão das análises dos dados, principalmente, no terceiro capítulo. Porém, cabe frisar os aspectos iniciais que formaram as discussões, por isso formando a foto 2 sobre principais palavras que foram utilizadas durante a fala dos estudantes:

Figura 4: Nuvem de palavras



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Na continuação da dinâmica da atividade, posteriormente foi apresentado a contextualização através da pesquisa sobre o movimento de ocupação na Paraíba que venho desenvolvendo desde do ano de 2016 e, atualmente, na fase de mestrado vinculado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, abordando as categorias analíticas que cercam essa problemática. No segundo momento, durante o evento, aconteceu o relato de experiência de quatro jovens que participaram das ocupações da região, com estudantes da Escola Estadual Elpídio Almeida, do Instituto Federal de Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande e do Instituto Federal de Cabedelo.

As dimensões da política, educação e gênero foram trabalhadas como eixos temáticos essenciais para o desenvolvimento das narrativas, mobilizando cerca 40 (quarenta) inscritos que fizeram parte do movimento e participaram do evento. Com o documentário, por meio do relato dos estudantes, pôde ser percebido como materializou a organização dos estudantes em torno do momento político brasileiro, fato, caracterizado como um movimento dinâmico e contínuo.

As discussões provenientes desse momento, durante o evento, foram responsáveis por destacar aspectos fundamentais que formaram a pesquisa. O cruzamento de perspectivas iniciadas com as mobilizações jornadas de julho de 2013, que sobre o prisma de um movimento autônomo, a partidarização ou a filiação com algum veículo institucional de organização foi descartado, são posteriormente retomados em 2015 nas Escolas de São Paulo, como também em 2016, em todo o Brasil.

Porém, deve ser salientado que a composição dessas manifestações não foram alheias aos movimentos estudantis organizados, tanto que durante todo esse momento aconteceu simultaneamente a agenda do próprio movimento estudantil como as eleições para o CONUNE (Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes). Todas as contradições e simbioses são características dentro da realidade social, principalmente, atravessada pelo contexto político.

Convém ressaltar que a partir da narração da experiência dos estudantes convidados, no período reservado para o público, adicionaram-se novos relatos de ocupações que não haviam sido previstos. Dentre esses casos, cabe frisar, a presença de estudantes de Sumé (no agreste da Paraíba) que fizeram parte da ocupação no município no ano de 2016. Do mesmo modo, durante a discussão, estendeu-se para o depoimento de uma estudante sobre a ousadia dos seus colegas, numa cidade no interior de Pernambuco, em ocupar sua escola, assim ela se expressou:

Eu, juntamente com mais 25 colegas e 2 professores, a gente ocupou a nossa escola. Não foi 50 dias, não foi 40 dias, foram 48 horas. Mas pra aquela cidade foi um ato revolucionário. Para aquela cidade a gente fez uma coisa que talvez ninguém tivesse coragem de ter feito. Foi as 48 horas piores da minha vida. Eu nunca me senti tão humilhada. Existia pessoas jogando pedras na escola, xingando, chamando de vagabundos. Mas esses 25 vagabundos foram os únicos alunos daquela escola a passarem numa universidade pública. E eu acredito que das pequenas ações podem nascer grandes revolucionários (Luiza, 18 anos, 30 de agosto de 2019).

Além disso, os registros fotográficos fizeram parte da ocupação da Universidade Federal de Campina Grande no campus de Sumé na Paraíba como destacado abaixo;

Figura 5: Ocupação Sumé



Fonte: Maicon Viera (2019)

As ocupações, como dito, se manifestaram em todas as regiões do Brasil, fato esse enriquecedor para pensar o movimento de ocupação como elemento unificador, mas com suas particularidades em cada região, por isso, o evento foi contemplado com estudantes que fizeram parte de mobilizações realizadas nas escolas do Paraná, através do contato com as atividades promovidas nas instituições de ensino.

Além disso, por intermédio do relato inesperado e muito bem vindo, de um estudante de São Paulo que fez parte de uma das escolas ocupadas relatadas no filme, contribuindo para dimensão dos processos de violência característico das mobilizações estudantis no seu Estado.

Eu sou de São Paulo e eu participei de alguns movimentos que foram retratados no filme. Mas antes de tocar nesse assunto eu queria fazer algumas ponderações. Tiveram algumas cenas que me chamaram bastante atenção como por exemplo **o garoto sendo revistado e ter que mostrar o comprovante de que ele realmente comprou aquela bicicleta, isso é muito real para as pessoas negras e periféricas de São Paulo**. Eu por exemplo, consegui comprar uma câmera e quando eu ia fazer alguns ensaios fotográficos na avenida paulista eu tinha que estar com o comprovante em mãos dizendo que eu tinha comprado aquela câmera. Se eu não tivesse aquele comprovante, como aconteceu uma vez, um dos policiais automaticamente já presumiam que a câmera era roubada, então é uma situação muito recorrente nas nossas vidas. E acerca das manifestações, o fato interessante que me chamou atenção no filme foi acerca da história da Marcela, que depois da manifestação ela foi abordada (pelos policiais) chegando na casa dela, isso se deu, eu imagino, por um motivo específico. No ano de 2016, já durante aquelas manifestações quem estava no poder como prefeito de São Paulo é João Doria e ele sancionou muitas leis que fizeram com que a polícia fosse muito mais agressiva. **Enquanto estava passando no senado uma lei que dava ‘carta branca’ para os policiais manterem e não sofrerem sanções jurídicas, em São Paulo aquilo já estava em vigor**, já estava acontecendo. Outra coisa que estava acontecendo era uma parceria da polícia militar de São Paulo com uma empresa de tecnologia Norte Americana que conseguia acessar os celulares dos cidadãos a partir do uso de 3G (internet móvel), e eles ainda tem essa parceria. **Então a partir disso eles conseguem identificar quem são os principais organizadores dos atos e perseguir, como aconteceu com minha amiga recentemente**. A minha amiga organizou um ato na USP, um pouco antes das eleições, que mobilizou cerca de 100 mil pessoas a partir de um evento no facebook e divulgando na Universidade e eles (os policiais) conseguiram encontrar ela. Depois do ato, voltando para casa, ela também foi abordada pelos policiais, ela foi extremamente agredida e quase presa, então essa é uma situação real e muito perigosa do que está acontecendo em São Paulo. Mas eu participei da manifestação que foi chamada “não é por 20 centavos” em 2013, e eu participei das ocupações das escolas em 2015. Em 2013 eu não tinha formação política nenhuma para entender o que estava acontecendo, eu só fui porque minha mãe me levou e ali eu já consegui sentir a repressão na pele, a gente estava lutando por algo totalmente injusto. Aqueles 20 centavos por mais que pareça pouco dinheiro, no final do mês, somava um valor absurdo que era tirado de pessoas que recebiam um salário mínimo, e retirava cerca de 40 reais de uma pessoa que pegava o transporte público todos os dias. Além disso, existia um grande risco de tirarem o Passe Único (Bilhete Único) que dava desconto no transporte coletivo. No ano 2015 nas ocupações das escolas, eu participei, eu estava estudando no nono ano e minha escola era municipal, porém, eu tinha muitos amigos na Estadual. E quando eles estavam se organizando para ocupar a escola eles não tinham gente suficiente para se manter dentro da escola, e eles chamaram a gente, o pessoal das escolas municipais, para ajudar nesse processo. **Então eles conseguiram mobilizar um grande número de pessoas** só que, infelizmente, não durou muito tempo, porque

no terceiro dia, durante a noite, os policiais invadiram e jogaram bombas de efeito moral, que fizeram com que a gente tivesse que desocupar aquele espaço e, partir disso, eles (policiais) entraram não deixaram mais a gente ocupar. E essa escola que eu participei durante as ocupações, está fechada hoje em dia (Pedro, 20 anos, 30 de agosto de 2019, grifo nosso).

A violência foi um dos elementos presentes durante as ocupações das escolas de São Paulo podendo ser considerado o ápice do embate entre os manifestantes e o poder público. O conflito, como aponta o pensamento político, foi mobilizado para formação do Estado como um órgão regulador, através do controle de dispositivos como forma de mediação e punição desses conflitos configurado nas forças organizadas, como o exército ou a polícia.

Nessa configuração, apenas o Estado - esse órgão regulador - tem o poder, através dos dispositivos legais e físicos, de exercer e estabelecer o que é violência na prática social, visando estabelecer um tipo de segurança. Porém, é importante destacar que dentro da dinâmica social ainda existe a manifestação da violência, mesmo através da presença do Estado, interessante para perceber as dicotomias e as formas como as instituições se apropriam do mecanismo da violência.

Dowbor e Swako (2013) propõe pensarmos um dos aspectos que repercute a composição dos grupos que vinham a se formar com as manifestações de 2013, sob o ponto de vista da repercussão imagética proporcionado por esse contexto. Os dois movimentos - Passe Livre e o Comitês Populares da Copa, demonstram, de maneira didática, a desproporcionalidade do uso recorrente da violência para contenção das manifestações ou, dependendo do movimento, para sua proteção.

Nesse sentido, como o Movimento Passe Livre através de um histórico de mobilizações estudantis com relação ao direito de locomoção nas cidades, articulado manifestações em movimentos em Salvador – BA com Revolta do “Buzu” em 2003 e, em Florianópolis com a Revolta da “Catraca” em 2004 e 2005 – foram alvos recorrente do uso da violência por parte policial.

Por outro lado, a criação e atuação dos Comitês Populares da Copa utilizaram de outras estratégias. A dinâmica formada por membros com respaldo público, através da legitimidade dos integrantes – como representantes das instâncias do Estado - tinha como objetivo fazer um monitoramento das atividades pública em relação a Copa de 2014 no Brasil. Convém ressaltar que nas manifestações de rua esse grupo sofreu menos ataques tanto da mídia, quanto do aparato policial que, por vezes, tiveram que os proteger.

A desobediência civil se torna um aspecto constituinte nesse período e permeará a construção da opinião pública sobre as ocupações. A desobediência, interpretada pelo poder

público e setores da sociedade civil como negativa, colocam em confronto a busca da incorporação dos direitos da juventude, sinalizados nos documentos oficiais como o “Estatuto da Juventude”, em que a promoção da participação social e a política dos jovens presente no art. 2º destaca que a participação do jovem na vida em sociedade é condição fundamental para sua emancipação (Estatuto da Juventude; Seção I – Dos princípios; 2013).

Nesse sentido, o modo de abordagem das manifestações para cada setor da sociedade é desempenhado de maneira distinta. Os grupos que acabam sofrendo penalidades ou sanções por meio da mídia e do aparato policial, são claros. Mas sendo preciso ressaltar a articulação dos movimentos sociais desse período com veículos de comunicação por meios próprios, conseqüentemente, a composição dos meios de comunicação como aspecto importante.

Por isso, durante as ocupações os meios alternativos de comunicação foram fundamentais para intercomunicação dos estudantes e, conseqüentemente, para apresentar a sociedade uma realidade diferente da que os grandes veículos de comunicação divulgavam, que em sua maioria, tentavam desqualificar o movimento – prática recorrente no início das manifestações de 2013.

A utilização de *Livestreams*, uma plataforma que permite aos usuários transmitir vídeo em tempo real através da internet, foi amplamente acionada durante os processos de discussões e assembleias permitindo que os jovens demonstrassem, sobre seu ponto de vista, a realidade dentro das ocupações permitindo que formassem a “cena” como protagonistas e os cinegrafistas desse momento.

As pesquisas relacionadas com a internet se fortaleceram durante esse período, se tornando um eixo fundamental para entender as dinâmicas formadas no contexto contemporâneo em meio as manifestações sociais, com isso Castells afirma:

A internet está desempenhando, na contemporaneidade, um novo caminho para participação popular, com a sua maioria a inclusão dos jovens. Como deve ser percebido que a internet, e as redes de comunicação, passam a afetar a relação dos cidadãos com que a política, ou seja, ganhando mais espaço e interferindo diretamente. De maneira geral, a internet se tornou uma forma de aproximar os cidadãos das decisões políticas, como também uma forma de fiscalização dos representantes (CASTELLS, 2013, p. 15).

Por isso, além das técnicas utilizadas para obtenção das informações, foi manuseado como os procedimentos de investigação relacionados à internet como mecanismo metodológico. Assim sendo, através dos acessos as comunidades formadas *online* na rede social “*Facebook*”, cada uma das instituições participantes da pesquisa foi mapeada, obtendo dados, desde as assembleias nas

livestreams; notas públicas; registros fotográficos e calendário de atividades; que serviram para análise dos movimentos de ocupações nas escolas no ano de 2016.

A partir disso, ser possível relacionar os mundos virtuais e materiais para entender a dinâmica que os compõe. Assim, percebendo que os canais e espaços históricos de luta, como a rua, podem ser mudados e reconfigurados surgem novos atores sociais e novos contextos, como também evidenciando novos espaços de resistência:

As ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira. Apreendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de politização e liderança, e que terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil (POERNER, 2004, p. 41).

Os fenômenos de ocupação revelam uma questão fundamental que é a criação de um novo espaço, ou pelo menos, simbolicamente, uma fissura temporal que funciona como abertura de um mundo utópico que aspiram uma outra realidade. Tornando-se porta de entrada para interpretar a realidade social e problematizar as questões estruturais da sociedade enquanto exercício reflexivo.

A abertura de um novo mundo nas ocupações, proporcionado pela fissura temporal e a suspensão da ordem previamente estabelecida – que implicam na vida prática modo de agir empregado ao jovens, principalmente, da escola pública – revelam novas maneiras de materialização das relações sociais por esses jovens e, evidenciam, simultaneamente, os novos paradigmas que são postos.

2.3 NOTAS INICIAIS SOBRE O SOBRE INSERÇÃO NO CAMPO DE ESTUDO (OCUPA IF CABEDELO - "Pois se prepare então, que o pavio vai acender")

A inserção nos estudos sobre as ocupações das escolas envolve um atravessamento pessoal, como aluna oriunda da rede pública de ensino, como também acadêmico, com minha aproximação com a Rede Estadual de Ensino de João Pessoa-PB, através do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no período de 2013 a 2017.

Estas experiências viabilizaram a minha inserção no campo de estudo desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso: a ocupação dos jovens nos espaços escolares na cidade de João Pessoa/PB (MENDES, 2017). Nesse caso, a incursão metodológica utilizada no aprofundamento das questões envolvendo o Instituto Federal de Cabedelo, me serviram para propiciar os primeiros

passos para as experiências metodológicas em relação da realização do grupo focal com os alunos que fizeram parte da ocupação, acionando questões norteadoras para pesquisa.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cabedelo, emerge como campo de pesquisa realizada durante o movimento de ocupação em 2016, mas conta também com sua trajetória de luta e resistência. O polo era historicamente confrontado com ameaças de fechamento, por ser alvo de baixas em relação a desistência por parte dos alunos. Seu funcionamento era situado numa sede provisória, no centro de Cabedelo-PB, pequeno e sem a infraestrutura adequada para as atividades necessárias para os desenvolvimentos educacionais dos alunos. Este contexto serviu de motivação para os estudantes reivindicarem a apropriação da nova sede.

Constituindo-se uma das primeiras turmas a se formarem pelo instituto, a luta por um espaço físico adequado é um marco de luta desses alunos. A juventude que permaneceu na escola se caracteriza pela preocupação com o espaço ocupado, ao mesmo tempo que procuravam formas que os levasse a ocupar os novos espaços construídos. O processo histórico e a relação que os estudantes têm com o Instituto sinalizam para o entendimento do processo de organização dos estudantes neste local.

Cria-se, nesse processo, uma coletividade desses jovens como grupo, formando o “Núcleo de Teatro do Oprimido do IFPB Cabedelo - NTO” contribuindo para a formação de uma ferramenta para organização estudantil de mobilização para ocupação da nova sede. Através da iniciativa dos professores de Geografia e Climatologia, a formação de um grupo de Teatro, baseado no método teatral intitulado “Teatro do Oprimido”, promoveram debates de cunho político e educacional naquele espaço, como afirma a pesquisadora e integrante do grupo:

O T.O é uma técnica político-teatral desenvolvida por Augusto Boal que tem o intuito de trazer os problemas enfrentados pelas diversas comunidades para o campo da encenação, quando pessoas comuns se tornam atores e entram em cena, buscando desenvolver os conflitos postos. Pela sua versatilidade, o T.O vem sendo utilizado em diversos ambientes e situações de opressão que vão desde movimentos sociais até grupos menores, como aqueles localizados em escolas. Nesse trabalho, o T.O., enquanto arte e política, se une à educação e à juventude, a partir do entendimento de que a educação é formadora de cidadãos e o período escolar é fundamental na formação pessoal dos estudantes (DIAS, 2019, p. 21).

O processo de organização dos estudantes através do T.O configurou-se fundamental para o desenvolvimento para o movimento ocupação no ano de 2016, visto que, durante a pesquisa realizada a maioria dos ocupantes participavam dessa manifestação cultural grupo teatral denominado “Teatro do Oprimido”.

Durante os 52 dias que ocuparam o espaço do campus, os estudantes tinham uma rotina para as diversas atividades educacionais. Pela manhã, ao acordar, existia a “alvorada” que anunciava as atividades planejadas para o dia, divididas por dias e horários, acontecia oficinas e debates alternados pela manhã e tarde. O horário noturno, antes do “toque de recolher”, era destino para apresentações culturais tais como: música e exibição de filmes. O final da noite era reservado também para uma roda de conversas, momento que tocavam violão e compartilhavam as experiências vividas durante o dia.

Segundo os relatos, a presença das mulheres demonstrava seu espaço conquistado desde a organização do grupo de teatro em que a maioria é formada por mulheres, como também dentro da ocupação, em que a representatividade das mulheres desempenhou um papel de destaque dentro do movimento. Porém, segundo os relatos todo esse processo se consagrou de maneira lenta.

Com o tempo, principalmente, com o grupo de teatro e posteriormente a ocupação ocorre a aceitação da figura feminina nos movimentos, por vezes até uma protagonismo feminino, como afirma uma secundarista:

A ocupação foi um espaço que deu voz aos alunos que eram do campus e não participavam das discussões, como também deu voz a pessoas da comunidade que está próxima do campus, muitas pessoas que não eram estudantes vinham para cá apoiar, participar das oficinas, das aulas. A gente passou a vê o IF como nosso de verdade, passou a reivindicar quando a gente acha necessário. As pessoas que participaram passaram a compartilhar mais fatos da realidade política nacional. É a partir dessas ações que podemos pensar criticamente (MENDES, 2017, p. 54).

A divisão de tarefas foi um aspecto interessante relatado sobre as questões de gênero no período da ocupação. A percepção de que as problemáticas da sociedade se refletem dentro do espaço escolar serviu para questionar a divisão sexual do trabalho e suas funções, por isso, a divisão igualitária de tarefas. Nesse sentido, as definições dos papéis de gênero setorializados a determinadas funções foi algo combatido dentro desse espaço criado pelos jovens, porém, segundo os relatos, foi além disso. O contexto serviu para discutir o machismo dentro desses espaços e a importância em discutir as questões de gênero nas ocupações enquanto grupo, como relata uma das estudantes:

Existia muitos casos de machismo na escola. E diferentemente do que acontece quando o professor está e representa a figura de autoridade, em que a direção 'resolve' dentro da sala e aplica algum tipo de punição, na ocupação a gente teve que trazer para o coletivo essas questões, discutir em assembleia e conversar diretamente com os alunos. E isso foi um processo enriquecedor (MENDES, 2019, p. 14).

Como apontamentos através da pesquisa realizada em Cabedelo-PB, foi possível identificar que a ocupação da escola por esses jovens foi dita como primeiro contato com algum tipo de movimento social na sua geração e serviu de catalisador para permanência no ensino, tanto que a maioria dos ocupantes ingressou em cursos superiores. Além disso, segundo relatos, a ocupação da escola serviu de base para acionar nesses indivíduos percepções acerca da organização enquanto estudantes, fato que se revela pela aderência a movimentos estudantis e centros acadêmicos dentro desses novos espaços ocupados como a academia.

Nesse sentido, motivada pelas evidências proporcionadas pela pesquisa realizada que serviram de base para os estudos seguintes sobre as ocupações na cidade de Campina Grande na Paraíba que será o recorte desta dissertação. O estudo sobre a ocupação de postos de lideranças por mulheres nos movimentos sociais contemporâneos, como durante a primavera secundarista (2016), me permitiram alargar o olhar para o confronto que as mulheres desempenham nas configurações de poder tradicionais, como a política.

A escolha do estudo busca compreender o protagonismo feminino nas lutas sociais contemporâneas, evidenciando o antagonismo das definições dos papéis históricos e sociais destinados a espaços localizados da atuação de homens e mulheres, nesse caso, sendo possível suplantar as camadas subjetivas da estrutura do poder e servindo como quebras de barreiras invisíveis da atuação das mulheres nesses espaços.

CAPÍTULO 3 – OCUPAÇÕES: REFLEXÕES ACERCA DAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICO COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO

Os fenômenos de ocupação das escolas no ano de 2016 relevam uma questão fundamental que é a criação de um novo espaço, ou pelo menos, simbolicamente, que vislumbra propor novos moldes das relações sociais, principalmente, da organização dos movimentos estudantis e nas questões de gênero. Nesse processo, reatualizam tópicos que mobilizam a participação dos jovens sobre as decisões políticas e, conseqüentemente, evidenciam como o movimento de mulheres protagonizam as lutas contemporâneas.

A crise da representatividade, apontada por teóricos da Ciência Política, é um dos caminhos acionado nesse processo para compreender o contexto que o modelo democrático de representatividade brasileiro está ancorado. Logo, é necessário fazer um resgate da literatura em relação construção das “Teorias da Democracia” e as interpretações históricos em relação a participação popular nas decisões políticas.

O processo modelo democrático é um sistema criado pelos indivíduos para contemplar o jogo político e mediar as relações sociais compostas na sociedade. O termo “participação” ganha, nas teorias da democracia clássica e moderna, interpretações distintas. Por mais que as preocupações dos teóricos modernos derive de duas convicções dos teóricos antigos, sendo elas:

Primeira, sua convicção de que as teorias dos predecessores mais antigos (os chamados “teóricos clássicos”), que acalentavam o ideal do máximo de participação do povo, precisam de uma revisão drástica, quando não uma rejeição pura e simples. Segunda, uma preocupação com a estabilidade; do sistema político e como as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade; essa preocupação origina-se da comparação que se faz entre “democracia” e “totalitarismo” enquanto as duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno (PATEMAN, 1992, p. 10).

Os autores que contribuíram para formação do pensamento moderno sobre a teoria democrática têm como propulsores: Schumpeter (1984), Sartori (1994) e Dahl (1997), que determinam que a democracia seria um método político, ou a construção de uma organização das instituições nacionalmente definidas. Segundo essa corrente teórica, a composição da democracia se baseia na disputa os líderes políticos, na busca por arrecadação de votos, e que, dentro desse sistema, necessariamente a existência de eleições regularmente, e que sejam livres para todos indivíduos.

Para Robert Dahl (1997), fundamentalmente, a construção do sistema democrático tem como necessidade básica à igualdade de voto. Assim, a participação efetiva dos indivíduos se configura na eleição - em que todos os membros devem reconhecer a opinião dos outros mediante o voto -. Nesse sentido, a igualdade política é vista como um sufrágio universal, ou seja, ancorado na concessão do direito ao voto para todos os indivíduos que atinjam a uma determinada idade suficiente para praticar o ato de votar.

A “participação”, na teoria da democracia moderna, se resume na participação da escolha daqueles que tomam as decisões, ou seja, “os escolhidos”. Nesse sentido, a função final da participação social, nessa corrente teórica, se revela como um tipo de proteção, isto é, “a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados” (PATEMAN, 1992, p. 25).

A democracia representativa incentivou a criação de vários partidos políticos dentro do sistema político. Porém, as lógicas dos partidos políticos dentro do governo representativo geraram mudança ao longo do tempo, e estabeleceu uma dinâmica que influencia um dos aspectos que constituem a crise da representatividade no sistema democrático contemporâneo.

Nesse sentido, o princípio do sistema representativo, tem como composição os partidos políticos que pode exercer um tipo de poder sobre os membros. A capacidade coercitiva de influir na decisão dos seus membros, pode se configurar através da instabilidade de benefícios dentro do partido - como permanecer na lista de nomeações; ajudar na aprovação de projetos próprios-. Além disso, os arranjos políticos se materializam de acordos internos e externos, fazendo com que crie uma prerrogativa de que esses membros votem de acordo com as decisões dos líderes desses partidos.

Dentro desse sistema, os representantes podem sofrer sanções por não seguirem as decisões do partido, como negar dinheiro para campanha ou negar a lista partidária, por isso, são elementos fundamentais para que se perpetue uma disciplina partidária, com raras exceções. A problemática dessa prática pode influir na representatividade, deve ser percebido que ao modo que não somente dependem dos eleitores os parlamentares têm dependência, também com o partido e suas decisões (FIGUEIREDO *et al*, 2001).

Por isso, a necessidade de arrecadação de votos passou a implementar, nos discursos políticos, as mais diversas demandas das classes sociais. Porém, o processo democrático envolve arranjos, como dito, e as promessas que envolve os discursos vão, naturalmente, perdendo o valor

de efetividade – tendo em vista que não é possível incorporar todas as variáveis presentes no discurso político -. Logo, os pesquisadores apontam para o declínio da credibilidade dos indivíduos aos partidos, acarretando, na transferência de confiança para outras instituições (SORG,2014).

Nesse sentido, “[...] a insatisfação com os partidos tornou-se expressão corrente” segundo Manin (2013, p. 116). Assim, de acordo com os estudos que analisam o estreitamento dos vínculos partidários nas democracias representativas anunciam, conseqüentemente, o declínio dos vínculos partidários em relação ao público, principalmente, entre os jovens, como afirma:

Nas pesquisas, a porcentagem de pessoas que se identificam com um partido decresceu constantemente ao longo dos últimos anos quarenta anos na maioria das sociedades industriais avançadas. O declínio no vínculo partidário autodeclarado é particularmente pronunciado entre os mais jovens (MANIN, 2013, p. 116).

Por isso, ao analisar a vertente clássica sobre a Teorias da Democracia, formada por autores como Jean-Jacques Rousseau (1978), John Stuart Mill (1981) e G.D.H Cole (1986) acreditam em uma teoria participativa da democracia. Nesse sentido, essa corrente teórica acredita que quanto maior a participação dos indivíduos na tomada das decisões coletivas, contribui para formação de um senso de comum, ou seja, de bem público.

Mill (1981) argumenta que se o indivíduo for guiado apenas para os interesses privados, contribui para formação de atitudes individualistas. A exigência de preparação para os indivíduos atuarem tanto em campo nacional como a nível local, afirmando que são a partir dessas práticas que aprende se autogovernar com a perspectiva de encorajar esses sujeitos a pensar no bem comum.

A pequena participação popular em alguns aspectos da vida política pode levar uma desarticulação com o próprio princípio democrático. Como afirma, o sociólogo Bauman (2000), a participação popular é um fator de grande importância na composição da política democrática.

A participação popular, principalmente, dos jovens, nas esferas civis representa uma forma de demonstrar os anseios e dificuldades da população. Nesse sentido, para que ocorra a democracia participativa é necessária que ocorra uma ampliação nos canais para participação popular, construção de equidade e uma inclusão dos grupos sociais, e suas respectivas demandas.

Por isso ciberespaços como a *internet* como meio de organização são marcas fundamentais dos movimentos sociais contemporâneos. Os movimentos de ocupação na contemporaneidade refletem a renovação da organização dos movimentos sociais desenvolvidas principalmente, por

meio das redes sociais. Nesse sentido, a renovação dos espaços públicos e de luta, isto é, ocorre a transformação das relações que os sujeitos estabeleceram em relação aos espaços públicos.

A *internet* está desempenhando, na contemporaneidade, um novo caminho para participação popular, com a sua maioria a inclusão dos jovens. Como deve ser percebido que a internet, e as redes de comunicação, passam a afetar a relação dos cidadãos com a política, ou seja, ganhando mais espaço e interferindo diretamente. De maneira geral, a internet se tornou uma forma de aproximar os cidadãos das decisões políticas.

Os mecanismos *on-line* passaram a possibilitar a participação dos indivíduos em grupos, de forma mais ampla e rápida. Desse modo, os vínculos podem ser exercidos tanto virtualmente, como o ativismo virtual, quanto do ponto de vista prático, como podemos perceber nas ocupações.

Nesse contexto das ocupações, se percebe o rompimento de uma fronteira do das indignações sociais, ou seja, a construção das ocupações passa por um momento híbrido entre o espaço físico e as redes sociais, criando um novo espaço com suas subjetividades e que tem características de transformadoras em relação a formação dos indivíduos participantes.

A formação desse espaço utópico, pretendendo evidenciar questões emergentes ao contexto como (re)organização dos movimentos estudantis, e principalmente, a participação das mulheres nas lutas contemporâneas.

3.1 OCUPA PRATA: “ESSA LUTA É NOSSA, ESSA LUTA É DE TODOS; POIS SÓ LUTANDO QUE SE CONSTRÓI UM BRASIL NOVO”

A escola se constitui como um espaço de interações afetivas e simbólicas dos jovens, relacionadas, principalmente, com o contexto social dos indivíduos - o bairro, a escola e o contexto social onde residem. Podemos dizer que a condição juvenil, além de ser socialmente construída, tem também uma configuração espacial (PAIS, 1993). Isto é, o processo histórico e social vividos pelos sujeitos são formados através da configuração territorial em que são inseridos, tendo em vista que o espaço não é neutro diante da sociabilidade desses sujeitos.

Por isso, a cidade de Campina Grande, localizada no agreste Paraibano, historicamente desempenhou um elo de conexão comercial entre o litoral e o sertão, por sua localização, ser um ponto estratégica nesse trajeto, se tornando responsável pelo desenvolvimento das atividades comerciais da Paraíba desde o período de constituição da República esse processo, assegurou constitui elementos para configuração do perfil econômico da cidade (AGRÁ DO Ó, 2006).

Com um passado de lutas e destaque do âmbito nacional sobre as formas de organização vividas, como é o caso do Centro Estudantal Campinense (1935), na cidade de Campina Grande/PB, foi e continua sendo palco de manifestações e notável na organização dos movimentos feitos por estudantes. Embora a trajetória de luta seja interligada com a história da cidade, cabe frisar que os diferentes atores que presentes no movimento estudantil se distinguem do passado anteriormente foi vivido, principalmente, em termos, de classe econômica e gênero.

Com isso, ao visitar esse passado histórico da cidade, o Centro Estudantal Campinense fundado em 1935, se torna marco na organização dos estudantes secundaristas de Campina Grande ao longo da história na Paraíba, como também inaugura a inserção da participação das mulheres no movimento estudantil do município. O centro tinha objetivo de lutar em benefício e pelos direitos dos estudantes de Campina Grande, além de atuar debates no âmbito nacional tendo em vista as melhorias, principalmente, nos campos político e social da cidade (SILVA, 2014).

O Centro Estudantal Campinense, funcionando como um diretório acadêmico das escolas da cidade, foi apontado como uma instituição que reuniu diversos personagens que vieram a ser representantes políticos na região. A sua figuração formada por predominantemente homens, advindo de famílias com maior poder aquisitivo, foi reconhecido como uma “fábrica” de líderes políticos de Campina Grande e da Paraíba, pois o espaço foi utilizado como oportunidade de prática e desenvolvimento de habilidades como oratória; os comícios públicos; as campanhas eleitorais e as manifestações em ruas e praças (SYLVESTRE, 1982).

A participação das mulheres no Centro Estudantal Campinense foi um dos aspectos destacados por Santana (2015) na sua dissertação. No primeiro momento, o discurso formado pelos homens revela que a participação das mulheres nesse período seria por estratégias ligadas de transformar as estudantes em instrumentos de propaganda nas campanhas eleitorais realizadas nas escolas que os homens não poderiam entrar.

As atividades destinadas às mulheres dentro do Centro, ainda que poucas dentro desse espaço, eram predominantemente relativas à organização interna. O fato de as mulheres serem restringidas de aturar na rua, diferente dos homens, por causa da família, se tornou um mecanismo ainda forte para o impedimento de participação das mulheres no espaço público, enquanto, atuavam nos círculos internos da organização estudantil.

As funções relativas à administração, secretaria e organizacionais poderiam ser vistas num primeiro momento como tuteladas pelo poder masculino, mas para as mulheres a participação

feminina não significou apenas suas presenças em campanhas eleitorais, segundo elas, na realidade representou “apropriações, rupturas, continuidades, conflitos e conquistas” (SANTANA, 2015, p. 157).

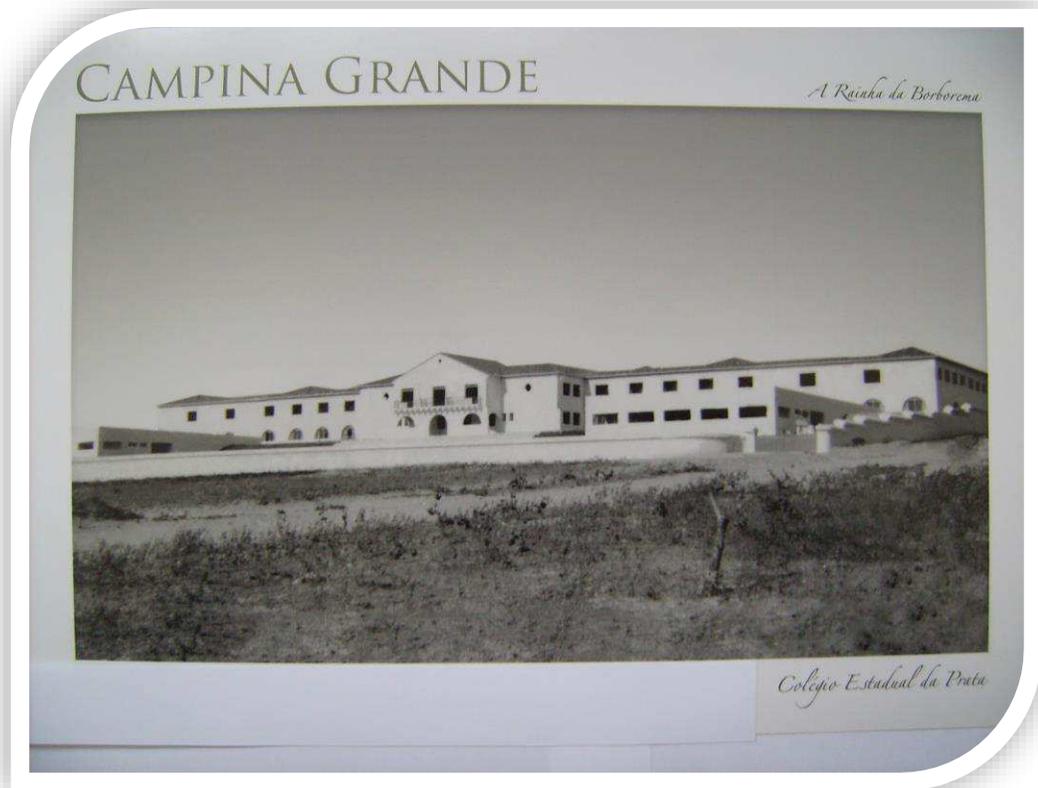
Enquanto para os homens houve um incentivo da família para se engajarem em um movimento político, para as mulheres a realidade foi outra. Elas tiveram que “enfrentar”, primeiramente, o questionamento do “por quê” da presença feminina como representantes do Centro Estudantil Campinense, por isso a presença das mulheres nesse espaço se tornou marcante, pois:

As mulheres não somente atuaram junto aos outros centristas, com lutas e manifestações a partir da necessidade de CEC, mas imprimiram novas formas de apropriação para o feminino, tais como: vitórias em eleições, conquistas pessoais, discussões referentes ao feminino com questionamentos sobre suas participações nesta entidade estudantil (SANTANA, 2015, p. 175).

As instituições de curso secundário ofertados na cidade, em sua maioria, os colégios religiosos, que tinham como princípio separação dos gêneros, foi responsável por um dos apontamentos relativos a esse período e consideraram que as meninas das escolas particulares tiveram uma maior restrição em participar do movimento estudantil.

A constituição histórica do Colégio Estadual da Prata, ou Gigantão da Prata como ficou conhecido, envolve o processo organização dos discentes nesse âmbito e inaugura uma nova configuração das relações gênero estabelecidas no ensino. A Escola se tornou símbolo na região por mobilizar políticos, opinião pública e segmentos sociais para sua implantação na cidade de Campina Grande, foram esses elementos mobilizados para implantar no município a segunda Instituição de Educação Secundária na Paraíba.

Figura 6: Colégio Estadual de Campina Grande "Gigantão da Prata"



Fonte: Memorial do Colégio Estadual de Campina Grande (1953)

Deve ser ressaltado que a necessidade de expandir o ensino secundário público brasileiro foi motivado pela segunda reforma do ensino brasileiro que aconteceu nos anos de 1940/1942, com o novo ministro dos Negócios da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que propôs uma ampliação das reformas implementadas por Francisco Campos no governo provisório. O objetivo era implementar diversas reformas em todos os níveis do ensino, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema, instituiu no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, classificado como ginásial, e um segundo ciclo de três anos, com propósito de desenvolvimento e regime educacional técnico, formando profissionais, passou a ter apenas duas, o curso clássico e o científico (ARAÚJO; MENDES. 2018).

O Colégio da Prata, por ser uma instituição pública, possibilitou algumas mudanças no que diz respeito a separação das salas de aula por gênero, acarretando a incorporação das salas mistas.

Assim, as mulheres tiveram maior abertura para participar do movimento estudantil campinense como apontou Santana (2015).

Nesse sentido, é preciso observar que o movimento de mulheres no mundo, como no Brasil, é revestido de nuances ao longo da história e possui seu desenvolvimento próprio em cada região. Como afirmou Pinto (2010), no Brasil apenas no período da redemocratização o feminismo se firmou como um campo de força dentro das instituições políticas e organizações não governamentais, a articulação do movimento de mulheres dentro dos movimentos sociais brasileiros possui marcos anteriores. Diante disso, uma das características é justamente sua constante reatualização através do tempo e das condições sociais de cada lugar, como a incorporação de novas pautas para as mulheres.

Por isso, as discussões acerca da política, educação e gênero estiveram em evidência ao longo da história do movimento de mulheres no Brasil, sendo iniciada, principalmente, por mulheres com algum tipo de ligação com a educação, ou por possuíram acesso a academia. Por isso, o desenvolvimento ligado principalmente a questões como educação e política, a criação da liga pela Emancipação Intelectual da Mulheres (1919) por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, pautando questões como o direito ao voto e a educação, como posteriormente, a inauguração da Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (SILVA, 2014).

Nesse sentido, a Paraíba possui marcos dentro do movimento de mulheres no Brasil, foi criado a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em 11 de março de 1933, em João Pessoa/PB, com a perspectiva de atuar, principalmente, no sistema educacional, composto por mulheres de destaque da sociedade paraibana.

Processo destacado por algumas pesquisas sobre a atuação das mulheres na imprensa paraibana como apontou Machado e Nunes (2007). Porém, ainda assim, apontam para um progresso no movimento feminista, nas décadas de 1920 e 1930, como FBPF e a APPF na Paraíba, que abordavam desde questões sobre maternidade, o direito a exercer o trabalho em órgãos públicos etc. Contudo, revelam a incompletude do entendimento ou, pelo menos, o aprofundamento sobre o que de fato era o movimento feminista. Mas, foi significativo o papel desta organização para os questionamentos sobre a educação da mulher paraibana.

O movimento feminista possui diversas “caras”, muda cotidianamente, dependendo do espaço/tempo a “cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivenciou suas entranhas (COSTA, 2007, p. 52).

Como aponta a literatura, a maioria das cidades brasileiras como Campina Grande na Paraíba presenciou um movimento feminista mais atuante a partir da década de 1960. Para tanto, o movimento feminista vai se inserir num movimento mais amplo de mulheres, na necessidade de criar políticas, novas condutas e práticas em torno de questões mais amplas, que é a própria emergência de uma história para as mulheres.

O movimento se distingui, também, por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir papéis de gênero historicamente atribuídos as mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos organizações e ao estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (COSTA, 2007, p. 57).

Com efeito, o título de referência como escola de ensino secundário, o Gigantão da Prata, se torna, ainda hoje, um dos principais colégios públicos na cidade de Campina Grande para busca de matrículas, registrando no ano de 2016 o total de 1.365 alunos matriculados, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A possibilidade de ensino médio de qualidade, atrai estudantes oriundos de distritos que fazem parte da Região Metropolitana de Campina Grande. Além disso, a configuração socioeconômica diante da história muda os indicadores que apontam que o público pertence ao nível de renda Médio Baixo. O movimento de ocupação (2016) evidencia os retratos da mudança que acontece na reestruturação na organização dos estudantes, e na composição dos membros que fazem parte do movimento, isto é, um processo paulatinamente de transformação das relações estabelecidas, que entram em conflito com os moldes anteriores, visivelmente, em aspectos de classe econômica e gênero.

Por isso, como focos de irradiação, as ocupações no Brasil (2016) se espalham, perpassam a Borborema e o agreste paraibano. As marcas da passagem da ocupação na primeira escola estadual na Paraíba estão presentes no muro da Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida, o Estadual da Prata, em Campina Grande-Paraíba, são visíveis ao lançar dos olhos logo que se adentra ao espaço.

O grafite desenhado na parede: OCUPA PRATA, durante a ocupação em 2016, permanece exposto, até no ano da retirada da foto em 2018. A pintura, representa uma história vivida por esses jovens secundaristas da rede pública de ensino. Deve ser ressaltado que não são as únicas marcas,

além de registro fotográfico e vídeos, as lembranças, transmitidas através dos seus discursos, permanecem vivas.

Figura 7: Ocupa Prata



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Além dos atores do processo, as plataformas *on-line* de informação serviram como armazenamento, construindo parte dos fios condutores que permanecem como fonte permanente de acesso ao fenômeno. Por isso, ao observar como os grandes veículos de comunicação reagem a esse momento evidenciam como consequência as novas formas de comunicação democrática que foram utilizados, como os grupos nas redes sociais.

As grandes mídias reintegravam o caráter ostensivo que as ocupações supostamente desempenharia, reforçando uma pressão social em termos de desqualificação ou estratégia de desgaste em relação a ocupação, utilizando recursos como a pressão social por datas marcantes, como as eleições e a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), evidenciando o impasse das manifestações e a necessidade do espaço

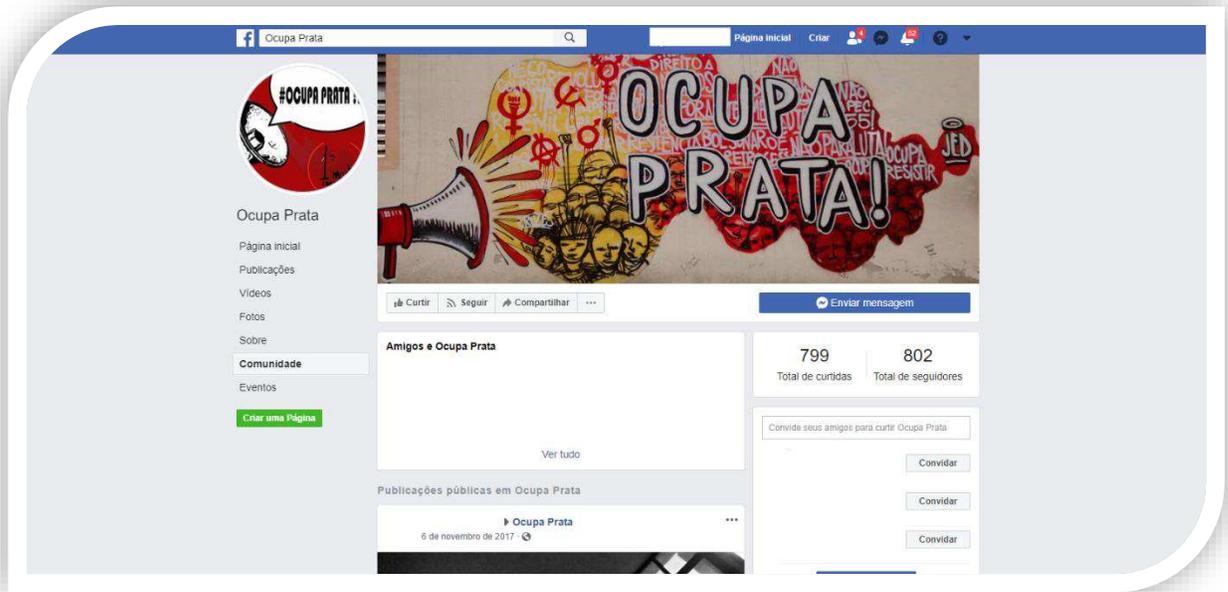


Na Paraíba, o fluxo de notícias relacionadas as ocupações não receberam destaque por parte da grande mídia. Porém, os veículos de comunicação reforçavam uma perspectiva nacional, salve as exceções de site com menor número de acesso que manifestavam informações da ocupação por parte dos secundaristas.



Por isso, as mídias alternativas como as páginas criadas pelos secundaristas na rede social ‘Facebook’, serviram como meio para comunicação, foi amplamente acionada durante os processos de discussões e assembleias permitindo que os jovens demonstrassem, sobre seu ponto de vista, a realidade dentro das ocupações, reunindo o total de 802 seguidores da página do movimento.

Figura 8: Página da ocupação da Prata



Fonte: Comunidade “OCUPA PRATA” no *Facebook* (2019)

Com isso, o movimento de ocupação (2016) inaugura nacionalmente uma conexão, através das novas formas de comunicação e interação com os indivíduos, por meio de uma pauta, revelando elementos próprios de cada movimento. A evidência, nesse sentido, são os retratos da mudança e acontece na reestruturação na organização dos estudantes, principalmente, no diz respeito as formas de organização e deliberação.

Nesse sentido, mediante o contexto político brasileiro, na Paraíba ocorre a ocupação no Gigantão da Prata, no dia 10 de novembro de 2016, após assembleia dos secundaristas na escola. Conseguindo reunir cerca de 300 estudantes nesse momento, o debate acerca o contexto político, e as articulações sobre formas de reação foram lideradas pelos próprios jovens.

A primeira divergência nesse momento acontece pelo conflito a respeito das instâncias estudantis organizadas que estavam atuando na escola. O grêmio, mesmo sendo o meio pelo qual a assembleia foi convocada, segundo relato dos ocupantes, tinha sua legitimidade questionada pela falta de concretização de eleições diretas para escolha dos membros.

Participamos da assembleia que esse suposto grêmio estava organizando, mas acabamos tomando a frente, porque eles não queriam fazer fala, não queria explicar para os estudantes o que estava acontecendo. O auditório tinha uma média

de 300 estudantes, foi nesse momento que eu fiz uma fala, outros colegas também fizeram, falamos da PEC do corte de gastos, dos ataques a educação, saúde e que não podíamos deixar passar, e como tinha muita gente na assembleia que queria saber o que estava acontecendo e se ia ocupar ou não na hora da votação muita gente levantou a mão dizendo que queria participar da ocupação e ocupamos no mesmo dia (Rosa, 16 anos, entrevista realizada 08 de novembro de 2019).

Assim sendo, durante a assembleia, a falta de articulação dos integrantes foi responsável por uma retomada de iniciativa por parte dos estudantes “autônomos” - ou que pelo menos nunca fizeram parte de nenhum movimento -, sendo o momento crucial para iniciação do primeiro contato com os movimentos sociais dessa nova geração. Por isso, segundo os relatos, a tramitação da assembleia foi conduzida pelos estudantes que queriam mobilizar-se mediante ao contexto político em que viviam.

A organização dos estudantes provocou um auditório lotado com indivíduos que queriam se aprofundar nas questões políticas públicas que os tocavam diretamente no seu cotidiano escolar e social. Isto é, verificando o interesse dos jovens nas pautas relacionadas a contenção dos gastos públicos, como a reformulação do ensino médio, posteriormente, foi elaborada uma nota divulgada na página do movimento sobre esse momento:

O Coletivo Ocupa Prata encontra-se, desde o dia 10 de novembro, ocupando dependências da Escola de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata). No domingo, 13, realizou-se uma Assembleia à qual se pautou pela construção de uma Pauta pensada a partir das demandas e problemas mais emergentes enfrentados por nós, ALUN@S da PRATA. OCUPAMOS por entender que o que se encontra em jogo é a perda de direitos históricos de uma escola pública socialmente justa e referenciada, enquanto da participação cidadã. Assim, não acataremos nenhum retrocesso que coloque sob risco tais conquistas. Visto que, na ausência de argumentos plausíveis, se promova no país uma reformulação educacional desconsiderando o diálogo e o respeito. Não acataremos uma reforma educacional que não se respalda legitimamente; sendo meramente, uma canetada. E convidamos aqueles que desejam saber o que se passa nas ocupações para melhor informar e se informar (COLETIVO OCUPA PRATA; Campina Grande, 22 nov. 2016.)

Figura 9: Assembleia dos estudantes na "gigantão da Prata"



Fonte: Comunidade “OCUPA PRATA” no *Facebook* (2016)

Diante disso, o pressuposto da falta articulação das instâncias organizadas no momento foi um dos aspectos iniciais observados. Logo, sendo possível constatar que esse processo reuniu indivíduos que manifestaram o primeiro contato com algum tipo de organização estudantil.

Nesse sentido, tendo em vista a decorrência ao momento político a ocupação foi deflagrada no mesmo momento. A proposta inicial era ocupar toda a escola, mas em acordo firmado com a direção da escola, ficaram no anexo da escola – embora a relação direção e ocupação se manifestasse de maneira conflituosa e fossem uma expressão corrente a falta de concordância com a forma com qual se reagia ao contexto, inclusive, mobilizando estratégias para desestruturação do movimento, como corte da luz elétrica e da água da escola durante o período de ocupação –.

Nessa perspectiva, a ocupação aconteceu simultaneamente com as aulas regulares dos estudantes, principalmente, por dizem respeito ao estreito relacionamento com a direção, e a falta

de aderência dos estudantes, que naquele momento, manifestavam apoio a lideranças mais extremistas na época, como a figura de Bolsonaro.

A articulação para organização seguiu instruções difundidas pelos meios sociais, com a organização de comissões, criação de veículos de comunicação, e, principalmente, estabelecendo o diálogo com os pais e responsáveis, como forma de demonstrar seriedade em relação às pautas que estavam manejando.

Por isso, os estudantes recebem apoio da comunidade, dos pais, de alguns professores, de movimentos sociais diversos e de setores como a Ordem dos Advogados do Brasil de Campina Grande e do Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba. Os estudantes, com o auxílio desses colaboradores, montaram uma programação de atividades que envolviam desde o teatro, yoga, palestras, música, panfletagem e artes de grafite. O apoio foi publicamente manifestado pelas instituições preocupadas com as ocupações:

Nota Pública de Apoio as Ocupações das Escolas Estaduais, Instituto Federal e Universidades Públicas da Paraíba

Eu acredito é na rapaziada
que segue em frente e segura o rojão.
Gonzaguinha

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 13ª Região-PB, através de sua Seccional em Campina Grande, vem a público expressar o seu irrestrito apoio às ocupações das Escolas Estaduais, Instituto Federal e Universidades Públicas da Paraíba, por reconhecer a legitimidade destes movimentos e de suas pautas de lutas como formas de resistência aos atuais ataques e desmonte das políticas públicas e direitos sociais impetrados pelo ilegítimo governo Michel Temer. O atual (des)governo Temer impõe à sociedade, com o aval da maioria de um parlamento ultraconservador, uma agenda autoritária e reacionária de medidas neoliberais, regressivas de direitos, a exemplo do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de nº 55, que estipula e congela um teto de recursos, por um período de 20 anos, para investimentos sociais estratégicos como Saúde e Educação, bem como, a Medida Provisória (MP) 746, de (contra)reforma do ensino médio, instituída de forma antidemocrática e contra os interesses dos educadores(as), estudantes e da sociedade em geral. Tais medidas resultarão no sucateamento das políticas sociais como um todo, notadamente no sistema público de educação e no Sistema Único de Saúde (SUS). Como resposta a este quadro de afronta aos direitos dos cidadãos brasileiros, iniciou-se em todo o país um movimento protagonizado por alunos(as) secundaristas e universitários, de ocupações em Escolas, Institutos Federais e Universidades públicas, em prol da defesa de um sistema de EDUCAÇÃO PÚBLICA, SEM MORDAÇA, GRATUITA E DE QUALIDADE EM TODOS OS NÍVEIS. Nas universidades a luta é contra a precarização dos cursos; à redução das vagas; e ao sucateamento do ensino superior, o que levará à privatização. O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da Paraíba,

historicamente tem apoiado as lutas sociais e defendido os interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, o CRESS convoca a categoria profissional dos/as Assistentes Sociais da Paraíba e a sociedade em geral, para estarem somando forças com estes movimentos estudantis que não fogem à luta e protagonizam a construção da “manhã desejada”, como nos lembra o saudoso Gonzaguinha. Bravos estudantes! Contem com o nosso apoio e solidariedade política! Avante!
 NENHUM DIREITO A MENOS!
 Campina Grande, 22 de novembro de 2016.

Nesse processo, o circuito de atividades foi montado estabelecendo critérios que visavam assuntos e ações que não eram presenciados nas aulas regularmente. As atividades de formação contemplavam, em forma de aulas, oficinas e palestras, questões de saúde pública, com temas como AID's, doenças sexualmente transmissíveis, os movimentos sociais, e, principalmente, as questões de gênero.

Como aponta Mendes (2017) a formação cultural emergiu de maneira significativa com as teve formação das ocupações. A formação do Teatro do Oprimido, artesanato, como a exibição de filmes em conjunto de roda de diálogos sobre as questões que emergiam do contexto, se tornaram programação comuns. Tanto que através do relato dos estudantes, esse processo, serviu para que os mesmos refletissem sobre os seus comportamentos em relação aos outros, os temas como machismo foi amplamente discutido e combatido.

O apoio, por mais que a curto prazo, tenha rendido momentos ricos em relação ao compartilhamento de experiência, diálogos estabelecidos e atividades realizadas, a longo prazo meios alternativos foram instalados, mediante a autonomia dos estudantes. Neste caso, através do relato, os pedágios realizados no sinal próximo a escola foram um dos meios encontrados para complementar a alimentação dos ocupantes e formas de contribuir para as atividades promovidas. Um dos elementos ressaltados nas nossas conversas, durante essa atividade, porém, se tornou um meio gratificante como afirma:

Esse momento foi importante, entre as aulas, quando víamos que não tinha comida suficiente, reuníamos o grupo e circulávamos pedindo ajudar. Falávamos que éramos formandos, que iríamos concluir o ensino médio e precisávamos da grana para os custos da festa, a maioria contribuía, nos apoiavam. Mas acabamos falando do contexto político também, com quem perguntava. Foi bom porque precisávamos ter responsabilidade, sabe? Aquilo era importante para nós. (Matheus, 16 anos, entrevista realizada 11 de novembro de 2019)

Com a média de 30 (trinta) estudantes frequentemente ocupando a rotatividades dos estudantes em relação as atividades eram concretizadas, permitindo que todos participassem de

tudo. Os conflitos eram presentes, representavam as questões advindas da sociedade, mas o destaque era que o intermédio dessas discussões não era realocadas para instâncias hierarquizadas que representaria a autoridade, como a direção da escola, e sim permitiu que essas pautas fossem trabalhadas pelo coletivo, isto é, eram debatidas e resolvidas entre os estudantes.

Por isso, a construção da juventude enquanto categoria que recorrentemente está relacionada com a submissão a algum tipo de autoridade, são elementos que tentam, a todo tempo, tirar a autonomia dos estudantes, como justificativa para que suas ações não sejam validadas enquanto membros permissíveis para contestação, por isso, com a divulgação da nota pública por meio do grupo *online* demonstra nitidamente essas questões:

**NOTA
POR QUE OCUPAR?**

OCUPAR por entender que o que se encontra em jogo é a perda de direitos históricos de uma escola pública socialmente justa e referenciada, enquanto da participação cidadã. **Não acataremos nenhum retrocesso que coloque sob risco tais conquistas. Não acataremos que, na ausência de argumentos plausíveis, se promova uma reformulação educacional desconsiderando o diálogo e o respeito.** Não acataremos uma reforma educacional que não respalda legitimamente; sendo meramente, uma canetada. A MP 746 se caracteriza pela truculência de um governo ilegítimo, já as OCUPAÇÕES são a prova viva e latente dos verdadeiros protagonistas em luta contra esta (DES)Medida Provisória. Assim, amparados no princípio da equidade, da justiça social e do direito de CONSTRUIR UMA OUTRA HISTÓRIA, respaldada por nós mesmos, comunicamos à comunidade escolar e em geral. NÓS, ALUNOS DO GIGANTÃO DA PRATA, preservando o papel histórico que esta Escola sempre teve, não iremos nos abster deste momento de relevância sócio educacional ímpar que o país enfrenta. “ESSA LUTA É NOSSA, ESSA LUTA É DE TODOS. POIS, SÓ LUTANDO QUE SE CONSTRÓI UM BRASIL NOVO”.

OCUPAR,RESISTIR!

Campina Grande, 13 de novembro de 2016.
(OCUPA PRATA, 2016, grifo nosso)

Logo, as participações políticas, em sua maioria de jovens, revelam a partir das redes sociais um processo de autonomia desses grupos. Isto é, as redes sociais desempenham um papel de organização desses grupos, ao passo que contribuem para o relacionamento do grupo com a comunidade em geral, enfrentando, conseqüentemente, os grandes meios de comunicação que por muitas vezes se posicionaram contrário aos movimento e se transformaram num instrumento do Estado para desacreditar o movimento diante da opinião pública.

Nessa perspectiva, a organização da ocupação mediava questões de estruturas internas, como atividades e discussões emergentes daquele espaço, à medida, que compilavam as reivindicações por meios externos. Diante disso, as primeiras ações dos estudantes como forma de demarcar pressão nas instâncias organizacionais da educação foi entrar em contato com gerência da Terceira Regional de Ensino, elaborando suas pautas e as apresentando, com isso, divulgado:

INFORME GERAL

A pauta também consiste em 11 reivindicações que foram apresentadas e, amplamente, discutidas na quarta-feira, dia 16, por todos os alunos da Escola. Na ocasião, também, participou deste momento a Gerência da 3ª Região de Ensino-PB, através da Professora Giovana Lopes Marques e a Direção da Escola. Assim, na última sexta-feira, dia 18, uma Comissão do Coletivo participou da primeira Reunião de Negociação com a 3ª Região de Ensino e Diretoria Escolar; tendo por encaminhamento a assinatura do Documento de Negociação assinado pela Coordenadora da 3ª Região de Ensino-PB e Direção da Escola com o compromisso assumido em providenciar o atendimento às reivindicações negociadas. Dos pontos negociados e acordados apenas um Notebook, segundo a Gerente Giovana Lopes, estava fora de cogitação. Observou Giovana, quanto a armários solicitados, que havia uma possibilidade em atender à reivindicação. Os demais pontos de pauta ficaram garantidos, ou seja: Término da Reforma do Refeitório; Melhoria na qualidade da alimentação. Outros itens negociados foram a Revisão da postura dos professores em relação às ausências em salas de aulas; Acesso à rede Wi-fi; Instalação do laboratório de Informática; formação à comunidade escolar quanto ao combate a assédios e homofobia, recorrentes na própria unidade escolar; Resguardar – a todos os alunos envolvidos na ocupação, ou contrários a ela – para que não venham a sofrer quaisquer tipos de retaliação. Ciente de que a negociação presume, para além de uma boa retórica, uma ação mais contundente da 3ª Região de Ensino-PB no sentido de avançar, deixamos claro a nossa capacidade de lutar e resistir. Pois, **LUTAR NÃO É CRIME**, desocuparemos na medida em que avançarmos na Pauta Local. **NÓS, ALUN@S DO GIGANTÃO DA PRATA**, preservando o papel histórico que esta Escola sempre teve, não iremos nos abster deste momento de relevância sócio educacional ímpar que o país enfrenta. **“ESSA LUTA É NOSSA, ESSA LUTA É DE TODOS. POIS, SÓ LUTANDO QUE SE CONSTRÓI UM BRASIL NOVO”**.

Campina Grande, 22 de novembro de 2016

OCUPAR, RESISTIR!

Por isso, como já apontava em estudos sobre as ocupações na região paraibana (MENDES, 2017), mesmo em consonância com o contexto nacionais, os jovens também exigiam demandas locais, como questões ligadas à infraestrutura, problemas com o refeitório, laboratório sem materiais, biblioteca e aulas vagas, bem como, a abertura para debates sobre questões de gênero e sexualidade.

A formação de um espaço que possível estabelecer confiança entre os membros, comunicação e práticas de atividades engajadas nas questões presentes na juventude, forneceu elementos para identificar um aspecto presente nas ocupações, o acolhimento. A criação de um espaço amplamente democrático, em que as os indivíduos estão, frequentemente, em contato com os outros, possuindo um canal aberto de diálogo, corporificou a presença da participação de mulheres e a da comunidade LGBT+ nesse processo.

Eu acredito que foi um processo empoderado para nós mulheres, porque foi difícil, no início, impor a voz. A galera sempre desacreditou muito então, **enquanto mulher foi muito forte isso de conseguir impor minha voz, para ser ouvida.** E acabou que a gente tomou a frente, ai sempre quem estava mais a frente era mulheres, era mulher negra, era LGBT, gay, lésbicas, sempre essa galera que o pessoal bota pra trás, era a galera que estava falando, quem dava entrevista, quem dialogava com os pais, que dialogava com a direção, era sempre essa galera. (Petra, 17 anos, entrevista realizada 05 de setembro de 2019 [Grifo nosso])

A abertura para aceitaram de indivíduos que historicamente foram retaliados por fugirem dos padrões de comportamento estabelecido socialmente, compõe, em sua maioria, a estrutura dos membros do movimento de ocupação. O dado representa, nesse sentido, que o mesmo espaço que é um determinado período afasta, retalha e poda a inserção de diálogo sobre esses temas, pode ser o mesmo espaço que frutifica os indivíduos para promoverem essas discussões, porém, nesse momento, promovidos pela espontaneidade dos estudantes.

Os atos que refletem o conflito desses supostos interesses “o melhor” para os alunos, e a descrença sobre autonomia, seguem manifestados nos atos públicos promovidos pelos estudantes. Por isso, armados de vozes e gritos os secundaristas da rede pública de ensino do município, reivindicam espaço de fala no encontro dos Gestores do Estado da Paraíba, uma das ações mais emblemáticas desse período, promovida no dia 25 de novembro de 2016.

Ao fundo uma voz de garota conclama a atenção do público, na fala inicial, ressalta a importância deste dia: dia internacional de combate a violência contra mulher. O dia 25 de novembro foi declarado como o “Dia da Não Violência Contra a Mulher”, estabelecida a partir do Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado em Bogotá, Colômbia, em 1981, em emblemática referência às irmãs Mirabal.

A “Las Mariposas”, como ficaram conhecidas, as irmãs Mirabal foram assassinadas na República Dominicana pelo governo ditatorial no período de 1960. As irmãs lutavam por soluções para problemas sociais de seu país, e o assassinato, disfarçado de acidente pela ditadura da época,

produziu comoção nacional e internacional em relação ao governo dominicano, provocando a destruição do poder do ditador Rafael Leônidas Trujillo (ERNBACH *et al*,1994)

Por isso, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, a data foi proclamada como o “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher” a fim de estimular que governos e sociedade civil organizadas nacionais e internacionais realizem eventos anuais como necessidade de extinguir com a violência que destrói a vida de mulheres considerado um dos grandes desafios na área dos direitos humanos (NAVARRO *et al*, 1994)

Nesse sentido, as formas de organização estabelecidas nos movimentos estudantis contemporâneos abrem margem para participação e deliberação das mulheres nos espaços historicamente marcados pela hierarquização, como a política. O movimento de mulheres está presente sem necessidade de se apresentar como um; ele se manifesta nas pautas, na inclusão, nas lideranças, isto é, nos lugares ocupado pelas mulheres. Como podemos observar no discurso de uma ocupante.

Eu ocupei minha escola. E aí não tem como falar das pessoas que ‘colaram’ nas ocupações sem fazer o recorte de raça, gênero, território e condição financeira. Porque eram necessariamente essas pessoas fizeram parte do recorte das pessoas que estavam presentes na ocupação. É necessariamente essas pessoas que sabem do que a gente estava falando quando dizíamos que por 20 anos os gastos públicos vão ser congelados, então só sabem quem vive, quem tem essa experiência. Eu sou filha de uma doméstica e um gesseiro, eu não sei outra narrativa que não seja o sufoco. Então quando eu vi que isso estava acontecendo eu não quis me calar. Então ficar ocupando 34 dias minha escola não foi nenhum sacrifício, tendo em vista que meu irmão vai precisar lutar também. Então é uma coisa muito maior que eu, maior do que a gente que está aqui, mas que a gente teve coragem de enfrentar (Camila, 18 anos, entrevista realizada 21 de outubro de 2019.)

Contabilizando um total de 34 dias ocupado, o Gigantão da Prata, se tornou responsável pela renovação dos movimentos liderados pelos secundaristas na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba – e, possivelmente podem sinalizar a retroalimentação para impulsionar o movimento estudantil nas demais instâncias do ensino como Instituto Federal e na Universidades.

A recorrente troca de informações entre as ocupações contribuiu para que se formulasse um vínculo entre a Escola Estadual, o Instituto e a Universidade. Por isso, os elos de conexão entre as instituições impulsionam a pesquisa a deslocar o olhar para outras realidades, permitindo analisar o circuito de experiências (afetivas e organizacionais) proporcionadas nesse processo.

3.2 OCUPA IFPB CG: “NO SOFÁ DA SALA NÃO MUDA NADA, OCUPA”

A estrutura mobilizada pelos Instituto Federal de Campina Grande durante o movimento de ocupação (2016) evidencia seu aspecto comparativo com a realidade vivida pelos secundaristas da rede estadual de ensino no município, principalmente, em relação histórica da organização estudantil, porém com suas devidas singularidades. Por mais que as semelhanças entre as ocupações permita comparação entre os aspectos articuladores que estruturaram o movimento, como os mecanismo *online*, as assembleias, as manifestações culturais, as diferenças em termos situacionais de organização são evidentes. Mas um aspecto comum e irredutível é o movimento de mulheres presentes em ambas ocupações.

O movimento de ocupação representa um indicativo da materialização da nova geração política dos movimentos estudantis, a partir do momento que o recorte dos participantes é 15 a 19 anos, como apontou Dias *et al* (2017) durante questionário realizado durante um dos movimentos de ocupação na região paraibana.

Por isso, em consonância com os discursos recorrentes na ocupação realizada no Estadual da Prata, os diálogos promovidos pelos estudantes no Instituto Federal de Campina Grande reforçavam o fato constatado: a grande maioria dos estudantes nunca haviam presenciado ou participado de uma mobilização e organização de movimentos sociais, principalmente, como as ocupações, se tornando algo inédito em sua geração.

O caráter inovador promovido pelo movimento de ocupação reflete nos discursos dos jovens: “ninguém nos deu uma receita de como fazer”, como afirmou uma das ocupantes do Instituto Federal de Campina Grande. O desafio inaugurado por esses jovens era promover um movimento que nunca havia sido visto por eles, sobretudo, pela proporção nacional em que as ocupações alcançaram.

Assim sendo, a grande maioria dos jovens que participaram das ocupações experienciou pela primeira vez organização de um movimento estudantil. Com isso, compreendemos que a organização estruturada dos movimentos de ocupação atualizam-se evidenciando a cada realidade o protagonismo desses jovens, principalmente, na busca de autonomia para construir um contraponto das relações hierarquizadas na estrutura empregada no cotidiano escolar, por isso afirma:

Fundamental falar do protagonismo dos jovens nesse processo, de colocar a responsabilidade nas nossas mãos e resolver. E “ai” a gente começa a perceber

como é interessante a oportunidade de pensar por nós mesmo (Lucas, 17 anos, entrevista realizada 11 de novembro de 2019).

O destaque de todo esse processo acontece pela fórmula educativa proporcionada pelo movimento de ocupação, a partir do momento que são os próprios indivíduos que incentivam a necessidade de uma maior participação nas decisões e participação política. Os jovens, nesse processo, orientam-se para permanecerem na escola, tendo em vista a reivindicação dos seus direitos, e conseqüentemente, a participação nas decisões políticas que são interesses para sua realidade social.

Logo, o ensino educativo não deve apenas o saber, mas também um espaço que deva permitir compreender as condições dos sujeitos e auxiliie a construir um pensamento liberto e crítico. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na formação desses sujeitos pois, “a finalidade de nossa escola é ensinar a repensar o pensamento, a ‘des-saber’ o sabido e a duvidar de sua própria dúvida” (MORIN, 2010, p. 2).

Nesse sentido, a semelhança da trajetória histórica que envolvem as instituições de ensino na cidade de Campina Grande que fizeram parte do movimento de ocupação pertencem a processo histórico vivenciados por essas instituições. Como apresentado anteriormente, a Estadual da Prata possui marcos históricos de organização dos estudantes, assim como, o Instituto Federal de Campina Grande possui um processo histórico de construção das relações entre os estudantes que contribuem para o entendimento do processo de organização estudantil desse espaço. Logo, faz-se necessário reconstruir a trajetória histórica do Instituto Federal de Campina Grande para compreender os aspectos atuais.

Os Institutos Federais foram desenhados como projeto político ainda dentro do governo de Lula (2003 - 2010) com a perspectiva de “reordenamento da rede federal de educação profissional – mediante a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (AMORIN, 2013, p. 14).

A sistematização dos Institutos, por meio do Ministério da Educação teve como finalidade de atuar como “centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública”, e são reservados, até mesmo, a “combater o problema da falta de professores em disciplinas como física, química e biologia”(BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e

multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

Nesse sentido, o Instituto Federal de Campina Grande foi inaugurado no ano de 2006, mas iniciou suas atividades em 2007 ofertando os primeiros cursos. Nesse sentido, contemplado pelo Plano de Expansão da Educação Profissional, investindo em novas sedes, na Paraíba, até o ano de 2010, tinham sido implantados novos Campus, contemplando cidades como Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande.

A característica implementada pela política dos IF's procura disponibilizar cursos que integrem a comunidade no qual o campus está sediado, assim sendo, baseado em um mapeamento sobre o município de Campina Grande, segundo dados, suas atividades econômicas são relacionadas a extração mineral, culturas agrícolas, pecuária, tecnologia da informação, desenvolvimento de *software*, comércio varejista, atacadista e a indústria têxtil (BRASIL, 2019).

O atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem um processo longo de existência na região paraibana. Ao longo do tempo recebeu diferentes nomes, como o “Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba” (CEFET–PB), a instituição vivenciou um processo de crescimento das atividades desenvolvidas, que serviu como marco para sua expansão.

O movimento estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem sua trajetória histórica. A organização implantada pelo Diretório Estudantil Técnico Industrial (DETI) que ocasionou na inauguração da entidade conhecida como GRETEC (Grêmio Estudantil) promovida pelos jovens estudantes da década de 1960 fazem parte da história do Instituto (GONÇALVES *et al*, 1976).

Assim como a UNE, a UBES, no Golpe Militar de 1964 os Grêmios Estudantis foram fechados. Durante esse período foram criados os Centros Cívicos (1971) - órgão promovido pelo regime militar, para burocraticamente representar os estudantes na unidade escolar -. Segundo a literatura, a criação do Centro Cívico Escolar (CCE) tinha como função promover atividades extraclasse, com o intuito de desenvolver uma nova perspectiva de nação, locais nos quais o jovem pudesse entender e adquirir os novos hábitos jurídicos, disciplinares (ROMAGNOLIL *et al*, 1976).

Como foi apresentado no primeiro capítulo a Lei dos Grêmios a “Lei Nº 7.398”, de novembro de 1985 – assegurou a restituição do direito dos jovens a se organizarem. Posteriormente,

o ano de 1986, o GRETEC foi reinaugurado depois que alguns alunos participaram do XXV Congresso da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Juiz de Fora/MG (GONÇALVES *et al*, 1976).

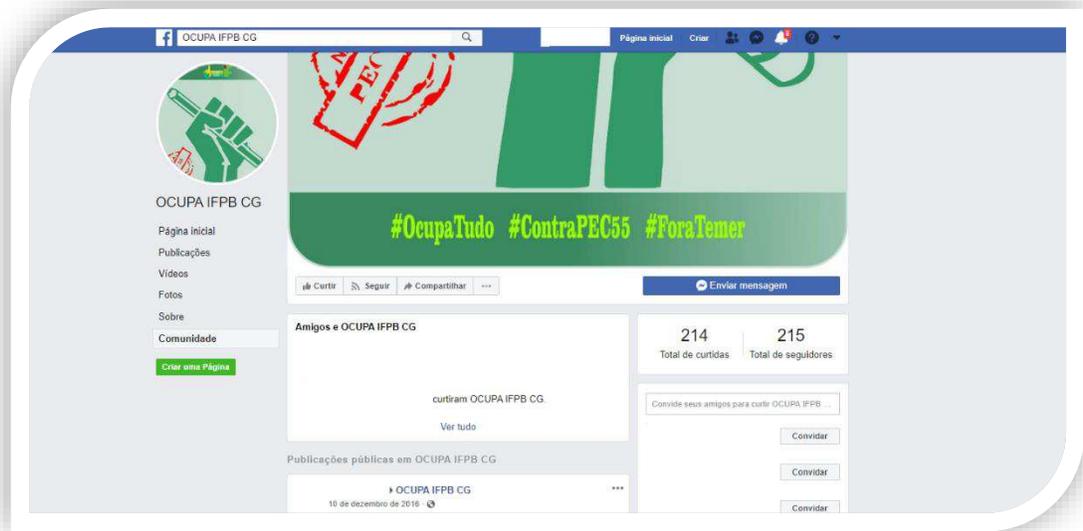
Como analogia no mesmo período com o Centro Estudantil Campinense, a organização estudantil composta pelo grêmio no Instituto Federal da Paraíba era formado majoritariamente por homens, porém, ainda sim, permanecia vigente na história a participação das mulheres nesse período, se fazendo presentes na formação de instâncias dentro do diretório acadêmico.

Por esse histórico se construiu uma articulação do movimento estudantil que permanece presente nos diversos campus dos Institutos Federais na atualidade. Nessa perspectiva, diferente da realidade observada no Estadual da Prata, o Instituto Federal de Campina Grande permanece com grêmio organizado e mantém-se atuante durante a ocupação (2016).

Porém, o Grêmio Ariano Suassuna do Instituto Federal de Campina Grande, ainda assim, articula aspectos observados nos outros movimentos como: mecanismos *on-line* através das novas tecnologias da informação como forma de comunicação interna e externa, as recorrentes assembleias e os programas culturais promovidos na grade de eventos durante o movimento de ocupação.

Dessa forma, as ocupações repercutiram em todo o Brasil e as redes sociais desempenharam um papel crucial na difusão do movimento – tanto para o lado negativo, como as recorrentes noticiadas pelas grandes mídias, quanto para o lado positivo, como uma maior divulgação do que acontecia nas ocupações, como também pela integração da articulação dos jovens pelos meios de comunicação *on-line*.

Figura 10: Página Ocupa IFPB CG



Fonte: Comunidade “OCUPA IFPB CG” no *Facebook* (2016)

As páginas produzidas no *Facebook* desenvolvidas são um dos meios pelo quais os estudantes estabeleceram comunicações. Nesse sentido, com o total de 215 pessoas seguindo a página “OCUPA IFPB CG”, concretiza uma margem de indivíduos que se vinculavam ao movimento.

Por isso os mecanismos acionados foram as comunidades no *facebook*, a página mobilizada pelos próprios estudantes foi responsável pela divulgação das atividades internas e externas. Nas publicações foram divulgados os vídeos com as ações durante a ocupação, as datas da assembleia, as pautas debatidas, e o regulamentos elaborado pelos estudantes como forma de se organizar internamente, dentre as regras que contestam:

REGULAMENTO INTERNO - OCUPA IFPB CG

Regulamento Interno com as atividades que não serão, em nenhuma hipótese, permitidas no IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE por todos que adentrarem nas dependências do Campus durante os dias de ocupação Estudantil

- I. Adentrar ao campus com sintomas de embriaguez;
- II. Agredir física ou moralmente a colegas;
- III. Causar danos em bens pertencentes ao campus ou propriedade alheia;

- IV. Constranger alguém a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem;
 - V. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à pessoa ameaçada, constrangida ou exposta a iminente perigo, ou não pedir, nestes casos, o socorro da autoridade;
 - VI. Depredar o patrimônio público;
 - X. Descumprir as normas do campus que orientam o uso de instalações e serviços;
 - VII. Facilitar ou permitir acesso de pessoas estranhas às dependências do campus sem a devida autorização;
 - VIII. Fumar nas dependências do campus;
 - IX. Praticar a retirada de equipamentos, produtos e outros, de qualquer setor, sem a prévia autorização;
 - X. Praticar violência da qual resulte lesão corporal;
 - XI. Praticar, induzir ou incitar, por qualquer meio, a discriminação ou preconceito de gênero, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência;
 - XII. Usar de maneira indevida os diferentes espaços do campus colocando em risco a integridade própria e ou de terceiros;
 - XIII. Vender drogas ou substâncias entorpecentes nas dependências do IFPB;
 - XIV. Violar as leis de proteção aos animais vigentes no país;
- O descumprimento de qualquer uma dessas normas implicará na aplicação de punições ao indivíduo.
- (OCUPA IFPB CG·QUARTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2016)

Os meios de organização interna foram estabelecidos a partir das assembleias deliberativas, em que cada estudante sinalizou os pontos que julgasse necessário para organização, formaram a base da articulação do movimento no Campus de Campina Grande. Além disso, durante a organização do movimento promoveu-se as divisões das tarefas, os estudantes atuantes em todos os setores, promovendo assembleias, oficinas, produzindo suas próprias refeições, e incorporam o diálogo com a direção e os pais.

O aspecto regularmente ressaltado durante as entrevistas foram a unidade desenvolvida durante o movimento de ocupação. Por mais que as grandes mídias influenciassem a população, e conseqüentemente, boa parte dos pais dos alunos, o movimento no Instituto conseguiu acionar o diálogo com a direção da escola, os professores, e posteriormente, reconfigurando a relação com os pais através das assembleias que participavam.

Assim sendo, a estrutura da organização da Instituto Federal de Campina Grande, diferente dos processos ostensivos que diversas ocupações passaram, contemplou esse “tripé entre a família, a escola enquanto gestão, e a escola enquanto estudantes, para realizar nossa ocupação”, segundo depoimento de uma das ocupantes:

Foi uma das maiores uniões que eu vi no IF entre alunos, junto com alguns professores, apesar de outros não aceitarem, outros vinham e sempre ajudavam, sempre tinha alguém que chegava e trazia comida, ou ajudava nas palestras. (Maria, 17, anos, entrevista realizada 11 de novembro de 2019)

Assim sendo, a reflexão presente nos discursos dos jovens sobre a coletividade enquanto grupo durante a ocupação do Instituto foi reflexo, segundo eles, da articulação nas assembleias promovidas. A articulação promovida entre os jovens no movimento de ocupação operou na destruição das funções possibilitando uma maior participação dos indivíduos e contribuindo para a formação política dos jovens, permitindo para o desenvolvimento da sua autonomia.

A existência de uma pluralidade de jovens durante as assembleias, compartilhando o mesmo espaço, e participando das assembleias e discussões, são fatos de relevância desse período. A dinâmica estabelecida nesses momentos segue um formato básico, como proposta sugeridas pelos jovens - um sujeito, ou grupo, descreve a proposta que será apresentada, e fazem uma explicação dos procedimentos de como será executada, para então, os outros membros dentro da assembleia discutem e fazem perguntas.

Durante a assembleia são criados mecanismos para que todos os membros possam votar e aceitar ou não as propostas. Deve ser salientado que os atores envolvidos nesse processo participavam de processos de deliberações, nos quais todos os membros tinham as mesmas oportunidades de fala, de fazer propostas, como também de reagir mediante uma proposta e questioná-la.

O Instituto Federal de Campina Grande permaneceu por 42 dias ocupados no período de 2016. A articulação para concretização das ocupações respeitou a deliberação de duas assembleias logo após a divulgação da reforma do ensino médio, como uma das pautas, segundo os estudantes, imprescindível para que acontecesse a ocupação. Nesse sentido, ao passo que a mobilização conseguiu unir diversos alunos, professores e direção, provocou progressivamente, o aumento da participação estudantil as assembleias avançavam, segundo os relatos:

Então convocamos duas assembleias, a primeira foi para discutir os temas, os ataques que estavam acontecendo. No período de uma semana, aconteceu a segunda assembleia que contou com um número maior de estudantes, para decidir se iríamos ocupar ou não a escola, e o que isso poderia trazer de benefícios e quais os aspectos negativos. Fizemos as duas assembleias e foi lindo o auditório cheio de estudantes determinados a votar sobre esse contexto, a falar sobre aquele contexto. Eu lembro que na primeira assembleia para discutir a gente tinha em torno de mais de 180 estudantes, e na segunda, a gente já tinha 230. Foi feito essa assembleia e foram pouquíssimos votos contra nossa ocupação. Em seguida, nos

convocamos um terceiro tipo de assembleia, que foi com os pais dos alunos, porque o campus tem uma história de sempre ter a participação da família dos estudantes nas decisões. A direção que desde o início, corroborou com nossa ideia de ocupar (Joana, 17 anos, entrevista realizada 21 de novembro de 2019).

A aglomeração dos jovens em torno de uma pauta como a categoria da juventude em sua construção histórica social é responsável pelos processos de transformações sociais. Nesse sentido, é justamente a partir da atuação dos jovens, durante a ocupação que foi possível compreender o processo de criação histórica e inovação cultural que esses vivenciam.

Por isso, o desenvolvimento de atividades relacionadas a expressão cultural se tornou presente durante as ocupações. A programação, como observado em diversos casos, era promovida pelos próprios alunos, seja em forma de grafite (presente no muro da escola, no Estadual da Prata), Teatro do Oprimido (como forma de organização no Instituto Federal de Cabedelo), se realizou também um momento manifestação cultural no Instituto Federal de Campina Grande.

O Festival de Intérpretes do IFPB, ou como ficou conhecido o “FESTIN”, era o evento histórico dentro da instituição. Nesse espaço, era oportunizado aos estudantes o espaço de interpretar músicas autorais ou reinterpretações de músicas existentes. Segundo os relatos, entendo que as manifestações culturais são importantes também para o processo de resistência, principalmente, no contexto que estávamos vivendo das ocupações, foi realizado uma nova edição do evento.

Figura 11: Apresentação do "Festin" no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande



Fonte: Comunidade “OCUPA IFPB CG” no *Facebook* (2016)

A nova edição do evento, que anteriormente contava apenas com interpretações de músicas, passou a incorporar outros elementos de expressão cultural, como exemplo, interpretações de poesias, principalmente, a respeito do momento político que estavam vivenciando. O espaço funcionou como “momento de afloramento dessa parte artística dos estudantes do IF”, conforme depoimento.

Nesse sentido, é justamente a partir da atuação dos jovens, que é possível compreender o processo de criação histórica e inovação cultural que esses jovens vivenciam, como Corrobora Foracchi (1972):

A formação de novos agentes sociais representa, assim, sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e renovação (FORACCHI, 1972, p. 22).

O movimento de ocupação conduz o processo de mudança no seu cotidiano escolar, pelo menos momentaneamente. O evento, como as atividades desenvolvidas, pode revelar modificações da relação dos estudantes estabelecidas com as escolas, os professores, e até seus colegas, possibilitando a oportunidade de (re)construir a experiência no espaço escolar, permitindo o estímulo da autonomia dos sujeitos.

Com isso, Paulo Freire (1996) contribui para a discussão a partir de suas leituras sobre o exercício educadores encontra-se na luta para proporcionar aos educandos o desenvolvimento das capacidades intelectuais para a promoção da autonomia do pensamento dos sujeitos, para que o mesmo consiga lidar com a complexidade da vida, principalmente, no espaço da política. Como afirma:

O que é preciso, fundamentalmente mesmo responsabilmente, sua decisão, fundante de sua autonomia. Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas (FREIRE, 1996, p. 15).

As manifestações culturais praticadas pelos jovens durante o movimento propiciam observar, por outra ótica, a realidade social no qual estão inseridos. Para além dos conteúdos programáticos em sala de aula, a ocupação trouxe uma maior sensibilidade para a leitura da realidade social, principalmente, em relação ao contexto político nacional, refletindo a possibilidade de experiências distintas sobre o mesmo espaço ocupado.

Diante disso, os temas e debate que foram acionados durante esse período, como machismo, racismo, homofobia e problemas da realidade social, são reflexo da necessidade de incorporação de novas demandas que são impulsionados, principalmente, pelos alunos. A relevância, nesse sentido, é compreender o cunho educativo, político e produtivo das atividades promovidas pelo movimento, como forma de chamar atenção para a discussão de temáticas que fazem parte da realidade prática dos estudantes.

O Festival de Intérpretes do IFPB – “FESTIN” fez parte das principais atividades na programação divulgadas durante os primeiros dias de ocupação. O esquema criado pelos estudantes do Instituto Federal de Campina Grande durante esse período seguiu um circuito programático de oficinas, diálogos sobre o momento político, exibição de filmes e atividades físicas, como observado na tabela:

Quadro 1: Programa de atividades do Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande

HORÁRIO DAS ATIVIDADES	PRIMEIRO DIA (16/11) - QUARTA FEIRA	SEGUNDO DIA (17/11) - QUINTA FEIRA	TERCEIRO DIA (18/11) - SEXTA FEIRA
8h:00min	Abertura dos portões / Início dos ensaios para o FESTIN	Abertura dos portões / Momento de diálogo com os ocupantes	Abertura dos portões / Momento de diálogo com os ocupantes
9h:00min	Organização	Momento de diálogo com os ocupantes	Discussão sobre a PEC 241
10h:00min	Organização	Oficina de Cartazes	Discussão sobre a PEC 241
11h:00min	Organização	Oficina de Cartazes	Discussão sobre a PEC 241
12h:00min	Organização	Almoço / Momento Cultural: Lucas Di Faria e Convidados	Almoço / Momento Cultural: Déborah e Convidados
13h:00min	Momento de diálogo com os ocupantes	Momento Cultural: Lucas Di Faria e Convidados	Momento Cultural: Déborah e Convidados
14h:00min	Início do FESTIN	Jogos Masculinos: FUTSAL / ZUMBA	Jogos Femininos: Vôlei de Quadra
15h:00min	FESTIN	Jogos Masculinos: FUTSAL/ ZUMBA	Jogos Femininos: Vôlei de Quadra
16h:00min	FESTIN	Jogos Femininos: Vôlei de Areia/ ZUMBA	Jogos Masculinos: Vôlei de Quadra
17h:00min	FESTIN	Jogos Femininos: Vôlei de Areia	Jogos Masculinos: Vôlei de Quadra
18h:00min	FESTIN	Banho	Banho
19h:00min	Filme "A Onda"	Filme "Escritores da Liberdade"	Filme "Corrida para Lugar Nenhum"
20h:00min	Filme "A Onda"	Filme "Escritores da Liberdade"	Filme "Corrida para Lugar Nenhum"
21h:00min	Reflexão do Dia	Reflexão do Dia	Reflexão do Dia
22h:00min	Término das Atividades	Término das Atividades	Término das Atividades

Fonte: Comunidade "OCUPA IFPB CG" no Facebook (2016)

A programação realizada durante o movimento de ocupação no Instituto foi estruturada a partir das assembleias deliberativas. Ao início de cada dia era promovido uma roda de diálogo entre os estudantes para atualização das informações e direcionar as atividades diárias que seriam executadas. As comissões, responsáveis por cada setor da programação, tinha como objetivo encontrar meios para condução das atividades, como a exemplo das atividades de formação, a confecção de cartazes e a organização dos espaços para as palestras.

Os momentos dinâmicos que faziam parte do cronograma, como a exibição de filmes e as atividades físicas, serviram tanto como espaço para socialização dos indivíduos, quanto para

formação de espaço de aprendizagem para os estudantes. A promoção de atividades físicas para ambos os sexos foram uma das exigências em comum e amplamente aceito nas assembleias.

Ao final, como uma das últimas atividades, existia um espaço programático para reflexão acerca das tarefas desempenhadas durante o dia - o momento era reservado para avaliação da execução do cronograma de atividades -. A partir da experiência de cada aluno, abria-se a discussão sobre os aspectos positivos que foram conquistados durante as atividades, e os pontos que poderiam ser melhorados.

Nessa nova concepção instalada pelo movimento de ocupação, a organização das comissões e as decisões feitas em assembleias, demonstram um caráter horizontal de participação dos estudantes. A distribuição das funções tem como intento a descentralização do poder, exigindo que os participantes se organizem dividindo as tarefas, realçando o aspecto comum entre as ocupações: a extensa participação das mulheres nesse momento.

O espaço promovido pelo movimento de ocupação nas escolas (2016) pode funcionar como um dos exemplos da acentuação da participação das mulheres nos movimentos estudantis na contemporaneidade, por vezes, atuando como destaque:

O processo de lideranças por mulheres, no meu campus, aconteceu de fato. A quantidade de homens e mulheres era praticamente igual, mas a liderança era feita, em sua maioria por mulheres, principalmente na composição das comissões. Um fato simbólico para nós, enquanto mulher, foi observar os homens na cozinha. A comissão da alimentação majoritariamente formada por homens era responsável por lavar, fazer a comida, porque sabemos que historicamente e culturalmente, a gente observa mulheres nessas funções (Luísa, 17 anos, entrevista realizada 08 de outubro).

Como observado nos momentos anteriores, a presença das mulheres no movimento estudantil se diferencia do momento atual, principalmente, pelo progresso no âmbito da atribuição das funções relacionadas ao gênero. A crescente transformação no processo histórico dos movimentos estudantis, que podem ser relacionados pela influência dos movimentos feministas que atuam no ataque a distribuição de formas hierarquizadas de funcionamento, permitiu considerar que os espaços materializados durante as ocupações são reflexos das influências desses movimentos.

O movimento de mulheres dentro das ocupações ganha destaque nas raízes da distribuição organizacional, nas pautas, e nas atividades acionadas. Por isso, o aspecto que se destaca durante os movimentos observados, por mais que cada um se diferencie nos arranjos situacionais de

organização, são as mulheres presentes no movimento que demarcam seu ponto em comum, consequentemente, representam novas formas de articulação, impulsionadas, através das novas tecnologias da informação, e a articulação de assembleias deliberativas.

Como a literatura ressalta o movimento social, uma vez sendo organizado por mulheres, tem o potencial de sinalizar, devido a essa maior participação feminina, para o encaminhamento das demandas correspondentes às suas necessidades (GOHN, 2008).

Deve ser destacado a importância do movimento feminista como organização dos movimentos sociais, desenhando o papel de demandar a luta por melhorias nas condições das mulheres. Nesse momento foi possível discutir gênero dentro do espaço escolar, a partir de palestras, de oficinas, de um contato mais direto e a união dos estudantes foi possível um debate mais verdadeiro, no qual os indivíduos poderiam se manifestar e expor suas vivências, mas além de tudo, poder entrar em contato com a diversidade, possibilitando o debate de gênero.

Um novo dado que se mostrou durante a realização da pesquisa e não estava vislumbrado nos meus objetivos foi a trajetória dos estudantes, enquanto espaços que ocupam na atualidade. A posteriori, quando encerrado o movimento de ocupação, ainda assim foi realizada novas assembleias para discussão de avaliação do movimento. Como consequência desse processo, segundo relatos, o Instituto a organização estudantil ficou mais sólida, justamente pela “capacidade de perceber que nós poderíamos realizar uma ocupação” (Julia, 19 anos, entrevista realizada 21 de outubro de 2019).

O legado da união entre os segmentos dos estudantes, professores e direção permaneceu após o movimento de ocupação. Segundo depoimentos, se constituiu o hábito de que tanto nas assembleias dos estudantes, quanto dos docentes era possível a participação de ambos seguimentos. Diante disso, os alunos conseguiram estabelecer uma relação horizontal com os professores e direção, com constante troca de informações tendo em vista a formação dessa unidade.

Foi possível perceber como a gente tem evoluído, o campus de Campina é recente, ele tem 12 anos, mas esse processo de evolução da nossa geração foi muito importante, porque essa resistência precisa continuar, ainda mais agora. Nós, inclusive durante esse processo, conseguimos ter um entendimento que tudo, tanto as questões sociais, políticas, precisa ser debatido e, principalmente, concretizado em ações (Fernando, 18 anos, entrevista realizada 17 de outubro 2019).

Como decorrência desse processo apresentado pelos alunos, além estabelecer um diálogo com a direção para construir uma melhor gestão, foi possível elaborar mudanças internas dentro do

campus. Como resultado, a partir das demandas mobilizadas pelas mulheres durante a ocupação, quanto ao uso de calça jeans, foi permitido a liberação de circular pelo campus com roupas mais confortáveis.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, nessa dissertação foi a capacidade de união dos estudantes secundaristas com os universitários. Os universitários utilizavam o método da ocupação para manifestação em outros momentos da história, mas é a primeira vez que as ocupações de escolas e universidades foram feitas de forma simultânea com o mesmo propósito.

3.3 OCUPA UFCG: “OCUPAR E RESISTIR! NENHUM DIREITO A MENOS”

A unificação entre as diversas instâncias educacionais da rede pública brasileira, durante o movimento de ocupação (2016), é reflexo do processo de resistência relacionada às reformas econômicas e educacionais propostas pelo governo federal. A conexão envolvendo as instituições de ensino público na cidade de Campina Grande na Paraíba - como o Gigantão da Prata, o Instituto Federal de Campina Grande e a Universidade Federal de Campina Grande -, fazem parte do alinhamento aos movimentos estudantis nacionalmente.

O novo ciclo de lutas iniciado pelo movimento estudantil brasileiro, por meio dos protestos e ocupações, se constitui por semelhanças e singularidades pertinentes a cada realidade. Os aspectos similares relacionados à organização do movimento como os mecanismos *online*, as assembleias e a ausência de lideranças definidas, pode representar a retroalimentação com outros movimentos sociais, crucialmente por um elemento comum, o movimento de mulheres.

Nessa perspectiva, dentre as particularidades referentes ao recorte dos movimentos pesquisados são caracterizados pela iniciação da participação nos movimentos estudantis através do movimento de ocupação. Além disso, as circunstâncias singulares pertinentes a essa dinâmica estabelecida entre os estudantes das diversas instituições de ensino do município apontam novos aspectos, nesse caso, para rearticulação do movimento estudantil nas Universidades, como afirma:

Vários companheiros que eram secundaristas e que hoje constrói a luta dentro da universidade. Então isso mostra um legado que ficou nesse processo de ocupação, esse processo que formou várias pessoas, que nos fez crescer enquanto sujeitos críticos e sujeitos políticos (Rodrigo, 24 anos, entrevista realizada 20 de novembro de 2019).

Por isso, a convergência entre as ocupações desenvolvidas na cidade de Campina Grande/PB, dizem respeito ao diálogo estabelecido que proporcionaram o fortalecimento da

unidade entre os estudantes. Segundo as entrevistas, refletindo a trajetória dos estudantes universitários, confirmaram que participação nas ocupações se tornaram fundamentais para rearticulação dos movimentos estudantil nas Universidades, com isso reforça:

Na realidade essa ocupação era uma forma de fortalecer o movimento estudantil, a organização dos centros acadêmicos, porque nós tínhamos vivido o processo de caída, de diminuição da participação dos estudantes. (Marcela, 23 anos, entrevista realizada 18 de novembro de 2019)

A novidade envolvendo a união entre os ciclos escolares representa um processo de retroalimentação dos movimentos por meio das ocupações. As ocupações, nesse contexto, evidenciam o *status quo* da organização estudantil na universidade, confirmado através das experiências, o processo de declínio da participação dos estudantes que os movimentos organizados passaram.

O renascimento da mobilização estudantil universitária brasileira, rompendo anos de enfraquecimento das mobilizações, tem semelhança, nesse caso, com experiências brasileiras em 2007 e 2008, com as ocupações das reitorias. Inaugurando, de fato, o recurso à ocupação como ação coletiva estratégica como um ponto convergente com os movimentos sociais contemporâneos, se tratando de ação utilizada entre os movimentos sociais brasileiros, tanto urbanos quanto rurais, mas ainda assim, como os símbolos maiores o acampamento do “Movimento Sem Terra” (BRINGEL, 2009).

No Brasil, o processo de ocupação dos espaços se tornou uma ferramenta histórica e indispensável na ação de luta popular. O “Movimento Sem Terra” - MST, a partir da sua construção histórica resistência sobre o processo desigual de divisão das terras brasileiras, possui uma característica marcada pela forte apropriação dos espaços como mecanismo de sobrevivência. O modelo organizacional proposto no interior desse movimento possui características singulares como define Fernandes (2001):

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2001, p. 3).

Por isso, na Universidade, os movimentos estudantis passaram, progressivamente, a incorporar os mecanismos da luta popular, aplicando ao seu contexto. Na Universidade Federal de Campina Grande, na unidade sede, a organização estudantil refletia o contexto nacional, mantinha-se por movimentos auto organizados, enquanto entidade representativa maior como o Diretório Central dos Estudante (DCE) permanecia fechado.

A rearticulação do movimento estudantil na Universidade começa a ter indícios no período final de 2014 para 2015 estava no período de privatização da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), mas tem uma guinada nacionalmente em 2016, precisamente, em decorrência do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Nesse período, a mobilização interna dentro da Universidade para construir atividades de enfrentamento ao contexto político constitui-se no comitê chamado “UFCG pela Democracia”, porém formado pela articulação entre os estudantes e professores. No comitê, com o objetivo de fazer atividades, organizar debates pela Universidade, desenhava-se a discussão de pautas de âmbito nacional, com respeito ao contexto político, mas também culminaram em debates relacionados aos problemas internos, com recorrentes fechamento do restaurante universitário.

O movimento organizado apenas pelos universitários se instaura somente no início de novembro, com a volta as aulas, sobre a influência de movimento de ocupação liderado pelos secundaristas (2016). O processo de articulação de base, como passar nas salas de aulas, conversar com estudantes e articular com centros acadêmicos ativos foi fundamental para os estudantes universitários se reuniram para construir a ocupação na Universidade Federal de Campina Grande.

A convocação para plenária, no dia 9 de novembro, concretizou os primeiros passos da articulação estudantil da Universidade de Campina Grande. Nesse momento, a mobilização durante a plenária autogestionada conseguiu reunir cerca de 250 alunos que formulou, dentre os encaminhamentos aprovados, a deliberação da ocupação de forma imediata, e sem a paralisação das atividades letivas da Universidade.

Figura 12: Assembleia geral na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Fonte: Comunidade “OCUPA UFCG” no *Facebook* (2016)

Dentre os pontos centrais para discussão realizadas na plenária autogestionada, o questionamento seguinte era para deliberar sobre o local que seria realizado a ocupação. Diante disso, nas discussões avaliaram que ocupar a reitoria a longo prazo como incogitável, pois o espaço não fornecia estruturas, nesse sentido, as opções seguiram para o Centro de Tecnologia (CT), ou o Centro de Humanas (CH).

A ocupação no Centro de Tecnologia, na área das exatas, tinha como objetivo construir um debate com estudantes que poderiam ter uma posição política contrária ao movimento de ocupação. Contudo, a ocupação inclinou-se para o Centro de Humanas, tendo em vista a localização central e, conseqüentemente, a possibilidade de diálogo com o maior número de estudantes que transitassem pelo espaço.

Nesse sentido, o fortalecimento do vínculo entre a Universidade e os estudantes que ocuparam se manifestou de maneira fundamental para o estabelecimento do movimento. Por isso, um aspecto destacado nesse período foi o apoio institucional promovido pelo Centro de

Humanidades, local onde era realizado a ocupação, ao circular a nota pública reconhecendo a legitimidade:

NOTA DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UFCG

A Direção do Centro de Humanidade vem, por meio desta Nota, expressar a sua posição quanto ao movimento de ocupação, por estudantes, de setores do Campus Sede da UFCG.

1. A referida ocupação foi deflagrada em Assembleia Estudantil amplamente divulgada, na qual houve a possibilidade de debate entre as posições as mais variadas.
2. A referida ocupação está sendo apresentada pelo segmento estudantil como uma estratégia pacífica de enfrentamento quanto as medidas tomadas pelo governo federal, as quais impactam fortemente a educação no país.
3. Não há registros, até o presente, de danos ao patrimônio da instituição ou de perturbação à ordem pública ou ao bom andamento da dinâmica acadêmica.
4. Há a frequente manifestação de apoio de docentes e demais servidores da instituição ao movimento estudantil de ocupação do Campus.
5. O debate das ideias e o processo de educação política que estão implicados na ocupação são práticas que, a nosso ver, contribuem para a formação cidadã e para o adensamento da cultura democrática na instituição.

Considerando tais elementos, esta Direção expressa o seu apoio à ocupação, desde que ela se mantenha nos limites da ordem e do respeito à instituição e aos que, nela, sejam de posição diversa da que é expressa pelos estudantes mobilizados. Esta Direção, ainda, solicita o empenho da comunidade acadêmica em geral, na medida das suas possibilidades, na acolhida dos estudantes envolvidos nas atividades de ocupação.

Alarcon Agra do Ó

Vice-Diretor no Exercício da Direção do Centro de Humanidades – UFCG

11 novembro de 2016

Fonte: ufcg.edu.br (2016)

A ocupação na Universidade Federal de Campina Grande permaneceu por 40 dias envolto de um circuito de atividades que, por mais que tenha enfrentado dificuldades, produziu a união entre a comunidade universitária e as ocupações no município de Campina Grande/PB. Nesse sentido, segundo os relatos, o movimento de ocupação proporcionou momento único de construção coletiva:

Durante a construção da ocupação, passou por um processo de construção coletiva de debates, de diálogos, construir regras para o espaço, ter uma dinâmica de trabalho, de mobilização, e isso é sempre um processo duro, é um processo que não é simples. Porque você está dialogando com vários estudantes, com opiniões diferentes, então todas essas questões colocaram dificuldades. (Diogo, 20 anos, entrevista realizada 14 de novembro 2019)

Considerando a dimensão que cada movimento de ocupação possui aspectos comuns, mas com metodologia, estética e maneira de se organizar singulares, na Universidade os estudantes se dividiram em núcleos de trabalho (NT's). Os grupos formados para o desenvolvimento das funções eram representadas por nomes de lutadores e lutadoras da resistência do movimento como “NT Olga Benário”, “NT Paulo Freire”, “NT Florestan Fernandes”, para desempenhar atividades como alimentação, segurança, estrutura das atividades.

O grupo, formado com média de 5 pessoas, faziam parte do Núcleo de Trabalho fixo, e a rotatividade era desempenhada a partir da mudança das funções. Nesse sentido, além de possuir NT's, para cada função, era necessário ter uma referência dentro do grupo para comunicação interna - ao passo que existia uma alternância de referência para que todos aprendessem, ou tivessem a oportunidade de coordenar -. Segundo os relatos, existia um sistema de rodízio do pessoal para os estudantes assistirem as aulas, como a ocupação da UFCG aconteceu em continuidade das aulas letivas, a rotatividade existia também para revezar os horários das aulas.

O eixo de conexão com as outras ocupações na cidade de Campina Grande se revelou um aspecto singular fundamental para a continuidade do movimento nesse período, principalmente, através do apoio firmado entre os estudantes. A união dos estudantes secundaristas e universitários inaugura, por meio das ocupações simultânea e com o mesmo propósito, um diálogo inédito na história do movimento estudantil nacional, principalmente, através da sincronia que reverbera o apoio entre elas:

Figura 13: Nota de apoio à ocupação da Escola Estadual da Prata



Nota de Apoio à Ocupação do Estadual da Prata

O cenário brasileiro construído pós golpe acirra a luta por direitos conquistados historicamente com lutas de diversos setores sociais, dentre eles, o estudantil. Neste cenário, os estudantes brasileiros ocupam mais de 1.000 escolas e 170 universidades se posicionando contrariamente às medidas antipopulares tomadas por Michel Temer, Mendonça (Ministro da Educação) e por todo seu governo.

Neste sentido, Campina Grande também constrói luta! A comunidade acadêmica, protagonizada pelos estudantes, ocupou a UFCG propondo que participemos nas decisões sobre a universidade, a educação e projeto de país que queremos construir.

O mesmo acontece no Colégio Estadual da Prata que está ocupado pela estudantada, mostrando que os/as secundaristas também estão acompanhando o momento que vivemos e estão resistindo!

Nossa ocupação se solidariza com essa juventude corajosa e de luta, pedindo à população campinense que apóie as ocupações com alimentos, materiais de limpeza e a participação das atividades construídas nas ocupações.

Ocupar e resistir! Nenhum direito a menos! Fora Temer!

Coordenação geral da OcupaUFCG
12 de novembro de 2016



Fonte: Comunidade “OCUPA UFCG” no *Facebook* (2016)

Nessa perspectiva, a integração dos apoios relacionados ao movimento de ocupação na Universidade Federal de Campina Grande envolveu a comunidade universitária - estudantes, professores, servidores e terceirizados² -. O circuito de apoio permitiu, além da doação de

² Segundo Boltanski e Chiapello (2009), o novo espírito do capitalismo proporciona novas dinâmicas no mundo do trabalho, que através das mudanças nas práticas empresariais criaram flexibilidade das relações do emprego, proporcionando o aumento exponencial subempregos com precariedade constante, no sentido

alimentação para continuidade da ocupação, a implementação de estratégias para o desenvolvimento das atividades que faziam parte da programação, principalmente, convidando professores para o espaço das aulas públicas:

Figura 14: Aula pública da disciplina "Cultura, mídia e práticas políticas", ministrada pela professora Elizabeth Christina



Fonte: Comunidade "OCUPA UFCG" no *Facebook* (2016)

A cooperação entre os diversos setores da universidade se tornou fundamental para o prosseguimento da ocupação. Nesse sentido, as aulas públicas, oficinas e palestras oferecidas pelos professores entregavam a programação durante a ocupação, permitindo que o espaço de aprendizagem, principalmente na universidade, seja além das paredes da sala de aula.

As dinâmicas estabelecidas durante a ocupação permitem elaborar críticas ao sistema de educação bancária, baseado no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e usados numa data programada.

de carga horária, remuneração e contratos temporários. Os terceirizados, principalmente, na universidade se tornou uma prática a contratação das empresas contratadas para fornecer prestação de serviços de limpeza e segurança nas universidades fornecerem o regime terceirizados aos funcionários.

Nesse sentido, compactuando com a pedagogia crítica de Paulo Freire, a pedagogia feminista trabalhada por Bell Hooks (2013) tem como princípio a noção do prazer ao aprender, a ideia da aprendizagem deve ser empolgante, principalmente, se pensarmos o entusiasmo no ensino superior, em que a todo tempo, existe uma necessidade de práticas didáticas que sejam rígidas e esquemas absolutos. Assim, sendo necessário pensar um ensino que permita as “transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas - esse movimento que transforma a educação como prática de liberdade” (HOOKS, 2009, p. 273).

A transformação da relação constituída com os seguranças durante a ocupação foi uma das experiências recorrentemente ressaltadas sobre os aspectos positivos do diálogo estabelecido com os funcionários terceirizados. As relações que marcam esse período são frutos do diálogo promovido durante a ocupação, como as formas de “consolidar a relação com os seguranças”, mas implicava o “intuito de dialogar com a comunidade em geral, porque não adiantava apenas quem está na ocupação compreender”, segundo relatos.

A modificação da imagem dos estudantes perante aos seguranças somente sutil efeito a partir do estabelecimento do diálogo mútuo. Os seguranças, que inicialmente compactuavam com visão negativa a respeito dos estudantes, no decorrer do processo através da convivência, e as recorrentes conversas compreenderam o contexto político que estavam inseridos e os motivos para a ocupação.

A relação entre os estudantes e os seguranças da Instituição, conseqüentemente, incorporou novos elementos, como auxílio ao monitoramento da ocupação. A aproximação desenvolveu laços de cuidado tanto que, quando existia alguma movimentação suspeita nos arredores da Universidade, os seguranças avisavam.

O acirramento político dentro da Universidade era refletido na polarização que se estabeleceu entre os estudantes das áreas de humanas e exatas, e os constantes ataques a ocupação. Diante disso, criou-se um campo de conflito que contribuiu para distanciamento entre os estudantes das duas áreas. Porém, sendo preciso salientar que essa polarização instituída no âmbito universitário não impediu a participação de alguns estudantes de exatas durante a ocupação.

As represálias sobre a ocupação concentravam-se em estudantes que apoiavam uma perspectiva de conservadorismo impulsionados pelo antagonismo político presente na vida social dos brasileiros na atualidade - com os seus aspectos intrinsecamente relacionado pelo ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente, através de pautas morais, econômicas marcadas

por uma forte carga emocional (CUNHA, 2015) -, promovendo episódios aterrorizantes presenciado pelos ocupantes.

Segundo relatos recorrentes, tanto através das mídias digitais, quanto presencialmente os ataques relacionavam-se a adjetivos pejorativos, mesmo que a ocupação tenha acontecido em paralelo as aulas, era reforçando a ideia “desocupados” de que os estudantes envolvidos na manifestação eram taxados e que atrapalhariam o desempenho da Universidade.

O processo de hostilização materializou-se em um evento emblemático, recorrentemente lembrando como ápice desse conflito. Houve, enquanto acontecia a ocupação, o debate nacional sobre a aderência dos professores a greve na Universidade. Nessa perspectiva, o conflito se atenuou na assembleia dos docentes, acarretando para a ocupação e professores, uma investida energética dos estudantes que eram contra ocupação e a greve.

Por mais que a opinião corrente entre os ocupantes tenha sido contrária a greve dos professores - por acreditar que desarticulava o movimento pela falta de alunos na Universidade, permaneceu definido que respeitariam a decisão dos professores. Mas, ao se deslocar para o espaço que seria realizado a votação sobre a deliberação da greve, foi necessário garantir efetivação da assembleia, tendo em vista que estudantes contra a greve queriam invadi-la.

O confronto físico entre os estudantes se materializou nesse momento como auge do conflito, como consequência, as mulheres protagonizaram um papel de destaque nesse enfrentamento. Desse modo, todas as mulheres da ocupação formaram um cordão humano, mesmo em meio a chutes e empurrões promovidos pelos estudantes contrários a greve, como forma de garantir a continuidade da assembleia.

Ao fim, mesmo sem a aprovação da greve por parte dos professores, instaurou-se um clima de revolta pelos opositores com a finalidade de invadir a ocupação. No retorno para o espaço ocupado, os estudantes munidos de vassouras encontradas no caminho, se posicionaram em círculo para defender a ocupação, enquanto os estudantes contrários tensionavam com palavras ofensivas e constantes ameaças. O momento emblemático “parecia uma cena de guerra, aterrorizante”, como relatou uma das ocupantes:

Lembro que no momento das tensões uma companheira que estava com a gente na ocupação começou a chorar e foi um momento com as emoções a flor da pele. Daí todos começaram a cantar “minha companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor”. E esse momento foi um dos mais emocionantes que a gente compreendeu do companheirismo de tudo aquilo (Maria Rosa, 24 anos, entrevista realizada 15 de novembro de 2019).

As mulheres nessa fase proporcionaram a criação da “Primavera Feminista”, que, segundo literatura, demonstra o surgimento de uma nova geração política, com a necessidade de pluralidade dentro da corrente feminista, com demandas específicas, assumindo seus lugares de fala. Os feminismos da diferença inauguram, nesse momento, a espontaneidade das suas diversas pautas, com estratégias próprias e protagonismos coletivos, como afirma uma das ocupantes:

Mas eu acredito que para as mulheres ocuparem aquele espaço, participar das plenárias, colocarem demandas foi libertador. Eram mulheres que tinham conseguido uma abertura de atuação política e a gente observava uma galera novinha que tinha acabado de entrar na universidade com 17, 18 anos, meninas muito novas, e que passaram quarenta dias dormindo na Universidade. (Lúcia, 25 anos, entrevista realizada 14 de novembro de 2019)

A ocupação mostra que a pirâmide do poder, historicamente, destinado aos homens em seu papel em instituições, no seio das relações, nesse momento se invertem, ou pelo menos, declinam. As mulheres estabeleceram um espaço de poder central, de articulação, de fala, e representação das demandas. Diferentemente, da realidade apresentada pela formação do pensamento político, que define o espaço da pólis, isto é, a cidade, o espaço público, como pertencentes aos homens, enquanto as mulheres, escravos e animais reservado a oikós, ou seja, ao espaço doméstico.

Assim, o feminismo possibilita a emergência de um discurso consciente sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade. Logo, o ato de naturalizar as ações sociais desiguais corresponde a um processo moral e cognitivo que se torna hábito (SEGATO, 1998). Por isso, reproduz uma crença que se passa a incorporar de que o estado das coisas são imutáveis, e conseqüentemente, não poderiam ser questionadas.

Por isso, a ocupação desempenhou um espaço de acolhimento para diversos jovens da comunidade LGBTQI+. Como aspecto comum observado nas ocupações da região (MENDES,2017), a aglutinação de jovens que, por estarem passando por processos semelhantes, como a rejeição dos familiares, encontraram nesse espaço um grupo afetivo de apoio.

As manifestações culturais, presentes nos movimentos de ocupação, oportunizaram o espaço para diversidade, tanto que a programação com atividades manteve apresentações de *Drag Queens*, sarau e shows de bandas independentes. Além disso, a organização da ocupação promoveu ambiente para reuniões sobre as pautas identitárias, seja de gênero, sexualidade e sobre a questão racial.

Segundo relatos, o momento pós ocupação rendeu resultados políticos importantes para o movimento estudantil universitário. Os movimentos auto organizados, presentes na construção desse momento de ocupação, como o Levante Popular da Juventude, quanto o Movimento Correnteza, passaram a articular as lutas para restabelecer o Diretório Central dos Estudantes (DCE), com eleições realizadas no ano de 2019.

Torna-se evidente, como aspectos durante esse período, a possível reestruturação do movimento estudantil nos espaços escolares, com estreita conexão com o movimento de mulheres, principalmente, mediante as estratégias de organização e a presença de pautas relacionadas, a partir de um maior horizonte de informação, da deliberação e da ausência de lideranças definidas. Em suma, revela o contraste com a centralização e hierarquização presente na história da organização do movimento estudantil e, conseqüentemente, vislumbra incorporar a materialização das múltiplas vozes presentes, evidenciados pelo protagonismo das mulheres nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de julho de 2013 inauguram um novo ciclo de lutas no Brasil. Os jovens, predominantes nesse processo, marcam uma ruptura geracional nesse movimento e conseqüentemente, evidenciam formas de organização proveniente dos movimentos de mulheres, como as formas de organização autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças; e protagonizado por singularidades, através de narrativas e experiências pessoais, que são marcas da influência da corrente feminista.

Na contemporaneidade, a ocupação, como forma de mobilização, marca um aspecto comum com as insurgências no mundo todo. No século XXI a inconformidade com a realidade social, política e econômica, propiciaram o surgimento de mobilizações como a “Primavera Árabe” (2011), “*Occupy Wall Street*”, em Nova York (2011), “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006) e a Ocupação em Hong Kong (2014), focos mundiais de mobilização, que tem como perspectiva, ocupar um espaço como formas de manifestação e organização, com poder de criar pautas que estão em emergência para cada realidade desses grupos.

No Brasil, a “primavera secundarista” no ano de 2016 representa a construção de um processo de resistência da juventude brasileira, surgiu em meio a pauta de reforma do ensino médio e sobre o congelamento de gastos. Os processos experienciados pelos jovens da rede pública de ensino, anunciam questões relacionadas a perspectiva de formação dos movimentos estudantis, evidenciando o protagonismo feminino que emerge desde as ocupações da Escola de São Paulo (2015).

A organização estudantil dos jovens brasileiros, como citado, são construídas desde a formação do Estado Brasileiro. Nesse sentido, a necessidade por reconhecimentos de direitos e participação na política fez com os movimentos de juventude e ganhassem visibilidade pública. Nesse processo, é perceptível as diversas formas percorridas pelo movimento estudantil, como forma de renovação das características a partir da retroalimentação com outros movimentos.

O desenvolvimento dos novos veículos de comunicação dos jovens sinaliza uma ruptura geracional na forma de organização dos movimentos estudantis como reflexo das transformações das relações sociais. Nesse momento, os mecanismos *on-line* são utilizados nas organizações dos movimentos estudantis: como as redes sociais, as transmissões ao vivo do cotidiano da ocupação, através das plataformas de vídeos

O processo de organização dos movimentos estudantis, outrora hierárquico, se configura nos moldes atuais de maneira horizontal. O processo de organização das ocupações se apresenta a composição de assembleias como forma deliberativa, com a dinâmica horizontalizada de participação dos estudantes. Nessa nova concepção, as distribuições das funções são organizadas a partir de comissões/núcleos, fazendo com que os participantes se organizem em uma divisão de tarefas e de forma rotativa - as atribuições são esquematizadas a partir da limpeza, alimentação, vigilância, fiscais, comunicação, divulgação, negociação e planejamento das atividades.

O protagonismo feminino emerge nesse contexto com força, evidenciando o contraste da construção social em que a mulher historicamente se situou no campo privado. Porém, ao analisar a história da trajetória das mulheres nos movimentos sociais, existia um esforço, principalmente da literatura, em excluir a participação das mulheres, ou minimizar sua relevância.

A corrente feminista se preocupou com a necessidade de uma ruptura profunda dos aspectos que permeiam essas estruturas instituidoras de desigualdades. Ao passo que a história do feminismo permite perceber que o movimento também faz parte de um campo de forças que se desenvolveu nas últimas décadas, atuando com profunda relação entre a militância e a formação teórica

As mulheres nessa fase proporcionaram a criação da “Primavera Feminista”, que, segundo a literatura, demonstra o surgimento de uma nova geração política, com a necessidade de pluralidade dentro da corrente feminista, com demandas específicas, assumindo seus lugares de fala. Os feminismos da diferença inauguram, nesse momento, a espontaneidade das suas diversas pautas, com estratégias próprias e protagonismos coletivos.

Os marcos operacionais inseridos nos movimentos sociais contemporâneos, como o movimento de ocupação, isto é, as estratégias utilizadas durante esse período baseado nas formas de organização autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonizado por singularidades, através de narrativas e experiências pessoais, são marcas da influência da corrente feminista nesse período.

O protagonismo feminino nos movimentos estudantis contemporâneo reflete conexões com símbolos históricos de lutas das mulheres. Surgem como vozes emergentes em um contexto de instabilidade econômica e social, e inconscientemente, carregam a história do feminismo na pele. A urgência, nesse momento, é de ocupar e criar espaços de fala. As mulheres se posicionam, nesse momento, como formas de liderar, fazer parte e compor os movimentos como um todo, se fazer presente como corpo, como grito, como voz.

REFERÊNCIAS

- AGENDA BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Brasília: Participatório – Observatório Participativo da Juventude, 2013. Disponível em: http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/91/1/SNJ_agenda_2013.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.
- AGRÁ DO Ó, Alarcon, **Da cidade de pedra à cidade de papel**: projetos de educação, projetos de cidade de Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG, 2006.
- AMORIM, Monica Maria Teixeira. **A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 2013. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e inclusão social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- ARAUJO, Ericleuson Cruz; MENDES, Raphaella Ferreira. A constitucionalização do financiamento da educação no Brasil: panorama histórico e perspectivas a partir de 1988. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018.
- BAUMAN, Zygmund. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.
- BENTES, Ivana. “Hackea, narrar: As novas linguagens do ativismo”. *In*: BENTES, Ivana. **Mídia-multidão**: Estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.
- BRASIL. Estatuto da Juventude. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BRASIL. Instituto Federal da Paraíba. Pró-reitora de Ensino (Ed.). **Manual do estudante**. 2019. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/regulamentos/Arquivos/manual-do-estudante-ifpb.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de Luta**: Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CINTRA, André; MARQUES, Raissa. **UBES – uma rebeldia consequente**: A história do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil. Belo Horizonte: UBES, 2009.

COELHO, Claudio Novaes Pinto. A contracultura: o outro lado da modernização autoritária. *In*: RISÉRIO, Antônio. **Anos 70**: trajetórias. São Paulo, Iluminuras, 2006. 41p.

COELHO, Claudio Novaes Pinto. **A transformação social em questão**: as práticas sociais alternativas durante o regime militar. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

COLE, George Douglas Howard. **História do pensamento socialista**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1986.

COSTA, Ana Alice A. O movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *In*: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2007.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Anna Beatriz Ramos; CHAVES, Bruno Alexandre; TOSCANO, Geovânia; MENDES, Raphaella Ferreira. Ocupar e Resistir: Análise sobre o movimento “ocupa IFPB CABEDELO”. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO SUPERIOR, 4., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: COIPESU, 2017.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organizações dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 42-55, nov. 2013.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ERNBACH, Nancy *et al.* Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 255-295, 1994.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Junho de 2013**: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

FIQUEIREDO, Argelina Cheibud; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. Santana de Parnaíba: Pioneira, 1972

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, George; BAUER, Martin. W. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GHANEM, Elie. Os Grêmios livres e o movimento secundarista. *In*: RIBEIRO, Vera Masagão. (org.). **Cadernos do CEDI**. São Paulo: CEDI, 1989. p. 35-51.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016

GOHN, Maria da Glória. Mulheres-Atrizes dos Movimentos Sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2008.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. **A técnica educativa de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. 1999. Disponível em:

http://tecnologiaprojetos.com/banco_objetos/. Acesso em: 18 nov. 2019

GONÇALVES, Tânia; ROMAGNOLI, Luiz Henrique. **A volta da UNE: de Ibiúna à Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; MOURA, Marcilene Rosa Leandro. Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 375-392, 2009.

GREMIOLIVRE. **Como ocupar um colégio**. 2015. Disponível em:

<https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 29 maio 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

IANNE, Otavio. O jovem radical. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LIMA, Elizabeth Cristina Andrade; ANTONINO, Rafael Maracajá. ‘Leviandades’ Eleitorais: a abertura das cortinas ara um espetáculo misógino. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v.1, n. 44, p. 263-281, 2016.

LÖWY, Michael. (1985) **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez. 19ª ed. 2010.

MACHADO, Charlinton J. dos S.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). **Gênero e Sexualidade: perspectiva em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

MANHEIM. Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 114-124, 2013.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Martins Fontes, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**: crítica de economia política. Fortaleza: Abril Cultural, 1988.

MENDES, Raphaella Ferreira. **Movimento de ocupação do Instituto Federal da Paraíba**: IFPB campus Cabedelo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representações e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.253-267, 2001.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MITCHELL, Don. **The right to the city**: Social justice and the fight for public space. Nova York: The Guilford Press, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POERNER, Artur J. **O poder Jovem**: história da participação políticas dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Bookling, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992.

RIVA, Léia Comar. Estatuto da Juventude e a Garantia dos Direitos Fundamentais. **Doutrinas Jurídicas**, [s.l.], v. 1, p. 1-1, 2013. Disponível em: http://www.lex.com.br/doutrina_24801997. Acesso em: 20 set. 2019.

ROLNIK, Raquel *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre práticas e representações: o centro estudantil campinense como espaço de formação (1948-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun./dez. 1995.

SENADO NOTÍCIAS. **Discurso da Presidente Dilma Rousseff ao Senado Federal em 29/08/2016**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 7 ago. 2019.

SILVA, Vívica de Melo. **Por uma formação campinense: O Colégio “Gigantão da Prata” (1948-1962)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 22-40, nov. 2013.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores. 1999. 117p.

SOUZA -LOBO, Elizabeth. **A classe operária têm dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 247p.

SOUZA, Jessé de. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 13, p. 73-94, jan./abr. 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 16-39, 2003.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da História de Campina Grande**. Brasília: Senado Federal, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 152p.

WATIER, Patrick. Conhecimento comum e saber sociológico. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 24-30, 1997.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**: Sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-127.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Questionário elaborado para os estudantes que ocuparam a Estadual Dr. Elpídio de Almeida, o Estadual da Prata.

1. Idade: _____
2. Sexo: Feminino () masculino ()
3. Como teve início seu envolvimento no movimento estudantil no Ensino Médio?
4. Antes do movimento das ocupações, você teve alguma outra participação, em alguma organização ou processo político, social ou mesmo religioso?
5. Como começou o movimento para ocupar a sua escola?
6. Durante esse processo, quais foram as principais dificuldades que você teve?
7. Quais tarefas você cumpria? O que você fazia durante a ocupação?
8. Quais atividades de formação vocês fizeram durante a ocupação da sua escola?
9. Durante esse processo, o que foi mais gratificante para você? E o que foi mais frustrante?
10. Na ocupação da sua escola a discussão sobre gênero, feminismo, empoderamento, igualdade, era comum? E antes da ocupação, isso era comum?
11. Para você a vivência das ocupações, foi uma experiência empoderadora e por quê?
12. Durante a ocupação, houve divisões de tarefas? Como aconteceram tais divisões?
13. O que mudou na sua vida como estudante? Qual foi o impacto disso?
14. Como você se sente quando você voltou para escola depois da ocupação ou você não identifica grandes mudanças? Como foi a rotina na escola, a relação com os professores?
15. Você sofreu ou teve algum colega que, por fazer parte da ocupação, sofreu alguma retaliação ou perseguição por professores, direção ou pela mídia da cidade?

APÊNDICE II

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Questionário elaborado para os estudantes que ocuparam Universidade Federal de Campina Grande.

1. Idade: _____
1. Sexo: Feminino () masculino ()
2. Como teve início seu envolvimento no movimento estudantil no Ensino Médio?
3. Antes do movimento das ocupações, você teve alguma outra participação, em alguma organização ou processo político, social ou mesmo religioso?
4. Como começou o movimento para ocupar a sua escola?
5. Durante esse processo, quais foram as principais dificuldades que você teve?
6. Quais tarefas você cumpria? O que você fazia durante a ocupação?
7. Quais atividades de formação vocês fizeram durante a ocupação da sua escola?
8. Durante esse processo, o que foi mais gratificante para vocês? E o que foi mais frustrante?
9. Na ocupação da sua escola a discussão sobre gênero, feminismo, empoderamento, igualdade, era comum? E antes da ocupação, isso era comum?
10. Para você a vivência das ocupações foi uma experiência empoderadora e por quê?
11. Durante a ocupação, houve divisões de tarefas? Como aconteceram tais divisões?
12. O que mudou na sua vida, como estudante? Qual foi o impacto disso?
13. Como você se sente quando você voltou para escola depois da ocupação e você não identifica grandes mudanças? Como foi a rotina na escola, a relação com os professores?
14. Você sofreu ou teve algum colega que, por fazer parte da ocupação, sofreu alguma retaliação ou perseguição por professores, direção ou pela mídia da cidade?

APÊNDICE III

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Questionário elaborado para os estudantes que ocuparam Instituto Federal da Paraíba Campus Campina Grande.

1. Idade: _____
2. Sexo: Feminino () masculino ()
3. Como teve início seu envolvimento no movimento estudantil no Ensino Médio?
4. Antes do movimento das ocupações, você teve alguma outra participação, em alguma organização ou processo político, social ou mesmo religioso?
5. Como começou o movimento para ocupar a sua escola?
6. Durante esse processo, quais foram as principais dificuldades que você teve?
7. Quais tarefas você cumpria? O que você fazia durante a ocupação?
8. Quais atividades de formação vocês fizeram durante a ocupação da sua escola?
9. Durante esse processo, o que foi mais gratificante para vocês? E o que foi mais frustrante?
10. Na ocupação da sua escola a discussão sobre gênero, feminismo, empoderamento, igualdade, era comum? E antes da ocupação, isso era comum?
11. Para você a vivência nas ocupações, foi uma experiência empoderadora e por quê?
12. Durante a ocupação, houve divisões de tarefas? Como aconteceram tais divisões?
13. O que mudou na sua vida, como estudante? Qual foi o impacto disso?
14. Como você se sente quando você voltou para escola depois da ocupação e você não identifica grandes mudanças? Como foi a rotina na escola, a relação com os professores?
15. Você sofreu ou teve algum colega que, por fazer parte da ocupação, sofreu alguma retaliação ou perseguição por professores, direção ou pela mídia da cidade?